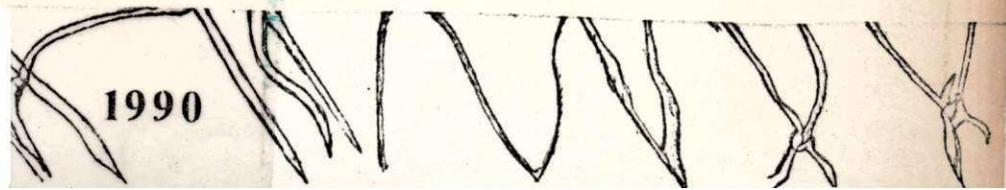


CAMPONÊS - PESCADOR - PROLETÁRIO

ESTUDO DO PROCESSO HISTÓRICO DE SUBORDINAÇÃO DA
PEQUENA PRODUÇÃO PESQUEIRA AO CAPITAL EM SANTA CATARINA

OLIVIO A. TEIXEIRA



1990

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS II
CENTRO DE HUMANIDADES - C H
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA - CME

CAMPONÊS - PESCADOR - PROLETARIO

"ESTUDO DO PROCESSO HISTÓRICO DE SUBORDINAÇÃO DA PEQUENA
PRODUÇÃO PESQUEIRA AO CAPITAL, EM SANTA CATARINA"

OLÍVIO ALBERTO TEIXEIRA

CAMPINA GRANDE/PB, JULHO DE 1990

CAMPONÊS - PESCADOR - PROLETARIO: ESTUDO DO PROCESSO
HISTÓRICO DE SUBORDINAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO PESQUEIRA AO
CAPITAL, EM SANTA CATARINA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
APRESENTADA AO CURSO DE MESTRADO
EM ECONOMIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAIBA-CAMPUS II,
COMO EXIGÊNCIA PARCIAL À
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE.

OLÍVIO ALBERTO TEIXEIRA



T266c Teixeira, Olívio Alberto.
Camponês - pescador - proletário : estudo do processo histórico de subordinação da pequena produção pesqueira ao capital, em Santa Catarina / Olívio Alberto Teixeira. - Campina Grande, 1990.
177 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1990.
"Orientação : Profa. Dra. Josefa Salete Cavalcanti".
Referências.

1. Pequena Produção Pesqueira - Economia Regional. 2. Pesca - Santa Catarina. 3. Camponês - Pescador - Proletário. 4. Dissertação - Economia. I. Cavalcanti, Josefa Salete. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 338:639.245(816.4)(043)

BANCA EXAMINADORA

PROF. RENÉ LOUIS DE CARVALHO
DR. UNIVERSIDADE DE PARIS - VIII (FRANÇA)
- PRESIDENTE -

PROF. JOSEFA SALETE CAVALCANTI
DRA. UNIVERSITY OF MANCHESTER (INGLATERRA)
- ORIENTADORA -

PROF. BERND RAHBEL
DR. UNIVERSIDADE LIVRE DE BERLIM (RFA)
- EXAMINADOR -

PROF. JOSÉ HELENO ROTTA
MS. UNIVERSIDADE PAUL VALERY (FRANÇA)
- EXAMINADOR -

R E S U M O

Este trabalho é um estudo do processo histórico de subordinação da pequena produção pesqueira ao capital, no litoral de Santa Catarina.

O autor procura demonstrar que desde o povoamento do litoral a ocupação que se consolidou baseou-se na pequena produção familiar (campesinato) que combinava simultaneamente o desenvolvimento da agricultura e da pesca.

A partir de meados deste século, em função do surgimento da especulação imobiliária / desenvolvimento do turismo e da melhoria dos canais de transportes com os mercados / cidades, o desenvolvimento capitalista rompe com a relativa autonomia inerente à condição camponesa e instaura a subordinação de uma nova categoria por ele criada, o pescador artesanal.

Atualmente, na perspectiva de um processo de proletarianização visto de forma mais ampla, a pesca artesanal encontra-se subordinada aos desígnos do capital, através da imposição de "cercos" fundamentais à sua reprodução enquanto atividade produtiva: o processo de comercialização do pescado e de financiamento dos meios de produção, a disputa pelo espaço marítimo com a pesca industrial e o desenvolvimento urbano / turístico das praias.

Em síntese, o conteúdo central desta dissertação é o acompanhamento da evolução histórica dos pequenos produtores litorâneos de Santa Catarina, de camponês à pescador artesanal, e deste, à proletário.

R E S U M É

Ce travail est une étude des processus historique de la subordination de la petite production de la pêche au capital, dans le litoral de l'état de Santa Catarina.

L'auteur cherche à démontrer que depuis le peuplement du litoral catarinense l'occupation que s'est consolidée est basée sur la petite production familiale qui s'accordait à la fois au développement de l'agriculture et la pêche.

A partir de la moitié de ce siècle en fonction de l'éclatement de la spéculation immobilière / développement du tourisme et de l'amélioration des moyens des transports jusqu'aux centres de commerce / villes, le développement capitaliste brise la relative autonomie propre à la condition paysanne établit la subordination d'une nouvelle classe qu'il a créée, le pêcheur artisanal.

Actuellement, dans la perspective d'un processus de prolétarianisation un d'une façon plus large, la pêche artisanale se trouve subordonnée aux desseins du capital à travers l'imposition d'"encerclements" fondamentaux à sa reproduction en tant qu'activité productive; le procès de commercialisation du péché et du financement des moyens de production, la dispute de l'espace maritime avec la pêche industrielle et le développement urbain / touristique des plages.

En somme, le contenu central de ce mémoire c'est l'accompagnement de l'évolution historique des petits producteurs du litoral de Santa Catarina, de paysan à pêcheur artisanal, et de celui-ci à prolétaire.

"A VIDA TÁ TÃO COMPLICADA QUE
PARECE UM ESPINHEL EMARANHADO
NUM BALAÍO, O ÚNICO JEITO DE
RESOLVER É DESEMPATANDO OS
ANZÓIS PRÁ PUDÊ PEXA O FIO..."

"SEU LINDOCA" - PRAIA JOÃO ROSA

A G R A D E C I M E N T O S

A PEDRO LÚCIO TEIXEIRA, PELA INESQUECÍVEL CONVIVÊNCIA NA PESQUISA E POR TER, LITERALMENTE, ME INICIADO NAS "QUESTÕES" DA PESCA CATARINENSE.

A JOÃO PAULO DE SOUZA, PELA INICIATIVA NA DISCUSSÃO DOS PROBLEMAS DA PESCA E PELO SÓLIDO APOIO DO ORGÃO QUE DIRIGIA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA.

A VÂNIA BARRETO BIRIBA, PELO INDISCUTÍVEL APOIO ESTRATÉGICO EM TODOS MOMENTOS DO TRABALHO.

A JOSEFA SALETE CAVALCANTI, PELO PACIENTE E DEDICADO TRABALHO DE ORIENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.

A RENÊ DE CARVALHO, BERN RABEL, J. HELENO ROTTA, MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA, PELAS VALIOSAS SUGESTÕES APONTADAS NA LEITURA DOS TEXTOS ORIGINAIS.

A RENATO KILPP, PELO ACURADO SENSO CRÍTICO, NA LEITURA DA VERSÃO PRELIMINAR.

A CENTENA DE "PESCADORES" ANÔNIMOS QUE, NAS VÁRIAS REGIÕES DA COSTA CATARINENSE, TÃO ACOLHEDORAMENTE RECEBERAM A PESQUISA E COLOCARAM-SE A VONTADE PARA FALAR DE SEU COTIDIANO E SUA VIDA.

ENFIM, A TODOS QUE DIRETA OU INDIRETAMENTE CONTRIBUÍRAM NA CONFEÇÃO DESSE TRABALHO. ESSAS PESSOAS, É CLARO, SÃO ISENTAS DE QUALQUER RESPONSABILIDADE DOS RESULTADOS AQUI EXPOSTAS. A RESPONSABILIDADE É EXCLUSIVA DO AUTOR.

S U M A R I O

Lista de Tabelas, Quadros, etc	011
APRESENTAÇÃO	013
I. INTRODUÇÃO	017
1.1 - A pesquisa de Campo	018
II. A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO LITORÂNEO DE SANTA CATARINA	026
2.1 - O povoamento do litoral	026
2.2 - A colonização açoriana	029
2.3 - A organização da produção dos "lavradores/pescadores"	033
2.3.1 - A lavoura	037
2.3.2 - A pesca	040
2.3.3 - A "indústria doméstica"	048
2.4 - O uso do conceito camponês e suas implicações teóricas	051
III. DE CAMPONÊS A PESCADOR ARTESANAL: O INÍCIO DO PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO	055
3.1 - As principais transformações na organização da produção camponesa	055
3.2 - O processo da subordinação da pequena produção ao capital (um resgate teórico necessário)	062
3.3 - As relações atuais da pesca artesanal	069
IV. A SUBORDINAÇÃO DA PESCA ARTESANAL: PROCESSOS E TENDÊNCIAS	077
4.1 - Discutindo a categoria "processo de proletarização"	077

4.2 - Os "cercos capitalistas" de subordinação e de proletarianização da pesca artesanal	085
4.2.1 - O processo de comercialização do pescado e de financiamento dos meios de produção	086
A) A exploração pelo mecanismo de preços	086
B) A dependência econômica ao capital comercial	091
C) A insuficiência de renda da pesca artesanal	096
D) A incapacidade de acumulação de capital	102
4.2.2 - O mar-espaco comum de produção: o conflito pesca artesanal X industrial	107
A) A disputa pela utilização do espaco marinho	107
B) A atuação dos orgaos públicos ligados à pesca: o problema da fiscalização das águas	116
4.2.3 - O turismo e a urbanização das comunidades pesqueiras	121
A) A especulação imobiliária e o movimento turístico	121
B) A urbanização das comunidades e suas consequências	128
V. COMENTARIOS FINAIS	131
VI. NOTAS	138
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	169
VIII. ANEXOS	178

ÍNDICE DE TABELAS, QUADROS, ETC

TABELAS:

01 - Produção de pescado do mar (Santa Catarina, Região Sul e Brasil), de 1980 a 1984.	179
02 - Diferentes espécies de pescado desembarcado em Santa Catarina de 1962 a 1987.	180
03 - Mercado estadual de pescado em Santa Catarina, de 1981 a 1986.	181
04 - Exportação de pescado de Santa Catarina para o mercado interestadual, de 1981 a 1986.	182
05 - Exportação de pescado de Santa Catarina para o mercado internacional, de 1981 a 1986.	183
06 - Produção inspecionada de pescado em Santa Catarina, de 1981 a 1986.	184
07 - Frota pesqueira artesanal de Santa Catarina.	073
08 - Frota pesqueira industrial de Santa Catarina.	110
09 - Produção de pescado de Santa Catarina, segundo o tipo de pesca, de 1975 a 1987.	111
10 - Valor da produção do pescado de Santa Catarina, segundo o tipo de pesca, de 1975 a 1987.	112

QUADROS:

- | | |
|--|-----|
| 01 - Capacidade de industrialização do pescado em Santa Catarina (ton/dia). | 015 |
| 02 - Número de "entrevistas" realizadas na pesquisa de campo. | 178 |
| 03 - Calendário anual de atividades dos "lavradores/pescadores" de Santa Catarina. | 035 |
| 04 - Comparação entre as formas de organização da produção dos "lavradores/pescadores" e dos pescadores artesanais catarinenses. | 068 |

GRAFICOS:

- | | |
|---|-----|
| 01 - Produção de pescado de Santa Catarina, segundo o tipo de pesca, de 1975 a 1987. | 113 |
| 02 - Valor da produção de pescado de Santa Catarina, segundo o tipo de pesca, de 1975 a 1987. | 114 |

MAPAS:

- | | |
|---|-----|
| 01 - Litoral do estado de Santa Catarina. | 022 |
|---|-----|

APRESENTAÇÃO

O objeto central de estudo da presente pesquisa é o processo de subordinação da pequena produção pesqueira ao capital em Santa Catarina. É a compreensão da transformação dos camponeses "lavradores/pescadores" em pescadores artesanais e destes, através dos limites impostos pelos "cercos capitalistas", em proletários.

Nesse sentido, embora esta pesquisa não tenha a pretensão de participar diretamente do debate das ciências sociais sobre a "questão da pequena produção em geral no Brasil". Contribui, no entanto na medida em que discute a trajetória histórica de uma categoria de pequenos produtores, enquanto um estudo de caso, à elucidação deste questão mais geral.

O tema central deste estudo, se justifica, não só pela significância analítico-científica da compreensão das transformações que os pequenos produtores litorâneos catarinenses sofreram, mas também porque, atualmente, a pesca artesanal representa um importante segmento da economia do estado(1). Ao longo do litoral estão distribuídas 150 comunidades pesqueiras em 27 municípios que, segundo estimativas da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca / Coordenadoria Regional de Santa Catarina - SUDEPE/COREG-SC, abrigam uma população de mais de 150 mil pessoas dependentes direta e indiretamente da atividade pesqueira. Os dados da SUDEPE/COREG-SC indicam a existência de 14.873 pescadores(2) legalizados para o exercício da profissão em 1987, reunidos em 19 Colônias de Pescadores, ao longo da costa

catarinense(3).

Além disso, com relação a capacidade de industrialização (processamento) do pescado(4) no estado, os dados, como indica o Quadro 01, demonstram um desenvolvimento considerável deste setor(5). Demonstrar o nível atual de industrialização do pescado é importante, na medida em que a ampliação da pesca industrial representa a própria expansão do capitalismo sob a pesca artesanal. Como se discutirá, o cerceamento que a pesca industrial representa à artesanal, se dá, basicamente, em dois níveis: disputando o mesmo espaço marítimo de "propriedade comunal" e adquirindo a produção da pesca artesanal. Praticamente todas as empresas que atuam na captura do pescado, também atuam na aquisição do pescado artesanal. Como é notório, é significativa a participação do capital investido na esfera comercial na composição dos investimentos dessas empresas(6).

Logo no início deste trabalho, se discute qual o contexto e o que representa, em termos de significância estadual, a pesquisa de campo que foi realizada. O objetivo desta parte é, apenas realizar uma avaliação do método usado, descrevendo-se como este processo se deu na prática.

A seguir, no segundo capítulo, o objeto da pesquisa propriamente dito começa a ser analisado. É claro, a apresentação dos resultados da análise se estruturam numa lógica interna que visa, em última instância, proporcionar ao leitor a compreensão do processo histórico de subordinação da pequena produção litorânea. Assim, inicialmente se discute a formação do campesinato no litoral, os momentos históricos mais significativos e a "memória viva" dos ex-"lavradores/pescadores" sobre a situação nas primeiras décadas deste século. Neste capítulo, se demonstra ainda a propriedade teórica em se caracterizar os

QUADRO 01: CAPACIDADE DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO PESCADO(+)
EM SANTA CATARINA (ton/dia)

1. BENEFICIAMENTO

- . Congelamento: - 962 túneis
 - 189 armários
- . Salga: - 650 seca/natural
 - 636 úmida

2. INDUSTRIALIZAÇÃO

- . 378 Conservas
- . 130 Farinha de peixe
- . 0,2 óleo
- . 860 gelo em escama
- . 876 gelo em barras

3. ARMAZENAMENTO

- . 2.131 Conservas
- . 21.784 Congelamento
- . 1.792 Resfriamento
- . 1.180 Salgado
- . 4.353 Gelo

(+) Refere-se a todos peixes, crustáceos, moluscos, etc, do mar.

FONTE: Diagnóstico da pesca em Santa Catarina
SUDEPE - 1988.

"lavradores/pescadores" como parcela do campesinato em geral.

No terceiro capítulo, se discute a conversão de camponês à pescador artesanal, quais mecanismos que condicionaram e determinaram esta transformação e que mudanças houveram na organização da produção. Nesse momento, se entende que há o desencadeamento do processo de subordinação e proletarização desses produtores. É o início da destruição do campesinato e se procura demonstrar porque "novo camponês" é uma conceituação inadequada para explicar esse processo.

No capítulo quarto, a discussão é sobre os diferentes "cercos capitalistas" - comercialização do pescado, financiamento dos meios de produção, conflitos com a pesca industrial, especulação imobiliária e o desenvolvimento urbano/turístico - que se impõem, atualmente, à reprodução da atividade. Discute-se também a necessidade de ampliar o entendimento de "processo de proletarização", afim de que se possa explicar a subordinação da pesca artesanal ao capital.

Finalmente, ao tecer os comentários finais, longe de buscar conclusões definitivas sobre esta questão, procura-se sistematizar uma "interpretação" sobre este processo histórico, formando uma "visão" sobre o que aconteceu neste período no litoral catarinense. Intenta-se responder ao seguinte questionamento: por que, este processo, em curso desde meados deste século, que subordina a pesca artesanal ao capital, deve ser caracterizado como um processo de proletarização?

I. INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa só pode ser efetivamente construído e definido a partir da delimitação da problemática teórica, o que permitiu submeter continuamente determinados aspectos da realidade a um questionamento sistemático.

Nesse sentido, não se está descrevendo nesta dissertação um processo no qual o pesquisador extrai unicamente da pesquisa de campo os resultados da investigação. Não foi um processo simplesmente de "ida a campo" desprovido de qualquer teorização anterior, ou seja, ir ao campo de forma "neutra" e somente depois refletir a partir das questões suscitadas pela pesquisa. Pelo contrário, já existia estabelecido antes da realização da coleta de dados algumas hipóteses de trabalho, definidoras de um marco analítico de um projeto de pesquisa.

Além disso, os permanentes debates sobre a problemática da "pequena produção" ou da "produção familiar" na agricultura feitos nas aulas do curso de mestrado, proporcionou submeter os resultados da pesquisa de campo a um constante questionamento crítico. Assim, o delineamento do objeto central de estudo somente pode ser definitivamente construído após uma profunda revisão bibliográfica do ponto de vista teórico-metodológico.

Desta forma, metodologicamente, o processo de construção dessa dissertação passa não só pela pesquisa de campo, mas principalmente, pela reflexão de textos de vários autores sobre: a questão pesqueira, a problemática da pequena produção no contexto do capitalismo, as leituras da obra de

Marx, a história do litoral catarinense, etc.

Ainda como outras fontes de estudo, também importantes do ponto de vista do objeto, utilizou-se também os dados oficiais sobre a atividade pesqueira e as reportagens na imprensa. Igualmente nesse sentido, serviram os estudos realizados por outros pesquisadores no litoral de Santa Catarina. Estas pesquisas abrangeram os seguintes lugares (municípios e comunidades):

01. FLORIANÓPOLIS

- . Barra da Lagoa, TORRENS (1984) e CUNHA (1987),
- . Ponta das Canas, BECK (1979),
- . Canasvieiras, LAGO (1983),
- . Pantão do Sul, BECK (1984).

02. GAROPABA

- . Sede, TORRENS (1984).

03. ITAPEMA

- . Canto da Praia, BONIN (1984).

04. PORTO BELO

- . Canto Grande, TORRENS (1984),
- . Zimbrós, TORRENS (1984),
- . Perêquê (sede), TORRENS (1984).

1.1 - A PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa, que forneceu os dados empíricos à realização do presente estudo, foi desenvolvida no período de abril a dezembro de 1985 conjuntamente com o cientista social Pedro Lúcio Teixeira, sob o apoio financeiro da Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina -

ACARPESC(1). Depois dessa coleta minuciosa de dados, em outras duas ocasiões - em jan/fev e em set/nov de 1988 - retornou-se a algumas comunidades (São João do Sul e Laguna, principalmente) buscando reforçar algumas entrevistas e observar o desenrolar das perspectivas de desenvolvimento que haviam sido apontadas em 1985.

A decisão em termos da escolha do método tem, inegavelmente, estreita relação com os objetivos e com os resultados de uma pesquisa de campo. Desta forma, a qualidade da pesquisa está intimamente relacionada a escolha da forma e do método que se pretende desenvolver o trabalho. Dentre as opções metodológicas que existem para a realização de uma pesquisa de campo - aplicação de questionários, entrevistas (gravadas ou escritas), pesquisa participante, observação participante, etc - julgou-se a observação participante como sendo a mais adequada aos objetivos propostos no presente estudo(2). Isso porque o aprofundamento do objeto de estudo, a transformação histórica de camponês a proletário, somente foi possível na medida em que se utilizou uma metodologia que ressaltou os aspectos qualitativos desta trajetória e não puramente quantitativos, permitindo assim, a construção de um quadro mais completo do universo estudado.

Com relação a esta preocupação, na prática, a observação participante demonstrou ser mais adequada, visto que permitiu um contato mais prolongado e menos estruturado, ou melhor, estruturado apenas no plano informal com os pesquisados. Como resalta TORRENS (1984), a observação participante não se constitui num método de pesquisa formalmente estruturado pois,

"...na medida em que se procura 'viver junto' com os 'observados' compartilhando o seu modo de vida, a sua cultura e o seu cotidiano, deve-se 'conviver'

no lugar de 'visitar', ver, observar e ouvir em vez de gravar ou fazer anotações, aceitar o silêncio e apreender a escutar em vez de a todo momento fazer perguntas. Trata-se, pois, de uma pesquisa em que para se obter um melhor relacionamento com a comunidade ou o grupo estudado, adquirindo confiança de sua parte, é importante secundarizar o papel dos questionários, dos gravadores e, inclusive, dos cadernos de anotação de campo. Nesse sentido é que a observação não é formalmente estruturada."

TORRENS (1984: 11)

Além disso, é relevante frisar que, a escolha da metodologia não é tudo numa pesquisa de campo. Esta escolha não é um elemento fixo e definitivo em si, pois o êxito da pesquisa depende também da postura do pesquisador frente ao seu objeto de estudo. Nesse sentido, ele deve realizar aquilo que BRANDÃO (1987) tão bem caracterizou como " um mergulho por inteiro no mundo do outro"(3).

Portanto, na observação participante, a perspectiva lógica do pesquisador não pode ser a sua, de sua ciência, mas da própria realidade que investiga. Como se pode avaliar atualmente, com a pesquisa de campo concluída, essa preocupação é fundamental num projeto de pesquisa dessa natureza, pois isso representará, com certeza, um resultado mais completo e fiel do real. Mas, essa atitude de pesquisa não pode deixar de considerar as condições sociais subjacentes ao modo de vida tanto do pesquisador quanto do pesquisado. Não é uma postura que simplesmente valorize o desenvolvimento das relações pessoais (pesquisador/pesquisado), é preciso embasar estas relações e seus resultados às relações sociais inerentes as condições de cada um dos elementos envolvidos. Ora,

"...observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e cotidianos, construindo cadeias de significação. Este modo de observar supõe, como vimos, um investimento do observador na análise do seu próprio modo de olhar. Para conseguir esta façanha, sem se perder entrando pela psicanálise amadorística, é preciso ancorar as relações sociais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos. Do entrevistador e do entrevistado." CARDOSO (1986:103)

Concretamente, como pode ser observado no Mapa 01, a pesquisa de campo abarcou os seguintes municípios e suas respectivas comunidades:

01. BIGUAÇU

- . Praia João Rosa (Tamanco)+
- . Serraria (São José)

02. LAGUNA (pesca no oceano)

- . Farol de Santa Marta+
- . Ponta da Barra
- . Passagem da Barra
- . Praia do Gí
- . Campos Verdes (Carniça)

03. LAGUNA (pesca na lagoa)

- . Caputera+
- . Barranceira
- . Bentos
- . Perrixil
- . Cabeçuda
- . Laranjeiras



MAPA 01:
LITORAL DE SANTA CATARINA

- 1 - UNIDADES DA PESQUISA DE CAMPO
- 2 - PESQUISAS DE OUTROS AUTORES

04. ARARANGUA

- . Ilhas+
- . Hercílio Luz (Canjica)
- . Barra Velha

05. SÃO JOÃO DO SUL

- . Passo de Torres+
- . Barra Velha

06. ARAQUARI

- . Barra do Sul+
- . Barra do Itapocú

07. GARUVA

- . Itapema do Norte+
- . Barra do Say
- . Figueira do Pontal

As comunidades acima assinaladas (+), foram aquelas em que se efetivou uma convivência mais acentuada (fixação de moradia), por um período médio de 30 dias. As "entrevistas" foram realizadas em todas comunidades listadas de cada um das sete unidades da pesquisa de campo, mas a observação participante somente era plenamente desenvolvida nos lugares em que se convivia.

A pesquisa de campo envolveu as várias categorias e agentes que interessavam diretamente ao objeto central desta pesquisa, ou seja, a compreensão da trajetória de camponês a pescador artesanal e porque este se reproduz subordinadamente. Nesse sentido, foram entrevistados (observados, contatados, etc): os "patrões", os camaradas, os pescadores menores de idade, os intermediários (grandes e pequenos), os pescadores aposentados, os ex-"lavradores/pescadores", as mulheres, etc(4). A direção que se imprimiu a pesquisa de campo sempre foi no sentido de ressaltar os aspectos qualitativos, em contraposição ao

acúmulo de informações meramente quantitativas, ou seja, cada vez aumentar mais e mais o número de pessoas entrevistadas e envolvidas na pesquisa. A utilização da observação participante, sem dúvidas, representou a possibilidade dessa fundamentação qualitativa(5).

Na prática, os resultados da observação participante foram organizados da seguinte maneira: se contou com um CADERNO DE CAMPO, onde eram registradas as informações mais importantes (frases de efeito, etc) no próprio momento das entrevistas (conversas) ou observação; posteriormente, essas informações eram reunidas de maneira mais extensiva no DIÁRIO DE CAMPO, quando se procurava retratar os resultados das entrevistas e da observação do dia(6). ao final de cada uma das sete unidades da pesquisa de campo, se realizou um RELATÓRIO INFORMATIVO DA UNIDADE, onde preliminarmente as informações eram organizadas e agrupadas segundo as questões suscitadas em cada região. Finalmente, esses elementos - caderno de campo, diário de campo e relatório informativo - constituíram-se no principal embasamento do presente estudo e fundamentaram a mediação teórica e desenvolvimento da análise.

É preciso registrar para finalizar que, as entrevistas com os pescadores artesanais mais proveitosas (demoradas) aconteciam nos dias de clima adverso à pescaria. Nestas ocasiões, os pescadores passam o dia inteiro nos ranchos consertando redes, num cenário muito propício para conversas grupais. No caso das outras categorias (ex-"lavradores/pescadores", pescadores aposentados, etc), as entrevistas eram feitas em suas casas, nos bares, etc. Esses, normalmente mais idosos e detentores da história local, representavam os elementos que eram os "informantes chaves" na compreensão do processo de subordinação da atividade. Esse indivíduos "chaves", permanentemente revelavam novos fatos,

novos elementos, novas relações, que, exigiam a reestruturação do roteiro de trabalho e mesmo o desenvolvimento de novas hipóteses de trabalho(7). Dado esta riqueza dos dados fornecidos, as "entrevistas" como estes "informantes chaves" de cada comunidade foram, com exceção da 3 e da 7 unidades, registradas numa fita cassete.

Por fim, muitos pescadores viam na pesquisa de campo um canal de expressão, de denúncia dos problemas da atividade. Provavelmente, em decorrência do isolamento em que o setor subsiste, todo o tempo os pescadores faziam questionamentos quanto aos resultados das investigações, que tipos de melhoramentos que poderiam significar para a comunidade, etc. Nas palavras de um pescador,

"se male pergunta, vocês tão aqui fazendo uma pesquisa com o pescadô e com que finalidade e é essa pesquisa?"

E logo depois da explicação arrematou,

"pois então preciso conversá com o sinhores, sô pescadô há mais de 50 ano e vô le contá que a pesca anda male ultimamente..."

(ex-"lavrador/pescador"-Caputera)

II. A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO LITORÂNEO DE SANTA CATARINA

2.1 - O POVOAMENTO DO LITORAL CATARINENSE

A partir dos relatos históricos, pode-se apreender que o povoamento das terras do Sul, na segunda metade do século XVII, decorreu devido, entre outros fatores, ao interesse da Coroa Portuguesa em descongestionar a Capitania de São Vicenté, considerada superpovoada e com sua distribuição de terras definida, e em fortificar as posições militares dessa região do Brasil, palco permanente de conflitos com os espanhóis.

Os primeiros povoadores (depois dos índios Carijós) que chegaram a Santa Catarina, dedicaram-se essencialmente,

"...ao cultivo de terras, plantando a mandioca, a cana de açúcar, entre outras, empregando-se, ainda, na pesca e na procura do ouro."

CABRAL (1987: 41)

Diferentemente do que ocorria, nesta época, em outras regiões do litoral brasileiro, a grande produção agrícola - o latifúndio - não se fazia presente na realidade do estado de Santa Catarina. Apesar dos primeiros povoadores terem sido, em sua grande maioria, possuidores de extensões consideráveis de terras em São Vicente e se deslocarem para o território catarinense acompanhados de algumas famílias agregadas, os grandes empreendimentos agrícolas, em nenhuma fase deste período, chegaram sequer a se instalar.

Como se pode observar a seguir, o que se constata neste período, de acordo com um dos maiores historiadores de Santa Catarina, é a instalação da pequena produção agrícola baseada, fundamentalmente, na mão de obra familiar.

"...Não predominou para as terras de Santa Catarina o critério que a Metrópole empregou em outras regiões do país, no que prendia à concessão das sesmarias, consistindo em dar preferência aos que, além da condição de nobreza ou fidalguia, dessem provas de uma situação financeira próspera, assegurando, assim o desenvolvimento futuro da propriedade. (...) A maioria dos que receberam os favores das concessões não contava com situação econômica folgada, mas o desejo de alcançá-la motivou a sua transferência para o sul, acompanhando os fundadores. (...) A instalação de grandes domínios e a formação de grandes culturas entretanto, exigiam o dispêndio de capitais respeitáveis para a época, não estando, por isso, dentro das possibilidades da maioria as realizações agrícolas que floresceram em outras regiões. (...) Sem os recursos capazes de manter o domínio com todos os seus fatores, que caracterizavam a sociedade colonial - senhor, escravaria, agregados - os sesmeiros condenavam-se à ruína. Foi o que aconteceu em Santa Catarina. (...) Não conheceu a terra catarinense a sociedade colonial que vicejou noutras paragens, o senhor de engenho abastado e poderoso, as senzalas repletas de escravos, a mestiçagem palpitando em redor. O latifúndio não se converteu em grande domínio - e entrou, assim, em decadência. Muito

cedo iniciou-se então o regime da pequena propriedade e logo surgiu o trabalho livre." CABRAL (1987: 204/5)

A transcrição alongada deste relato histórico de CABRAL (1987) se justifica na medida em que esclarece o momento e as condições de surgimento do regime da pequena produção agrícola em Santa Catarina. Desta forma, dentre outros, fatores como a falta de recursos financeiros para desenvolver a grande agricultura, o próprio empobrecimento dos fundadores, a adversidade do meio ambiente em termos de clima e solo que propiciassem o desenvolvimento de culturas adequadas e a preocupação da Coroa em não entrar em conflito com os espanhóis ao sul; determinaram ao latifúndio uma existência apenas no plano formal, enquanto sesmarias concedidas, sem que nunca chegassem a se instalar na realidade, mesmo em termos de terras devolutas.

A exploração em pequena escala, passível de ser cultivada com a mão de obra da família, foi a responsável por uma agricultura de subsistência, caracterizando a emergência dos primeiros núcleos camponeses em Santa Catarina. CABRAL (1987) fornece uma idéia do nível de desenvolvimento de um destes núcleos iniciais. Laguna, segundo ele o núcleo mais desenvolvido, no início do século XVIII,

"...já contava com cerca de 50 casais brancos, assistidos pelo seu vigário, gente que vivia da pesca e de uma agricultura rudimentar e cujas fontes econômicas reduziam-se aos proventos da exportação de peixe seco e carnes salgadas para Santos e Rio de Janeiro." CABRAL (1987: 43)

Os portos de São Francisco, Desterro e Laguna

eram conhecidos por todos navegadores da época como os últimos da rota sul a que poderiam recorrer antes de atingir a região da bacia do Prata(1). Assim, é necessário destacar, o importante papel estratégico-militar que este campesinato de origem vicentista assumiu, garantindo o abastecimento dos navios que se dirigiam ao sul(2). Ou seja,

"...era importante manter estes pequenos núcleos camponeses que podiam abastecer os barcos de cítricos, farinha, peixe seco e água potável, além de oferecerem abrigo durante as tempestades e hospitalidade por longos períodos, enquanto os barcos eram reparados...". BECK (1979:19)

Portanto, no período histórico em que prevaleceram as tentativas de povoamento do litoral catarinense (século XVII), a pequena propriedade, fundamentada no trabalho da família, garantiu a emergência de um campesinato ainda bastante próximo dos moldes de uma economia natural. Este campesinato sobreviveu, ao período das fundações vicentistas, à falência dos grandes empreendimentos e garantiu o povoamento até a colonização açoriana.

Por fim, é preciso ainda salientar que, este campesinato deve ter contribuído também para a manutenção das "armações baleeiras", cujo trabalho era desempenhado por escravos, e para a construção das fortalezas militares, na primeira metade do século XVIII (3).

2.2 - A COLONIZAÇÃO AÇORIANA

Os colonos açorianos que chegaram ao litoral de Santa Catarina no século XVIII encontraram já instalada uma forma de produção camponesa inserida num processo

politico-econômico mais geral de ocupação das terras do sul e de controle da bacia do Rio Prata. Duas razões principais levaram o Conselho Ultramarino a aprovar em 08 de agosto de 1746 a imigração dos colonos: a superpopulação e miséria das Ilhas de Açores e a necessidade urgente de consolidar a ocupação das terras do sul, pois o avanço espanhol era iminente.(4)

Atraídos pelas vantagens oferecidas pela Coroa Portuguesa - transporte gratuito; ajuda de custo conforme o número de descendentes de cada casal; doação de ferramentas, armas, animais e a farinha de mandioca necessária ao sustento inicial; isenção do serviço militar (que era obrigatório e perpétuo); e, principalmente, terras para o cultivo(5)-desembarcaram em Santa Catarina, segundo CABRAL (1950:523), 6.372 pessoas(6) entre adultos, crianças e velhos de ambos os sexos, nos cinco transportes realizados das Ilhas, no período de 1748 a 1756.

Quanto à organização e distribuição dos colonos no território catarinense, BRITO (1829) fornece algumas informações. Segundo este autor, em 1810 a população existente na Capitania era de 30.339 pessoas, localizadas essencialmente na região litorânea. Destas 30.339 pessoas, eram:

"...11\$173 homens, e 12\$507 mulheres, brancos; 293 homens e 358 mulheres de diferente côr, libertos: 4\$633 homens e 2\$570 mulheres, escravos: o total desta população comparada com a extensão do território dá 30 habitantes por huma légoa quadrada. Ora para se conhecer quanto esta população pode augmentar, cumpre notar que ella somente habita a Ilha, e huma porção da terra

firme á beira-mar em toda extensão da costa, que terá quando muito três léguas na direção leste-oeste, isto he, huma superficie de 237 léguas quadradas, porque todo o resto da Capitania para o interior he sertão inculto, e despovoado, de maneira que neste estado abandonado se achão hoje 764 léguas quadradas!" BRITO (1829: 50)

Os colonos açorianos instalados em Santa Catarina dedicaram-se fundamentalmente a uma agricultura de subsistência e de alguns produtos que interessavam diretamente à Coroa Portuguesa, pela possibilidade de comercialização com a Metrópole. Dentre estas culturas se destacam, segundo COELHO (1877: 53/68): linho (donzelo, comum e cânhamo), anil, cochonilha, tabaco, café, baunilha, trigo, algodão, amoreira, bicho da seda e a videira.

Contudo, vários motivos relatados pelos historiadores(7) determinaram que estas culturas não tivessem êxito e logo observou-se uma ampliação do cultivo da mandioca como principal produto regional, chegando a ter uma parcela de sua produção exportada(8).

Com a imigração açoriana aumentou consideravelmente a população catarinense, mas o processo de organização da vida colonial não se deu nos moldes recomendados no edital de 31 de agosto de 1746. De acordo com CABRAL (1950:552/62), o Marquês de Lavradio, em vasta correspondência ao governador da Província, descreve um conjunto de críticas a situação dos colonos na época, delimitando as causas centrais de desorganização da vida colonial. As críticas podem ser agrupadas, segundo CABRAL (1950), em três pontos básicos:

. a concentração de grande número de lotes na

Ilha, sendo a distribuição feita de forma desigual;

. as porções destinadas aos pobres não foram suficientes para o desenvolvimento das lavouras e criação do gado; e,

. a apropriação privada de grandes porções de terra, pois aqueles que possuíam parcelas insuficientes para manter as suas famílias terminavam abandonando-as e sendo rapidamente "apossadas" por aqueles que o próprio Marquês de Lavradio classificou de "tubarões" e que impediam o uso destas terras.

Com certeza, como muito bem pondera CABRAL (1950:555), ocorreu uma parcialidade na distribuição das terras, beneficiando enormemente alguns poucos colonos que tinham um elevado grau de nobreza, gozando de prestígio junto às autoridades. Para a grande maioria dos colonos, a insuficiência de terras atribuídas significou a impossibilidade de estabelecerem seu pequeno domínio rural. Como consequência, estas porções de terras abandonadas terminavam sendo "apossadas" (ou apropriadas) pela nobreza, restando aos mais pobres a alternativa de ingresso nas tropas portuguesas.

Sinteticamente, é preciso ter claro que o processo de colonização açoriana fundamentou-se no campesinato parcelar. Nesse sentido, são extremamente acertadas as conclusões de BECK (1979), segundo as quais,

"...o colono açoriano aqui instalado assumiu a perspectiva econômica de um campesinato parcelar: pequenas glebas, de propriedade privada, trabalhadas com a mão de obra familiar e, eventualmente, algum ajudante; a emergência de povoações; à qual estava relacionado,

principalmente pelas festas religiosas, pois aí estavam localizadas as Igrejas.." BECK (1979: 28)

Assim, por volta dos fins do século XVIII e início do século XIX, o processo de colonização do litoral catarinense já estava consolidado e se expandia além dos núcleos iniciais de São Francisco do Sul, Desterro e Laguna, elevando a produção agrícola ao ponto que parcela pode ser comercializada e mesmo exportada. Finalmente, é importante registrar que, nesta época, a pesca representava para o camponês apenas mais um elemento de sua subsistência, sendo praticada portanto, de maneira subsidiária, acessória e secundária à agricultura.

2.3 - A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DOS "LAVRADORES/PESCADORES"

O limiar do século XX desnuda uma paisagem consolidada no litoral de Santa Catarina: sua efetiva ocupação. Como resultado das tentativas anteriores de povoamento e de colonização, gradativamente foram se fixando em toda extensão da costa um conjunto de pequenos produtores.

O fato desses pequenos produtores terem se fixado na região litorânea define especificidades, em relação aos camponeses em geral, notadamente aos que habitam as regiões interioranas, na forma de organização de sua subsistência. Os camponeses do litoral, assim como os interioranos, tinham no desenvolvimento das atividades agrícolas sua preocupação econômica fundamental, mas isso não significava que restringiam a sua subsistência aos produtos da terra. Para esta parcela do campesinato, o ambiente aquático (mar, lagoas, rios, etc) se colocava com uma fonte "inesgotável" de recursos naturais (peixes, crustáceos,

moluscos, etc), que eram passíveis de serem aproveitados através de formas extremamente rudimentares de coleta, e assim, contribuírem na composição da alimentação familiar.

De maneira geral, o campesinato litorâneo orientava a produção/reprodução de sua subsistência a partir do desenvolvimento de uma combinação de atividades agrícolas e pesqueiras(09). Como relata um historiador do início do século, referindo-se a uma comunidade de Florianópolis:

"a pesca na Ponta das Canas é a ocupação mais comum do povo, como de resto de toda a gente da costa catarinense, que reparte sua atividade entre as roças e as redes, de onde define a sua subsistência...". VARZEA (1900:143).

Esa articulação da agricultura com a pesca impunha a este campesinato uma dependência à ocorrência de determinados ciclos naturais que se repetiam sazonalmente de ano a ano(10). Essa dependência, por sua vez, implicava em seguir um calendário de atividades bastante preciso, no qual se alternava a ocupação da mão de obra familiar regularmente entre um e outro tipo de atividade. Resguardas as especificidades regionais nos diferentes pontos do litoral do estado, esquematicamente, o calendário anual das principais atividades sazonais dos "lavradores/pescadores", pode ser descrito conforme o Quadro 03.

Algumas vezes, contudo, as duas atividades eram praticadas simultaneamente, sem prejuízo de nenhuma delas, como se pode observar num depoimento de um ex-"lavrador/pescador" de Canasvieiras (Florianópolis), citado na pesquisa de LAGO (1983: 57):

QUADRO 03: CALENDARIO ANUAL DE ATIVIDADES DOS
"LAVRADORES/PESCADORES" CATARINENSES

JANEIRO

- . Plantio de verão do milho
- . Colheita do milho do inverno
- . Safra do camarão rosa nas lagoas de Laguna
(pesca individual)

FEVEREIRO

- . Colheita do milho do inverno
- . Safra do camarão rosa nas lagoas de Laguna
(pesca individual)

MARÇO

- . Colheita do feijão do verão

ABRIL

- . Colheita do feijão do verão
- . Colheita da mandioca
- . Começo da "farinhada"

MAIO

- . Colheita da mandioca
- . "Farinhada"
- . Safra da tainha (pesca em "sociedades")

JUNHO

- . Safra da tainha (pesca em "sociedades")

JULHO

- . Safra da tainha (pesca em "sociedades")

(continuação)

AGOSTO.

- . Início do plantio da mandioca
- . Plantio do feijão do inverno
- . Plantio do milho do inverno
- . Safra da corvina (pesca em pequenas "sociedades" no norte do estado)

SETEMBRO

- . Plantio da mandioca
- . Colheita da mandioca
- . "Farinhada"
- . Safra da corvina (pesca em pequenas "sociedades" no norte do estado)

OUTUBRO

- . Plantio da mandioca
- . Colheita da mandioca
- . "Farinhada"

NOVEMBRO

- . Plantio da mandioca
- . Colheita do feijão do inverno
- . Safra do bagre em lagunas e estuários (pesca em "sociedades")

DEZEMBRO

- . Plantio da mandioca
- . Colheita do feijão do inverno
- . Safra do bagre em lagunas e estuários (pesca em "sociedades")

"...porque era assim, nós trabalhava a parte da manhã na lavoura, na roça e a tarde então, nós ia prá pescaria. Se trabalhasse a parte da manhã na pescaria, a tarde nós ia prá roça. Tempo cuidava de um, tempo de outro..."

A seguir, para poder descrever com maiores detalhes e discutir com maior profundidade, as atividades que definem a subsistência deste segmento camponês serão tratadas separadamente, objetivando-se não perder com isto, as implicações que emergem da situação de combinação de uma com a outra atividade.

2.3.1 - A LAVOURA

Excetuadas algumas cidades que já apresentavam um considerável desenvolvimento comercial no início do século(11), o restante do litoral era formado por várias comunidades relativamente isoladas. Os depoimentos registrados na pesquisa de campo confirmam que, nesta época, era muito pequeno o número de habitantes da maioria dessas comunidades. Dois anciãos, "Seu João Maneca", 98 anos e "Seu Chico", 86 anos, ambos de Caputera (Laguna), fornecem uma idéia do contingente populacional de sua comunidade:

"eu não sei quantas casa tinha...mas muita gente não tinha, tinha bem poquinho...era poca gente, tudo casinha de barro, barreadinha, casinha de pau, coberta de palha de tiririca..."

(ex-"lavrador/pescador"- Caputera)

"...hoje eu não sei contá como tá, quem contava do Guaçu no Perrixil 10 casa, não tinha ninguém não é?...". (ex-"lavrador/pescador"- Caputera)

O que se pretende demonstrar é que, nesta época, dado que existiam poucos moradores e as comunidades eram relativamente isoladas, existia uma disponibilidade de terras devolutas que podiam facilmente ser apossadas pelos "lavradores/pescadores" e ocupadas com a lavoura de subsistência. Nada impedia que as terras livres e ainda virgens fossem desmatadas, pelo método tradicional da "queimada"(12), e posteriormente limpas, pela família camponesa, para então plantar a roça.

Naquele período, a mandioca continuava sendo o principal produto cultivado na região litorânea do estado. Além da mandioca, os "lavradores/pescadores" cultivavam ainda, em menor escala, o feijão, o milho e o arroz, este último principalmente na região norte. De todos estes produtos, a mandioca, por ser o produto principal, tinha o que se poderia chamar de ciclo próprio, que ultrapassava o ciclo anual, demorando dois anos para ser colhida.

O trabalho na roça envolvia toda mão de obra familiar, ou seja, mobilizava todo o "grupo doméstico"(14), mas existia, ainda que bastante incipiente, uma certa divisão das tarefas a serem executadas. Assim, a escolha do terreno, o que iria ser plantado, a "queimada" e o início das atividades, eram decisões do chefe do grupo doméstico que, em geral, as executava auxiliado pelos filhos maiores e pelo pai ou sogro quando moravam juntos. As tarefas subsequentes, o cultivo, a limpeza e a manutenção da lavoura eram executados, via de regra, pelas mulheres e filhos menores, que começavam a ir para roça entre os 10 e 12 anos. Finalmente, a colheita e o transporte para o engenho (no caso da mandioca) eram atividades masculinas, das quais as mulheres não participavam.

A "farinhada", como era designada pelos camponeses, se constituía na transformação da mandioca em farinha nos engenhos rudimentares que existiam em grande quantidade em todo o litoral. Era comum existirem alguns engenhos-de-farinha em todas comunidades (existiam em torno de 3 ou 4, dependendo do tamanho da comunidade).

O processo de trabalho que se desenvolvia no engenho-de-farinha também se caracterizava como uma forma de trabalho familiar. Desde a retirada das raízes de mandioca da roça até que a farinha estivesse ensacada e pronta para consumo, todo grupo doméstico se envolvia. O trabalho no engenho implicava numa divisão sexual do trabalho dentro do grupo doméstico e, dependendo do número de menores da família, requeria o auxílio de alguns ajudantes, que eram remunerados em espécie (farinha)(14).

Depois de pronta e ensacada a farinha, quando o dono do engenho não era dono da mandioca, começava a repartição do produto. O dono do engenho exigia a "terça" para transformar em farinha mandioca de outro camponês (contando com o trabalho deste e de sua família); ou seja, duas "partes" da farinha para o dono da roça e uma "parte" para o dono do engenho.

Portanto, a lavoura desenvolvida pela mão de obra familiar dos camponeses "lavradores/pescadores" cumpria um papel muito importante na garantia da subsistência desse grupo social. Tratava-se de uma forma de produção bastante elementar que, tendo a enxada como principal instrumento de trabalho(15), destinava-se praticamente em sua totalidade ao consumo familiar. Segundo se resgatou na pesquisa de campo, somente poucos camponeses e, a maioria, em ocasiões muito

eventuais colocavam à venda parcela desta produção agrícola.

2.3.2 - A PESCA

Como se discutiu anteriormente, a preocupação econômica fundamental dos camponeses litorâneos de Santa Catarina, no início deste século estava centrada no desenvolvimento da agricultura. Contudo, a subsistência desse grupo social baseava-se também na prática da pesca.

Nesta época, os mais variados ambientes propícios para a prática da pesca (lagoas, baías, estuários, praias, etc) do litoral catarinense possuíam "estoques" verdadeiramente abundantes de pescado, pois, sobretudo, a intensidade do desenvolvimento da atividade era muito pequena, permitindo a reprodução natural das condições de safras. Em muitas comunidades, inclusive, onde existiam dois ambientes de pesca - o rio ou a lagoa e o mar - era comum os camponeses associarem a pesca em cada ambiente às diferentes safras de pescado, reforçando ainda mais sua dependência e orientação pelos ciclos naturais. Como esclareceram vários ex-camponeses anciãos no decorrer da pesquisa de campo, existia uma enorme quantidade disponível de pescado, possível de ser capturado até mesmo com as mais rudimentares formas e instrumentos. Nas suas palavras:

"pois eu ainda alcancei, nós atravessá a canoa assim na bera do perí e acende o facho, prá tainha pula dentro..."

(ex-"lavrador/pescador"-Caputera)

"naquele tempo existia peixe... tava deitado na cama e escutava o estralá da tainha n'água..."

que vê quando o bôto batia."

(pescador artesanal aposentado-Passo de Torres)

"...nóis combinava prá entra tudo junto no rio prá tarrafeá, nóis esperava a tainha entra tudo no rio, era aquela branquidão de peixe... daí começava a mata..."

(pescador artesanal aposentado-Ilhas)

"saia demanhãzinha assim, no escuro... olhava n'água e largava a fisga, pegava cada um linguado deste tamanho assim, era um ternero..."

(pescador artesanal aposentado-Morro Agudo)

"agora eu lhe conto assim... que eu ví o camarão, a manta do camarão assim no seco, no seco... ela daqui pulando lá enté riba do capim. O senhor pode acredita que eu ví, mas ninguém pescava... ninguém. Sabe cumé que pegava o camarão? arrastado com um balaio."

(ex-"lavrador/pescador"-Caputera)

Esse variado e abundante potencial de recursos naturais facilitava sobremaneira a subsistência desse campesinato que, de maneira geral, tinha um costume alimentar a base de "pirão d'água" (feito de farinha de mandioca) e peixe.

Além de contribuir diretamente na composição da dieta alimentar do camponês, o pescado também se constituía na sua principal fonte de ingressos. Depois de capturado, o pescado era escalado, salgado e seco para ser consumido gradativamente e, principalmente, ser vendido e assim, com o dinheiro obtido, poderem serem adquiridas algumas mercadorias

essenciais as quais o camponês não produzia. Assim se expressou um ex-camponês:

"... o peixe era tudo escalado e seco, depois ia vendendo de pouco em pouco, conforme as precisão da gente.."

(ex-"lavrador/pescador"-Caputera)

Mas, para adquirir o conjunto de mercadorias que não produzia, não bastava o camponês pescar e salgar o pescado, era preciso, sobretudo, que fosse vendido. E aí algumas dificuldades se colocavam. Normalmente, dado o relativo isolamento das comunidades, longas distâncias tinham que ser vencidas para que o pescado pudesse chegar até o mercado. E isto representava um esforço de trabalho adicional para o "lavrador/pescador" que, além de trabalhar na roça e na pescaria, precisava garantir pessoalmente, na maior parte das vezes, a venda do seu produto.

A única forma de conservação do pescado que os camponeses dispunham, nesta época, era a "salga" e, por isso, em termos da totalidade do litoral, a comercialização se dava, principalmente, com o produto nesta forma. Todavia, em algumas comunidades, realizava-se também a venda do pescado "in natura" e, nesta forma, dada a sua alta perecibilidade, aumentavam ainda mais os riscos e dificuldades para sua efetivação. Nessas comunidades, eles transportavam o pescado em suas canoas até o centro urbano mais próximo, onde vendiam, normalmente, no mercado público municipal ou em feiras livres do gênero, diretamente aos consumidores. Quando não vendiam todo o pescado ou quando, devido a ocorrência de más condições de navegação, atrasavam o transporte, os prejuízos eram imensos.

"nós levava o peixe fresco,mas a se não vendesse na hora da estiva, até as 5 horas, não guntava mais, tinha que joga tudo fora... Teve tempo de joga barcada de 400, 500 quilo fora, porque quando chegava em São Francisco, o fiscal não dexava vendê, porque tinha branquiado a gueurra."
(pescador artesanal aposentado-Itapema do Norte)

"naquele tempo era difícil da gente vendê peixe. Hoje é fácil. Naquele tempo, os pescadores antigos, eles pescavam de noite, davam 2, 3 cercadas, depois iam em casa cumê um pouquinho, levavam uma roupinha e iam vendê na cidade a remo, remavam daqui a Florianópolis. Agora, hoje tá muito fácil, o peixe caiu na praia tá vendido. Naquele tempo se pescava de noite, porque não havia gelo e, se pescasse com sol estragava tudo. Então, a gente procurava a noite prá pesca. Mesmo assim era difícil porque se chegava lá até às 10 horas, daqui a pouco o fiscal vinha, botava creolina, não dava prá vendê mais. O peixe não valia nada..."

(pescador artesanal aposentado-Canasvieiras)

In: LAGO (1983: 65)

Outras vezes ainda, devido as dificuldades de comercialização, os "lavradores/pescadores" trocavam diretamente o pescado por outros produtos agrícolas que não possuíam em suas roças com os agricultores de regiões mais interioranas, como confirmam os depoimentos de ex-camponeses.

"...dinheiro pescadô quase não via naquela época, então ele trocava por otros produto. As veis ia com peixe e vortava com ovo prá casa."

(pescador artesanal aposentado-Ilhas)

"vinha o pessoal do sertão à cavalo, com cangaia prá carrega... Eles de tarde tratava pro pescador pega no outro dia, trazio feijão, café, um poco de arroz prá troca..."

(ex-"lavrador/pescador"-Passo de Torres)

Por outro lado, os instrumentos de trabalho que os "lavradores/pescadores" utilizavam na pesca, em geral, eram restritos a uma pequena canoa de um pau só (escavada no tronco de uma árvore)(16), movida a remo (de voga) e/ou vela que variava seu tamanho em função das condições em que se efetuava a pescaria (mar bravo, mar calmo, lagoa, etc) e um equipamento rudimentar para a captura que igualmente variava de acordo com o ambiente e com a espécie de pescado a ser capturado. A tarrafa(17), tecida com algodão, fibras de "gravatá"(18) ou "tucum"(19), era o equipamento mais comum em todo litoral e se destinava à captura de várias espécies de peixe e camarão, principalmente em ambientes estuarinos e lagunares. Já as redes de algodão e os espinhéis(20) de fio de algodão serviam tanto para a pesca em águas interiores (lagoas, rios, etc) quanto no mar grosso e capturavam, principalmente a tainha (mugil spp), a corvina (micropon furnieri); (redes); o bagre (arius bagre) e a anchova (pomatomus saltatrix); (espinhéis) (21). É preciso registrar ainda que para que os fios de algodão (tarrafas, redes, etc) durassem um longo período, resistindo ao desgaste da água salgada (apodrecimento) e as intempéries, precisavam ser sistematicamente tingidos com cascas de árvores;

"naquela época não existia nailo prá rede, era só algodão, nós coxava linhote de 24 ramo... e tinha que conserva sempre na tinta, né? Sempre na tinta

para que aguentasse, não apodrecesse... Porque o que dava vida no algodão era a casca de jacatirão, dessa capiúva e casca de capiroroca vermelha..."

(pescador artesanal aposentado-Itapema do Norte)

A pesca era uma atividade na qual as mulheres participavam apenas indiretamente: nos momentos da preparação da conservação do pescado ("salga") e de confecção de alguns instrumentos de trabalho. O processo de trabalho da pescaria propriamente dito, sempre foi, por excelência, uma ocupação essencialmente masculina, no qual se envolviam o chefe do grupo doméstico e os filhos mais velhos.

Com excessão da pesca em pequena escala, praticada individualmente com o auxílio da tarrafa ou da "linha de coita" e que se dava no decorrer de todo o ano, o processo de trabalho da atividade pesqueira, que era desenvolvida pelos camponeses "lavradores/pescadores", caracterizava-se pela mobilização de um grupo social que extrapolava os limites da família camponesa e se vinculava por relações de parentesco, compadrio, ou mesmo de vizinhança.

Nos momentos em que se aproximavam a época dos ciclos migratórios que determinadas espécies de pescado fazem anualmente para se reproduzirem(22), prontamente os camponeses no litoral, organizavam "sociedades" para conjuntamente melhor aproveitarem este período de safra. Essas "sociedades" recebiam distintos nomes nos vários pontos do litoral, mas guardavam muitas características comuns, como:

. eram formadas tendo por base relações de parentesco,

de compadrio ou ainda de vizinhança, dependendo do tamanho da "sociedade";

. apesar de existiram diferentes tarefas no processo de trabalho, todos membros participavam igualmente, detendo o conhecimento da execução de todas as tarefas;

. a propriedade dos meios de produção era difusa entre os membros, cada um entrava com uma pequena extensão de rede, que posteriormente, seriam emendadas, ou então cada um participava na confecção de um pedaço da rede da "sociedade";

. a repartição do produto da pesca da "sociedade" se dava igualitariamente entre todos participantes do processo de trabalho, independente da função que houvesse desempenhado;

. a "sociedade" existia apenas enquanto durasse a safra do pescado, sendo desativada imediatamente após sua ocorrência para ser formada novamente no ano seguinte.

Entre outras "sociedades" a pesquisa de campo detectou que existiram:

. em ARARANGUA, os "lavradores/pescadores" das comunidades de Ilhas e Morro Agudo conseguiram como doação de um político/comerciante eminente da região, o fio de algodão para confecção de uma grande rede de arrasto. A rede foi feita em mutirão e, devido a predominância do branco do algodão, ficou conhecida como "Pata Branca". A "sociedade" foi organizada em 1920, contando com a participação de uns 30 membros que se reuniam anualmente para a safra do bagre, perdurando até 1947/50 aproximadamente;

. em Passo de Torres (SÃO JOÃO DO SUL) a primeira "sociedade" foi formada em 1914, aproximadamente, reunindo uns 30 produtores em torno de uma rede de arrasto que era utilizada na safra do bagre e da tainha. Em seguida, em 1922/23, organizaram outra "sociedade" nos mesmos moldes da primeira, reunindo uns 35 membros. As duas "sociedades" eram conhecidas como "Redes de Alah", mas funcionavam independentes, cada uma com direito a pescar 24 horas, nos períodos das safras, numa ampla área reservada do rio Mampituba, que era conhecida como "viveiro", sendo preservada pelo próprio costume e vigilância contínua dos membros das redes;

. nas comunidades que margeiam a lagoa de Imarui e Mirim, em LAGUNA, os "lavradores/pescadores" a partir a primeira década deste século, começaram a se reunir em "sociedades", formadas pela contribuição de um pedaço de rede de cada membro, que eram emendadas prá fazer grandes redes, usada na safra do bagre e da tainha. Por isso, essas "sociedades" ficaram conhecidas como "emendas";

. em FLORIANÓPOLIS, nas suas diversas comunidades em que ocorria a associação da pesca e da agricultura, já no final do século passado começaram a surgir as "companhas" - nome proveniente de Portugal, que significava sociedade ou grupo de pescadores que trabalhavam juntos de forma igualitária - organizadas para a constituição de uma grande rede de arrasto de praia, que era usada exclusivamente na pesca da tainha.

Portanto, em linhas gerais, para o campesinato habitante do litoral catarinense no início do século XX, a pesca se constituía numa atividade sazonal, praticada de forma subsidiária, acessória e complementar ao desenvolvimento da agricultura. Mas, inegavelmente, esta

prática sazonal da pesca cumpria um importante papel na garantia da reprodução desse grupo de pequenos produtores, seja pelo consumo direto do pescado salgado, seja pela sua venda para a obtenção de dinheiro.

Tratava-se de uma forma de organização da produção em que a mão-de-obra familiar se mobilizava em função da agricultura ou da pesca de forma alternada, ou por vezes simultânea, em sintonia com as etapas do calendário agrícola e de algumas safras de pescado.

2.3.3 - A INDÚSTRIA DOMÉSTICA DOS "LAVRADORES/PESCADORES"

O modo de vida dos habitantes das pequenas comunidades que se espalhavam ao longo do litoral catarinense no início do século XX ainda estava marcado pelas características de uma economia quase nos moldes naturais, de auto-suficiência. O consumo de produtos de fora da unidade de produção camponesa era bastante ínfimo, se restringindo a uns poucos produtos industrializados - ferramentas, anzóis, cerâmica, etc - e gêneros alimentícios especiais - sal, açúcar, café algumas vezes, etc.

Assim, historicamente, os "lavradores/pescadores" de certa forma incentivados pelas dificuldades do relativo isolamento das comunidades litorâneas, de um lado e pela abundância de materiais e recursos disponíveis na natureza, de outro; desenvolveram a produção familiar de uma série de produtos e instrumentos que facilitava sua sobrevivência, seu dia a dia. Ou seja, além de se nuclear alternadamente entre as atividades agrícolas e pesqueiras, a mão de obra da família camponesa também produzia vários utensílios e produtos

artesanais, o que permite que se identifique neste período, a existência de uma "indústria doméstica", semelhantemente à descrita por KAUTSKY (1980)(23).

A descrição e discussão da "indústria doméstica" dos "lavradores/pescadores" começa com a observação de suas habitações. As habitações dessa época eram construídas em sistema de mutirão, utilizando paus tramados e barro batido ("estruque") e depois cobertas com palha de "tiririca". Um pequeno número de móveis e uns poucos utensílios de cerâmica e ferro compartilhavam o cenário das casas dos camponeses, que tinham ainda iluminação fornecida pelo lampião com óleo de "anóz"(24), mamoeira e, no inverno, com banha de tainha. Aliás, é oportuno salientar que a "oposição" pesca/agricultura também define a distribuição espacial das comunidades: próximo à praia ficavam os ranchos de materiais de pesca e canoas - muitas vezes feitos totalmente de palha de tiririca -, nas encostas e um pouco mais afastado da praia, mas não longe, ficavam as residências, os engenhos de farinha - com estrutura igual a das casas e instrumentos feitos de madeira - e, mais longe, nas encostas, ficavam os roçados.

O algodão cultivado em algumas comunidades e comprado em outras, constituía-se numa matéria prima essencial. O algodão depois de ser fiado pelas mulheres e pessoas mais velhas, servia tanto para a confecção de roupas, quanto de redes. VARZEA (1900) descrevendo a comunidade da Lagoa da Conceição (Florianópolis) faz referência ao uso dos teares manuais para a confecção de roupas:

"...cultivava em grande o linho, sobretudo o linho galego e donzelo, que era aí mesmo tecido em teares rudimentares e primitivos. Estes aparelhos atualmente arcaicos, mas cuja descrição

vale a pena ser conhecida, ainda hoje funcionam nesta como em muitas e outras freguesias e arraias. E é neles que se fazem os tecidos comuns de algodão branco ou de cores, utilizado para toalhas, guardanapos, colchas, etc e os chamados riscados que são vendidos em cortes, e de que se vestem os roceiros em geral.(...) Destes tecidos a em toda Ilha e no continente numa interessante e profusa variedade..."

VARZEA (1900: 138)

O fio do algodão, e em menor escala o de "tucum", eram usados para a fabricação de todos instrumentos de captura: redes, tarrafas, espinhéis, etc. A confecção da panagem da rede ou da tarrafa ficava a cargo da mulher principalmente. Mas a mulher não era a única da família que fazia as redes, na verdade todos, desde os catorze, quinze anos participavam um pouco. Era uma atividade muito comum para conversar, contar adivinhações, "causos", etc, enquanto "prazeirosamente" confeccionavam suas redes.

Depois de pronta a panagem das redes, era preciso "entralha-las". Na confecção dos cabos das redes era usado o "gravatá", sendo o entalhamento superior feito com raiz de "corticeira"(25), que serviam de bóias, e o inferior feito com "chumbadas" de barro.

As mulheres, apesar de não participarem diretamente na pesca desempenhavam, com o auxílio das crianças uma série de outras tarefas, na "farinhada", na secagem e salga do pescado, na roça, na torrefação e moagem do café (quando existia), na confecção de redes, na casa, etc. Além de tudo isso, algumas mulheres se dedicavam ainda a produção de trabalhos artesanais: a renda-de-bilro na região

de Florianópolis e Laguna, as esteiras e chapéus de palha de "tiririca" e "butiá" (cocos Jatahy) em Araranguá e as esteiras de "junco" (*Cyperus articulatus*) do norte do estado. Esse produtos eram tanto usados pela família camponesa quanto algumas vezes, se constituíam numa fonte ocasional de ingressos.

De tudo que se demonstrou até então, pode-se apreender que, várias circunstâncias possibilitaram durante muito tempo, ao habitante do litoral de Santa Catarina, manter sua dupla condição de agricultor e pescador. Desse conjunto de circunstâncias deve-se ressaltar: o caráter artesanal dos meios de produção, cujos materiais básicos se encontravam livres na natureza e acessíveis ao "lavrador/pescador; o ínfimo consumo de produtos de origem industrial e o desenvolvimento de uma "indústria doméstica" ; o fato de ser o pescado e os produtos da lavoura familiar os principais ou únicos suportes da subsistência familiar e, também no caso do pescado - o principal elemento da renda familiar.

2.4 - O USO DO CONCEITO CAMPONÊS E SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICAS

De acordo com os relatos históricos de que se dispõe, já na segunda metade do século XVII se observa a falência dos grandes empreendimentos agrícolas (latifúndio) e a emergência dos primeiros núcleos de pequenos produtores no litoral de Santa Catarina. Posteriormente, com a imigração açoriana, se reforça a colonização do litoral baseada na pequena propriedade, pois os colonos açorianos trouxeram consigo a tradição e a experiência no desenvolvimento de uma agricultura de subsistência em combinação com a prática da pesca.

Assim, no início do século XX, o litoral catarinense já se encontrava efetivamente ocupado onde havia algumas cidades de porte considerável e várias comunidades relativamente isoladas de pequenos produtores, onde a mão de obra familiar desenvolvia articuladamente a agricultura e a pesca. A preocupação econômica fundamental desses produtores estava no desenvolvimento das atividades agrícolas, no trabalho da lavoura de subsistência (na qual a mandioca se destaca como produto preponderante), mas a principal fonte de renda era a atividade pesqueira. O pescado, além de servir ao consumo direto, era em geral, salgado e seco para ser vendido, constituindo-se na principal fonte de dinheiro disponível para a compra de algumas mercadorias essenciais, que não produziam. Portanto, para estes produtores, a pesca era uma atividade complementar, subsidiária à agricultura, destinada a produzir valores de troca.

Como também se pode observar no item anterior, dado o relativo isolamento das comunidades, esses pequenos produtores não somente produziam sua alimentação (produtos agrícolas e pescado), como também produziam uma série de produtos artesanais (instrumentos de trabalho, etc) e de utensílios, caracterizando-se a existência de uma "indústria doméstica", nos mesmos moldes da descrita por KAUTSKY (1980).

O calendário de atividades econômicas era bastante complexo, alternando regularmente a ocupação da mão de obra familiar entre a agricultura e a pesca. Nos momentos em que a exigência de mão de obra extrapolava a disponível no grupo doméstico, se observava a ocorrência de várias formas de sociabilidade, de ajuda mútua, de mutirão, como na "farinhada", nas "sociedades" da pescaria, na colheita, na construção das habitações, etc.

Contudo, no mundo acadêmico, dentro do debate das ciências sociais, não basta descrever pormenorizadamente as características da forma de organização da produção desse conjunto de pequenos produtores. Dentro desse debate, historicamente, os cientistas sociais constroem categorias que mediatizam a análise e permitem - dentro de certos limites - universalizar as conclusões. Nesse sentido, caracterizar esses pequenos produtores, que habitavam o litoral de Santa Catarina até o início deste século, de camponeses tem algumas implicações teórico-metodológicas(26). No entanto, como se observará a seguir, o conceito de campesinato se adequa perfeitamente ao caso dos "lavradores/pescadores".

O uso do conceito de camponês a forma de organização da produção dos "lavradores/pescadores" é possível porque esses produtores se constituem em produtores simples de mercadorias (pescado salgado e seco) dotados de uma autonomia relativa sobre o seu modo de vida em geral (processo de trabalho, o que plantar, quando pescar, etc). A relação desse produtor com o mercado capitalista é eventual, marginal, irregular. Apesar da venda do pescado ser a sua fonte de renda, como sua relação com o mercado é marginal, o "lavrador/pescador" não tem sua reprodução social (no sentido do seu modo de vida) determinada por nenhuma "subordinação" à reprodução do capital em geral.

Esses elementos gerais, ao que indicam, sustentam a identificação dos "lavradores/pescadores" ao campesinato. Além disso, as próprias características dessa forma de organização da produção justificam essa identificação. Essas características são:

. a importância do trabalho agrícola para a reprodução familiar, tanto dos meios de produção, quanto da mão de obra do "lavrador/pescador";

. a relevância do trabalho familiar ("grupo doméstico") como limite extremo na organização da produção;

. a reduzida capacidade de acumulação de capital, decorrente da pequena escala do excedente gerado nesse tipo de economia;

. a existência de uma "indústria doméstica" responsável pela reprodução dos rudimentares meios de produção e, eventualmente, por algum ingresso de renda da venda de trabalhos artesanais;

. a manifestação de diversas formas de sociabilidade entre os "lavradores/pescadores", das quais se destaca as "sociedades" de pesca, marcadas pelo igualitarismo na geração e divisão dos valores de troca (pescado);

. a dependência desses pequenos produtores à ocorrência de determinados ciclos impostos pela natureza;

. a situação de dependência do "lavrador/pescador" vis-à-vis aos mercados e comerciantes, principalmente, por trabalharem com uma mercadoria altamente perecível.

Portanto, a principal conclusão de uma observação acurada destas características listadas acima é de que a organização social dos "lavradores/pescadores", na primeira metade do século XX no litoral de Santa Catarina, é parte integrante do campesinato em geral. DIEGUES (1983) também chega a estas mesmas conclusões ao estudar o litoral sul de São Paulo. Como ele afirma, se referindo a "pequena produção familiar dos lavradores/pescadores",

"na medida em que as atividades de produção e consumo se realizam dentro da unidade familiar que também detém os meios de produção, e na medida em que inexiste uma acumulação de capital contínua, podemos dizer que estamos em presença de uma unidade camponesa de produção". DIEGUES (1983:153)

III - DE CAMPONÊS A PESCADOR ARTESANAL: O INÍCIO DO PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO

3.1 - AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAMPONESA

Como se discutiu no capítulo anterior, a combinação das atividades agrícolas com as atividades pesqueiras foi, durante muitos anos, a forma de reprodução social das pequenas comunidades camponesas que se espalhavam ao longo do litoral catarinense. O desenvolvimento dessa combinação garantia a subsistência dos "lavradores/pescadores" em perfeita harmonia com a ocorrência dos ciclos da agricultura e da pesca, permitindo a reprodução natural das condições de safra de cada atividade.

Viu-se também que essa forma de organização da produção, na qual toda mão de obra da família camponesa se envolvia, assegurava, dada a abundância dos recursos naturais disponíveis: de um lado, um modo de vida próximo ao autoconsumo alimentar, com a prática da combinação agricultura/pesca e; de outro, a propriedade, o acesso ou a posse dos meios de produção à maior parte dos camponeses, visto desenvolverem uma "indústria doméstica".

Contudo, esse modo de vida camponês não perdurou eternamente na evolução histórica das populações litorâneas. Gradativamente, em decorrência da expansão do modo de produção capitalista, essa forma de organização da produção foi sendo destruída e dando lugar a uma nova forma, já inserida no contexto do desenvolvimento capitalista.

A destruição do camponês litorâneo de Santa Catarina foi consequência de um processo global de expansão do modo de produção capitalista, mas que se manifestou concretamente através de dois mecanismos condicionantes principais: o desenvolvimento urbano/imobiliário e a melhoria dos canais de comunicação com os mercados/cidades. Esses mecanismos desencadearam um processo de destruição do camponês que se deu de forma gradativa e vinculados às diferentes condições objetivas das regiões do litoral do estado. Em algumas praias (região central e sul) esse processo se iniciou logo na década de 30 deste século e em outras (região norte) foi mais demorado começando a se manifestar somente a partir da década de 60, aproximadamente.

Como resultado das investigações da pesquisa de campo, pode-se fazer uma generalização desse processo, em termos da totalidade do litoral, afirmando que o campesinato subsistiu até meados deste século(1). A partir da segunda metade deste século, cada vez em maior grau, a expansão imobiliária/turismo e o desenvolvimento das vias de transporte (rodoviário, notadamente), passam a comprometer a continuidade da reprodução dos "lavradores/pescadores", na medida em que determinam um movimento no bojo do qual, ao mesmo tempo em que as terras cultiváveis vão se tornando escassas, começa a se manifestar uma demanda estável para os produtos da pesca. Ou seja, trata-se de um processo onde, o desenvolvimento capitalista rompe com a autonomia relativa inerente à condição camponesa de "lavrador/pescador" para instaurar a subordinação de uma nova categoria, por ele criada, a do pescador artesanal(2).

É claro que a manifestação da especulação imobiliária e o desenvolvimento dos canais de transporte (rodoviário e ferroviário) ocorreu concomitantemente. A

expansão imobiliária cerceia a possibilidade do cultivo da lavoura, por um lado; mas, por outro, a abertura dos horizontes da comercialização possibilita a pesca em escala ilimitada. Um ex-"lavrador/pescador" de laguna relembra bem como foi o início da comercialização em 1932/35:

"...o trem sempre teve, mas não carregava essas coisa... depois que o trem pegô a pegá peixe que o povo viro a pescá e matá abundância..."

(ex-"lavrador/pescador"-Caputera)

Na maioria das comunidades onde se realizou a pesquisa de campo, a abertura das primeiras estradas (caminhos, trilhas, etc) sempre contou com um mutirão local. Os "lavradores/pescadores" achando que estavam trazendo o "progresso" para seus lugares colaboravam "ingenuamente" com os pequenos comerciantes(3). Foram por estes "caminhos", feitos pelas mãos dos próprios camponeses, que começaram a circular os primeiros comerciantes levando o pescado salgado e seco no lombo dos animais, em carroças e, um pouco mais tarde, em caminhonêtes. Foi também por estes "caminhos" que chegaram os primeiros especuladores, dispostos a comprar a "cobiçada" posse de beira-mar dos camponeses.

Assim que surge uma demanda estável e regular para os produtos da pesca, os camponeses são impelidos a intensificarem esta atividade. A pesca, além de proporcionar ganhos diários, alimenta a ilusão de se alcançar com maior facilidade uma melhoria no nível de vida. Ainda mais, o caráter extrativista e aleatório da pesca ilude também pela possibilidade de uma grande pescaria, um "bom lance", tal qual uma loteria que de um momento para outro poderia enriquecer o camponês.

Os processos então coincidem: o capital obtido com a "venda" do título de posse da terra para os especuladores poderia ser investido na aquisição de equipamentos melhores e mais produtivos para serem usados na pesca. Ou seja, uma vez que a pesca passou a ser uma atividade exclusiva, tornou-se necessário aumentar sua produtividade e, logicamente, sua intensidade. Na maior parte dos casos, isso significou aumentar o tamanho da embarcação, comprar um motor e mais redes(4).

Evidentemente, a desestruturação do sistema agricultura/pesca provocou mudanças qualitativas fundamentais na reprodução social dos "lavradores/pescadores", que envolveram, gradativamente, a globalidade do modo de vida camponês. São momentos históricos totalmente distintos: antes, toda família participava do processo de trabalho, produzindo internamente grande parte da alimentação familiar; depois, o homem passou a ser o único a trabalhar (se na família não houverem filhos homens em idade suficiente para pescar), dependendo de um único produto - o pescado - para vender e trocar pelos demais itens da reprodução da família.

Assim, foi no processo de trabalho do "grupo doméstico" camponês e em seus aspectos envolventes - divisão, intensidade, participação, etc - que as consequências da desestruturação da combinação agricultura/pesca mais se fizeram sentir. Às mulheres (mães e filhas) ficaram reservadas tarefas distintas e distantes das atividades masculinas: manutenção doméstica e, em muitos casos, complementação da renda familiar, produzindo algum trabalho artesanal. Os homens respondem plenamente pela responsabilidade da subsistência familiar, passando o dia inteiro ligado às atividades pesqueiras (captura, consertos de embarcações e redes, etc).

Em termos da organização social do trabalho, a especialização dos "lavradores/pescadores" provocou alterações significativas. O aspecto mais relevante desse processo é que foram se desorganizando as várias "sociedades" de pescaria e com elas suas características marcadamente igualitárias. Como oposto do ingresso na "sociedade", a conversão à pescador efetivo exige o aporte de uma poupança mínima como condição necessária à propriedade dos meios de produção. E, fundamentalmente, a forma de divisão do produto que norteavam as "sociedades" - essencialmente igualitárias - dão lugar a esquemas e regras de divisão mais complexos que envolvem a propriedade dos meios de produção, de um lado e a mão de obra, de outro.

A parceria em que as "sociedades" se fundamentavam se revestia de um aspecto igualitário, não só pela divisão do produto, mas também pela possibilidade de acesso aos meios de produção que estavam à disposição de praticamente todos os camponeses. Por outro lado, na pesca artesanal, a parceria como forma de organização das tripulações, entretanto, tem um caráter completamente diferente. Como se discutirá a seguir, hoje a parceria fornece uma máscara às relações de trabalho desiguais, encobrindo ideologicamente, a exploração dos pescadores e a distinção social entre eles. Na parceria atual, o produto da pesca aparece como o resultado de trabalho de "iguais", apesar desta parceria se organizar como uma "parceria desigual"(5).

Outra questão relevante é que, na medida em que avançou a deteriorização das condições de reprodução dos "lavradores/pescadores" e se introduz a especialização da atividade pesqueira, vis-à-vis cresce a dependência aos

intermediários, tanto pela necessidade de realização (venda) do pescado que eles oferecem, quanto pelo empréstimo do capital para aquisição/manutenção dos equipamentos que se deterioram continuamente. Foi um processo lento e gradual - do pescado salgado e seco ao "in natura" sem limites de qualidade e quantidade - no qual o eixo central é o crescimento da subordinação e dependência frente aos intermediários. Como conclui DIEGUES (1988a),

"...à medida que a pesca passa a se tornar mais intensa, a dependência em relação ao intermediário (pombeiro ou atravessador) cresce proporcionalmente." DIEGUES (1988a:11)

É dentro dessa perspectiva de dependência dos pequenos produtores que se deve situar historicamente a introdução das chamadas "inovações tecnológicas" no litoral catarinense. Apesar da época em que ocorreram as "inovações" ser bastante difusa em termos da totalidade do território, é possível apontar fases que caracterizam a implantação dos novos aparelhos e técnicas. Inicialmente, quanto a utilização do motor nas embarcações, pode-se afirmar que ocorreu primeiro nas comunidades que praticavam a pesca no oceano, isto entre 1935 e 1945, e então, somente mais tarde, já na década de 1950/60, os motores começaram a ser usados nos diferentes pontos do litoral (baías, lagoas, etc). Igualmente nesta época, em 1950/60, começaram a ser confeccionadas as primeiras panagens de rede utilizando-se o fio de nylon de polietileno e cinco anos mais tarde, mais ou menos em 1960/65 chegava o gelo como forma de conservação do pescado.

Sem dúvidas, o processo de modernização produziu inúmeras consequências na organização da própria atividade pesqueira que vinha se especializando, se organizando em

bases produtivas novas, principalmente, em termos de processo de trabalho e dos níveis de produtividade. A introdução do motor, do fio de nylon e do gelo, significaram momentos substanciais na transformação camponesa, e contribuíram para modificar sobremaneira a jornada, a intensidade e o nível de captura do trabalho pesqueiro. Por exemplo, se antes era necessário dispender uma enorme força física ou dos ventos (remo e/ou vela), agora as embarcações se deslocam com maior autonomia e um dispêndio infinitamente menor de tempo, bastando sentar ao leme da embarcação e acionar o motor. As redes de nylon, por sua vez, não precisam ficar esticadas ao sol, nem sofrerem os regulares banhos para fortalecimento das fibras, depreciando-se num período muito mais longo(6). Quanto ao gelo, desnecessário dizer que significou uma "revolução" na atividade, possibilitando a conservação de quantidades "infinitas" de pescado e dispensando a participação do "grupo doméstico" na salga do produto.

Em última instância, é preciso registrar que esses elementos modernos representaram uma ampliação razoável na contabilidade de custos dos pequenos produtores. Atualmente, na pesca artesanal, é preciso que parcela da produção seja continuamente dispendida na manutenção/reposição desses equipamentos, imprimindo à pesca um ritmo crescente.

Finalmente, é importante salientar que, como se espera demonstrar a seguir, quando se analisará teoricamente este processo, a destruição da organização camponesa é teoricamente o momento de nascimento do pescador artesanal, uma nova categoria social, com um modo de vida e uma organização da produção essencialmente distinta da categoria do camponês "lavrador/pescador".

3.2 - A SUBORDINAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO PESQUEIRA AO CAPITAL (UM RESGATE TEÓRICO NECESSÁRIO)

Como se discutiu anteriormente, a desarticulação do sistema agricultura/pesca provocou alterações qualitativas fundamentais na subsistência alimentar e na organização da produção camponesa, contribuindo para exigir, em síntese, a especialização masculina nas tarefas ligadas à pesca. Contudo, é preciso ultrapassar a mera descrição da especialização dos camponeses litorâneos e tentar situar esta realidade no panorama das ciências sociais. Como caracterizar e interpretar as transformações camponesas, a partir do avanço do modo de produção capitalista, é uma importante "questão" em permanente debate dentro das ciências sociais.

São vários estudos e pesquisas dirigidas a uma gama de segmentos e agrupamentos camponeses diferentes, tentando definir as regras do avanço do capitalismo sob os camponeses. As conclusões, em sua maioria, buscam elucidar leis e relações fundamentais que possam ser generalizadas e explicar a "questão camponesa". Assim, na literatura especializada, encontra-se, entre outras, as seguintes formulações:

. a recriação pelo capital de relações não capitalistas de produção, naqueles lugares e setores, que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais, como fontes suplementares de rendimentos, defendida por VERGOPOULOS (1977) e MARTINS (1986);

. a existência de diferentes modos de produção articulados dentro de uma mesma formação social, onde o modo de produção camponês ocuparia uma posição subordinada, defendida por: GARCIA JUNIOR (1975), VELHO (1976) e TOPALOV

(1978);

. a organização do processo de trabalho sob a forma camponesa não é destruída pelo desenvolvimento capitalista, com o capital passando a exercer uma "subordinação formal do trabalho ao capital"(7), defendida por SANTOS (1979) e FAURE (1978);

. a construção teórica de um terceiro tipo de subsunção do trabalho ao capital, pela via indireta, através do mercado e não pressupondo a separação entre o trabalhador e os meios de produção, defendida por SOARES (1981) e SILVA (1977);

. a pequena produção mercantil constitui-se numa categoria de transição que dilui-se, com o desenvolvimento capitalista, através de um processo interno de diferenciação social, em burgueses e proletários, defendida por LÊNIN (1980) e (1981).

De cada uma destas formulações expostas acima existem vários desdobramentos teóricos e políticos, assim como são os pressupostos e especificidades de cada realidade discutida. Mas caracterizar a transformação histórica (camponês a pescador artesanal), que ocorreu no litoral catarinense, requer no entendimento deste trabalho, ter presente alguns argumentos subjacentes que não existem na interpretação destas posições. É preciso definir o pescador artesanal como um trabalhador à domicílio, para o capital. Defini-lo desta maneira, importa considerá-lo um trabalhador especializado, totalmente mercantilizado, tanto à montante quanto à jusante, fruto da transformação de um segmento social camponês(8).

Como resultado destas investigações, pode-se afirmar que esse trabalhador especializado na pesca é qualitativamente distinto do camponês "lavrador/pescador". O pescador artesanal é uma nova categoria social(9), que se define pelas relações que passa a ter com o modo de produção capitalista no qual se insere, ou seja, a pesca artesanal somente pode se reproduzir de maneira subordinada ao capital. Ainda que se organize em condições não "classicamente capitalistas - pois nela predomina a parceria como relação básica de trabalho e não o assalariamento - sua reprodução, enquanto parte dos pequenos produtores em geral, tem seus limites determinados pelo espaço que estes produtores disputam com os capitais a que se acham efetivamente subordinados em cada um dos "cercos capitalistas", como se verá a seguir no capítulo IV.

Compreender a pesca artesanal desta forma, implica, de imediato, descartar da investigação o conjunto das formulações expostas acima, pois não existe uma mínima identificação entre os pressupostos básicos deste trabalho e as teses citadas.

No entendimento deste estudo, a conversão camponês "lavrador/pescador" em pescador artesanal, não significa de maneira nenhuma o desenvolvimento das formas de existência do campesinato, não se trata de enxergar uma população camponesa desenvolvendo estratégias de sobrevivência e defesa frente ao surgimento da realidade capitalista. É um movimento histórico objetivo, o capitalismo transforma e subordina uma forma de produção até então marginal: os camponeses litorâneos catarinenses. Nesse sentido, a categoria "pescador artesanal" não representa uma continuidade e um desenvolvimento da categoria camponês "lavrador/pescador", o "pescador artesanal" não significa um

"novo camponês". Ao contrário, o pescador artesanal é uma nova categoria social, que nasce com o desenvolvimento das relações de produção em geral do capitalismo.

No pensamento de SILVA (1982) transparece a continuidade da categoria camponês. Para este autor,

"...para nós, a pequena produção está inserida no capitalismo como parte dele mesmo, como forma adequada ao movimento da acumulação.(...) Não é absolutamente a recriação de um produtor independente de mercadorias, muito menos de um produtor de valores de uso ou de um camponês no sentido clássico; é, pelo contrário, uma forma concreta de reprodução do próprio capital via um 'novo camponês', que nada mais é do que um trabalhador para o capital." SILVA (1982:131)

Em sua argumentação SILVA (1982) define a transformação do campesinato, a criação pelo capital de um "novo camponês", que é definido como um trabalhador para o capital. Apesar de parecer correta a definição, isso pressupõe que trata-se da trajetória histórica da mesma categoria social - o campesinato - que se transforma, que tem sua existência redefinida pelo capital. Isto é, o "novo camponês" é a forma mais desenvolvida da categoria campesinato. Ora, será que o desenvolvimento do capitalismo transforma apenas a forma de existência do campesinato ou cria uma nova categoria social com conteúdo essencialmente diferente da anterior? Não estará colocando neste autor uma confusão metodológica entre forma e conteúdo da categoria campesinato?

Evidentemente que ao formular sua proposição

SILVA (1982) tem em mente o conjunto de especificidades e elementos que a situação agrícola determina (renda da terra, etc). A caracterização que acontece em última instância é inquestionável, ou seja, assim como o pescador artesanal, o "novo camponês" é um trabalhador para o capital. Contudo, o que é necessário frisar, é que a transformação de "camponês" a "novo camponês" permite a visualização de uma situação concreta de desenvolvimento do capitalismo em geral. Assim, mesmo tendo presente as particularidades que a pesca artesanal denota como atividade produtiva, trata-se de interpretar teoricamente o momento da transformação de camponês "lavrador/pescador" a pescador artesanal, da mesma forma que o camponês agrícola policultor se "especializa" (subordina, mercantiliza, etc) na produção de um único produto.

É de grande importância observar que, com o pescador artesanal desponta uma lógica produtiva essencialmente mercantil, destruindo-se totalmente a organização da produção nos moldes camponeses (calendários de atividades, processo de trabalho, divisão do produto, etc). Com o pescador artesanal se coloca a integração de uma forma de produção até então marginal à reprodução do capital. É uma categoria nova que passa a ter a sua reprodução determinada pela reprodução do capital. Portanto, o pescador artesanal, se constitui numa categoria analítica intermediária entre o camponês "lavrador/pescador" e o proletário. A constituição histórica desta categoria significa o rompimento da autonomia relativa e o surgimento do germe de uma ruptura fundamental no modo e perspectiva de vida dos camponeses. O pescador artesanal é este germe que, com o desenvolvimento dos "cercos capitalistas", como se discutirá a seguir, se converte em proletário.

Assim, por mais que as características atuais da produção pesqueira artesanal permaneçam em relações de trabalho não "classicamente" capitalistas (parceria) se enquadram perfeitamente no circuito de reprodução do capital em geral e conferem um conteúdo de proletarização ao estágio atual da pesca artesanal catarinense.

Portanto, se forem comparadas uma série de elementos e variáveis dos dois momentos históricos das populações litorâneas de Santa Catarina, do tempo camponês e do tempo pescador artesanal, obtêm-se o diagnóstico de uma profunda transformação na organização da produção. Como pode ser observado no quadro 04, a organização da pesca artesanal se estrutura em relações e valores completamente diferentes da forma camponesa. Estes elementos representam uma ruptura com o modo e a perspectiva da reprodução camponesa. Estas relações conferem um conteúdo novo a categoria pescador artesanal e não significam, de maneira nenhuma, um estágio de resistência ou uma estratégia de sobrevivência de um segmento camponês. São relações novas, geradas com determinações novas e que tendem, com o desenvolvimento das frentes de expansão do capitalismo ("cercos"), à conversão do pescador artesanal em proletário.

O que importa neste momento é interpretar corretamente essa passagem histórica (a conversão camponês à pescador artesanal), como o desencadeamento de um processo de subordinação e de proletarização desse segmento social. Esse processo é desencadeado através dos mecanismos que o condicionaram historicamente (expansão urbano/imobiliária e desenvolvimento da comunicação com os mercados/cidades), fazendo surgir a categoria pescador artesanal, mas é somente com o desenvolvimento dos "cercos capitalistas" impostos à reprodução da atividade, como se verá a seguir, que as

QUADRO 04: COMPARAÇÃO ENTRE AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DOS
"LAVRADORES/PESCADORES" E DOS PESCADORES ARTESANAIS (SC)

VARIÁVEIS E RELAÇÕES ANALISADAS	A PRODUÇÃO CAMPONESA DOS " LAVRADORES/PESCADORES "	A PRODUÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS
Propriedade dos meios produção	. Familiar, difusa	. Individual, restrita
Propulsão das embarcações	. Remo de voga e/ou vela	. motor
Conservação do pescado	. Salgado e seco	. Gelo
Processo de trabalho	. Divisão familiar do trabalho na lavoura e na pesca	. Individual, somente o homem trabalha na pesca
Divisão do produto	. Parceria igualitária	. Parceria com base em crité- rios de propriedade
Objetivos da produção pesqueira	. Atividade acessória	. Atividade exclusiva
Remuneração do trabalho	. Em espécie, na maior parte dos casos	. Em "partes" monetárias, re- ferentes à captura
Composição das tripulações	. Familiar ou compadrio	. Compadrio e vizinhança, com ou sem laços familiares

NTE: Dados da pesquisa de campo

relações e contradições vão se tornando mais nítidas e determinando a sua subordinação e proletarização.

Portanto, como se observará a seguir, é na discussão dos "cercos capitalistas" que se tornará claro o processo que está colocado - a subordinação da pesca artesanal - assim como os rumos que este processo tende a concretizar - a proletarização dos pescadores.

3.3 - AS RELAÇÕES ATUAIS NA PESCA ARTESANAL

Com o desenvolvimento do processo de destruição da produção camponesa ("lavrador/pescador") e a consequente especialização da produção, esses produtores passam a ser caracterizados como pescadores artesanais, inicialmente em decorrência da produção artesanal dos instrumentos de trabalho, e depois, como designação de um grupo de produtores "independentes", como definido por MALDONADO (1986). Segundo esta autora, a pesca artesanal,

"...se caracteriza pela simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo da produção - se bem que, atualmente, esses pescadores tenham se modernizado bastante -, produzindo com grupos de trabalho formados por referenciais de parentesco, sem vínculo empregatício entre as tripulações e os mestres dos botes. Esse tipo de pescador tem na pesca a sua principal fonte de renda, e a produção volta-se para o mercado..." MALDONADO (1986: 15)

No seu estudo sobre o litoral brasileiro, DIEGUES (1988) por sua vez, considera como pesca artesanal(10),

"...aquela que os pescadores autônomos sozinhos ou em parcerias participam diretamente da captura usando instrumentos relativamente simples. A remuneração é feita pelo sistema tradicional de divisão da produção em 'partes', sendo o produto destinado preponderantemente ao mercado. Da pesca retiram a maior parte de sua renda, ainda que sazonalmente possam exercer atividades complementares.(...) Outra característica importante (...) é a sua dependência dos comerciantes ou atravessadores, para os quais muitas vezes entregam toda a produção..."

DIEGUES (1988: 04)

Como introdução à discussão dos problemas atuais da pesca artesanal é importante que o leitor tenha uma idéia, ainda que de maneira sumária e geral, das características e especificidades da atividade. A partir de observações iniciais, pode-se caracterizar a pesca artesanal como um subsetor da produção social onde:

. se evidencia uma atomização dos meios de produção;

. existe um grande número de produtores diretos (pescadores) que mantém a propriedade individual dos meios de produção;

. subsiste uma reduzida divisão técnica no processo de trabalho na pesca (patrão e camarada, basicamente), com a maioria dos pescadores mantendo o domínio completo do processo;

. ocorre lentamente o desenvolvimento das forças produtivas da atividade, tendo em vista os produtores estarem, em sua maioria, incapacitados de acumularem capital;

. a relação básica de trabalho é a parceria, e portanto, a forma de remuneração do trabalho e do capital produtivo (doños das embarcações) são "partes" da produção.

Essas características demonstram que a pesca artesanal, fundamentalmente, se reproduz sob relações não "clássicas" ao desenvolvimento capitalista. Demonstram que, em verdade, não ocorre a expropriação dos meios de produção, como é "clássico" no capitalismo. Entender por que o movimento de desenvolvimento do capital ocorre mais lenta e diferenciadamente de sua maneira "clássica" é o objetivo dos itens a seguir. Desta forma, trata-se de um subsetor da produção social pretensamente "autônomo", "independente", que subsiste numa absoluta exploração do trabalho, reproduzindo num nível mais geral, as relações sociais de produção e reprodução capitalistas.

A situação atual da pesca artesanal é, na prática, analisada no capítulo seguinte, na medida em que se vai discutindo o processo de subordinação/proletarização dos pescadores artesanais diante do desenvolvimento do modo de produção capitalista, expresso notadamente, através de suas frentes de expansão sob o subsetor - a especulação imobiliária/turismo, os conflitos com a pesca industrial e o processo de comercialização do pescado e de financiamento dos meios de produção.

Para que se passe a esta discussão então, é preciso que, preliminarmente sejam delimitadas algumas características básicas da pesca artesanal. É necessário entender o processo de trabalho, os meios de produção, os agentes sociais envolvidos e as perspectivas de desenvolvimento nas relações de trabalho.

Inicialmente, deve-se registrar que, quanto a frota pesqueira artesanal, é constituída com embarcações de até 20 TBA e se apresenta com diferentes tipos e tamanhos de

acordo com os ambientes de pesca em que operam (mar aberto, lagoa, estuário, etc). Como se pode observar a seguir na Tabela 07 de Composição da Frota. Pesqueira Artesanal, nela predominam as pequenas embarcações, demonstrando a inexistência de autonomia de navegação e, conseqüentemente, a dependência desses pescadores dos ambientes costeiros.

Assim, as diferentes modalidades da pesca artesanal catarinense agrupam os pescadores em tripulações que variam, normalmente, de 2 a 7 elementos, de acordo com o tipo de embarcação utilizada, com as características específicas do processo de trabalho, com a tecnologia empregada e finalmente, com o potencial produtivo dos instrumentos. Na pesca de peixe, realizada em toda extensão da costa catarinense e em maior grau no centro-sul do estado, a grande maioria das comunidades utiliza as redes de "emalhar", seja a "feiticeira" (três panagens sobrepostas) - no caso da pesca de fundeio, principalmente -, com uma tripulação de 5 pescadores, ou a rede de pano liso (uma panagem), mais utilizada na pesca de caceio, com uma tripulação de 7 elementos.

Por outro lado, na pesca do camarão, presente em maior escala no centro-norte do estado e em Laguna, o processo de trabalho se diferencia bastante da pesca do peixe. Normalmente, trabalham apenas um ou dois pescadores e os diferentes instrumentos de trabalho utilizados na captura apresentam uma característica em comum: o menor desgaste da mão-de-obra em relação a pesca do peixe. No processo de trabalho da pesca do camarão, somente com relação a tarrafa pode-se afirmar que é um instrumento que exige um elevado desprendimento físico; os demais, - rede de arrasto de porta e a rede de saco ("aviãozinho") - exigem a força do pescador somente nos momentos de colocar e retirar a rede(11).

TABELA 07: FROTA PESQUEIRA ARTESANAL CATARINENSE

- 1988 -

TIPO DE EMBARCAÇÃO	FORÇA PROPULSORA		T O T A L	CAP. CARGA (ton.)
	MOTOR	REMO		
Barcos	96	-	96	4 a 19
Baleeiras	641	-	641	1 a 5
Botes	523	-	523	1 a 5
Bateiras	945	535	1.480	0,2 a 1,5
Canoas	1.065	2.747	3.818	0,2 a 1,5
T O T A L	3.270	3.282	6.552	-

FONTE: Diagnóstico da pesca no estado de Santa Catarina

SUDEPE - 1988

Quanto aos agentes básicos envolvidos no processo de trabalho da pesca artesanal; é preciso continuar com a distinção pesca do peixe/pesca do camarão presente, pois enquanto nesta última, normalmente coincidem a figura do proprietário com o pescador participante (muitas vezes contando só com a ajuda de um pescador menor); na pesca do peixe, duas categorias de trabalho sobressaem polarmente, se diferenciando: uma pela propriedade dos meios de produção (proprietários de embarcações) e outra pela posse da mão de obra (pescadores camaradas). Nesta pesca, quando o proprietário é absenteísta, ele emprega pescadores experientes, com uma maior "savoir-faire"(12), para dirigirem o processo de trabalho e os representar junto a tripulação e ao intermediário. Esses pescadores mais especializados, são conhecidos ao longo do litoral catarinense com "patrões de pesca" ou simplesmente "mestres".

Uma das principais características desses "patrões" da pesca do peixe está na confiança que devem desfrutar do proprietário da embarcação. Aos "patrões" cabem a responsabilidade pela condução de todo processo produtivo (processo de trabalho e na maior parte das vezes a própria comercialização) e portanto, para desempenhar esta função é preciso que o pescador possua uma série de qualidades, tais como: liderança, segurança, cuidado no manejo dos instrumentos de trabalho, sólido "savoir-faire", bom comportamento junto ao proprietário e ao intermediário, legitimidade no meio dos pescadores, etc. Pois como evidencia LOUREIRO (1985),

"...para bem gerenciar o capital do proprietário, é indispensável que o encarregado tenha demonstrado ao longo de alguns anos de trabalho ser possuidor

de determinadas qualificações pessoais; experiência e domínio sob o processo de trabalho, liderança e autoridade com relação à tripulação, reconhecimento de sua experiência pelos membros da tripulação, responsabilidade e interesse em manter ou aumentar um certo nível de produção da embarcação."

LOUREIRO (1985: 68)

Por outro lado, apesar da pesca artesanal demonstrar um desenvolvimento muito lento das forças produtivas, é inegável o papel cada vez mais importante que vem assumindo a utilização de instrumentos modernos na produção pesqueira. Desta forma, o processo de trabalho na pesca artesanal vem sofrendo, ao longo de sua evolução histórica, algumas adaptações a este crescente uso de tecnologia. Esta modernização permitiu que o desgaste da força física do pescador, atualmente, seja infinitamente menor e que trabalhe com níveis de produtividade bem superiores a antigamente. É claro, não se pode esquecer que as inovações tecnológicas repercutiram diretamente no mercado de força de trabalho, ocupando um número menor de pescadores na captura e na produção dos instrumentos de trabalho. Se fosse eleger a principal consequência da crescente utilização de tecnologia pela pesca artesanal, seria o processo de gradativa perda do "savoir-faire" pelos pescadores. A juventude pesqueira, que continuamente se incorpora à atividade, já não produz artesanalmente a totalidade dos instrumentos de trabalho, não tem conhecimento da navegação à vela e/ou remos de voga, encontra dificuldades na localização visual dos cardumes, etc.

Finalmente, é importante registrar que, os camaradas das diversas tripulações da pesca artesanal catarinense não têm quaisquer vínculos empregatícios formais

com os proprietários das embarcações. Desta forma, nenhum direito trabalhista é garantido a estes pescadores que embarcam e desembarcam das tripulações em função unicamente de suas próprias vontades e dos interesses dos "patrões". Como afirmou um pescador,

"...pescador aqui não em nada... ele entra e sai a hora que quizé, então o pessoal muda muito de barco, porque não tem nada que assegure né?"

(pescador artesanal-Passo de Torres)

Em termos de relações de trabalho é importante ressaltar que, o engajamento de um camarada na tripulação acontece informalmente, através de um contrato verbal realizado entre ele e o proprietário ou o "patrão". Por isso, pequenos motivos são suficientes para o rompimento deste contrato, uma vez que existe permanentemente, na maioria das comunidades, um contingente de reserva de mão-de-obra em plenas condições de imediatamente ingressar na pesca. E, apesar da maioria das tripulações estar respaldada por relações de parentesco, compadrio, vizinhança ou amizade, continuamente acontecem conflitos entre os camaradas e os "patrões", desde erros nas contas, descontentamento com o intermediário, até desincompatibilidade pessoal, causando a saída do camarada da embarcação. Portanto, em função desta instabilidade generalizada do emprego, ocorre uma mobilidade acentuada entre os diferentes camaradas, promovendo uma rotatividade entre as diferentes tripulações.

No capítulo seguinte portanto, discutir-se-á como estas relações todas se conformam frente ao desenvolvimento do capitalismo, na tentativa de demonstrar os "estrangulamentos" centrais que envolvem a reprodução da atividade e por que, num médio espaço de tempo, ela tende à extinção.

IV - A SUBORDINAÇÃO DA PESCA ARTESANAL: PROCESSOS E TENDÊNCIAS

O processo de subordinação da pesca artesanal de Santa Catarina é determinado pelo desenvolvimento dos "cercos capitalistas" que se impõem em vários espaços de reprodução da atividade. Esse caráter subordinado ao capital que a reprodução da pesca artesanal apresenta, indica características no sentido de um processo de proletarização. Ou seja, trata-se de um processo de proletarização que se define no contexto da subordinação imposta pelo desenvolvimento destes "cercos".

Desta forma, para fazer a discussão do processo de subordinação da pesca artesanal, é necessário, antes de mais nada, entendê-lo como um processo de proletarização que se desencadeia no momento da ruptura do modo de vida camponês e desenvolve-se historicamente, subordinado à ação dos "cercos capitalistas", até o extermínio da atividade como indicam as tendências. Compreender o processo de proletarização desta forma, implica considerá-lo de maneira mais ampla e abrangente do que comumente é empregado nas ciências sociais. Antes de discutir os "cercos" portanto, é preciso discutir a categoria "processo de proletarização".

4.1 - DISCUTINDO A CATEGORIA "PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO"

A leitura "clássica" da principal obra de Karl Marx - O capital - se caracteriza pela homogeneização de

todos produtores e trabalhadores de um país em duas classes fundamentais: os burgueses (proprietários dos meios de produção) e os proletários (proprietários da força de trabalho). Nessa leitura está colocado subjacente o argumento de que proletarização significa necessariamente a expropriação completa dos produtores diretos e o consequente assalariamento da única mercadoria que lhes resta, a força de trabalho. Ou seja, proletarização significa uma relação direta de assalariamento ou uma relação patrão-empregado.

Para a leitura "clássica" do processo de proletarização, o principal elemento é a produção do sobretrabalho (ou mais-valia) que garante a reprodução ampliada do capital e apenas a reprodução simples (manutenção) da força de trabalho. Logicamente, para esta interpretação, se não há proletarização (ou assalariamento) não há nem produção, nem apropriação do sobretrabalho!

No entanto, a exploração capitalista da força de trabalho não se dá somente através de uma relação "clássica" de assalariamento patrão-empregado, pois, de maneira geral, as relações de trabalho a exemplo do campo brasileiro não se caracterizam exclusivamente pelos pressupostos "clássicos" da expropriação dos meios de produção e do trabalho livre. A existência da exploração parece ser mais consensual entre a maior parte dos autores que discutem esta problemática. Estes autores tendem a aceitar a existência da exploração do trabalho, embora a considerem como outras "formas" de extração do sobretrabalho, em princípio não-capitalistas, mas que estão a "serviço do capital" ou como sendo as formas mais "adequadas" à acumulação capitalista(1).

O que se apreende de comum nestas interpretações da problemática da pequena produção em geral, é o fato de

afirmarem que as "formas" de exploração ou de expropriação do trabalho não se caracterizam por relações de produção capitalistas. Portanto, o pensamento destas interpretações pode ser agrupado a partir de um fio condutor central: o caráter não-capitalista da exploração do trabalho ao capital (não-capitalista, anti-capitalista, semi-capitalista, pré-capitalista, etc).

O que interessa reter para os objetivos destes trabalho é que esta gama diversa de "caracterizações", de "formas" de exploração do trabalho ao capital não podem ser explicadas (ou melhor, determinadas) pelas categorias e relações da "produção capitalista", mas podem e devem ser analisadas no contexto mais geral da "reprodução capitalista". O cerne do problema teórico é de que estas interpretações sobrevalorizam o processo de trabalho, o qual imprimiria uma "lógica" produtiva não-capitalista e que se subordinaria à reprodução do capital, a partir de suas relações de circulação (ou comerciais).

Estas conclusões são possíveis porque ocorre uma confusão metodológica fundamental entre duas categorias: as relações sociais de produção que se confundem com as relações de trabalho e o entendimento do processo de proletarianização que se confunde com o de assalariamento.

É necessário sobretudo que as relações sociais de produção capitalistas sejam compreendidas na dimensão necessária e proposta por Marx. A teoria do valor e da distribuição expressa por Marx não trata apenas do processo imediato da produção capitalista - aliás está é a matéria apenas do livro 1 d'O capital - mas, principalmente, do processo global da produção e reprodução capitalista, o qual, sem dúvidas, incorpora o processo de circulação com todos

seus efeitos recíprocos diretos e indiretos. Portanto, é preciso entender que o processo de trabalho pode ter variantes tão diversas que sua forma pode até mesmo negar ou esconder a natureza capitalista - como o caso da parceria na pesca artesanal - mas não deixará de estar subordinado ao circuito mais geral de "reprodução" das relações sociais de produção capitalistas. Em síntese, o processo de trabalho, por si mesmo, não determina as relações sociais de produção, mas, ao contrário, é determinado por elas.

Assim, pode-se afirmar que, apesar da pesca artesanal organizar-se internamente a partir de relações de trabalho aparentemente não-capitalistas são o conjunto das relações sociais de produção que determinam a dinâmica de produção da atividade. Na verdade, o principal mecanismo de subordinação da pesca artesanal ao capital são as relações de circulação do modo de produção capitalista. São as relações comerciais o dreno por onde corre a maior parte do sobretrabalho dos pescadores, que irá alimentar a reprodução do capital em geral. Não se pode deixar de considerar que mesmo coexistindo dois níveis de relações - as inerentes ao sistema de parceria ("não classicamente capitalistas") e as do processo de circulação do pescado ("classicamente capitalistas") - é necessário apontar quais relações são dominantes e, por conseguinte, absorvedoras do sobretrabalho gerado.

Portanto, é preciso entender a pesca artesanal como um subsetor que situa-se na divisão social do trabalho organizada como um grupo de produtores "independentes" que produzem, tanto proprietários de embarcações, como camaradas um sobretrabalho que termina sendo apropriado pelo capital, principalmente no momento em que o pescado passa a percorrer a esfera da circulação. Ou seja, embora o valor seja

incorporado ao pescado na produção, pelo trabalho dos pescadores, será somente na comercialização que estará realizado(2). É nessa perspectiva também que se colocam as conclusões de LOUREIRO (1985), ao estudar a pesca paraense. Segundo esta autora,

"...a exploração do trabalho dos produtores diretos se exerce durante o processo de trabalho, mediante as relações que se estabelecem entre os diversos agentes, mas é através da comercialização que o pescado se realiza como mercadoria."

LOUREIRO (1985:183)

Teoricamente, ressaltar o caráter não-capitalista das relações de trabalho da pesca artesanal, considerando à exploração de um setor não-capitalista, constitui-se numa grave confusão metodológica. Sem dúvidas, é um erro metodológico que revela a própria não compreensão do papel teórico das categorias analíticas expressas por Marx. No processo metodológico d'O capital, Marx objetiva num primeiro momento apresentar as categorias que na essência explicitam a natureza das relações de produção capitalistas. Estas categorias não têm no mundo real (na sua aparência) seu conteúdo expresso a não ser por formas diversas que muitas vezes negam esse conteúdo, formas que negam sua natureza capitalista, apesar de estarem determinadas por elas. Como indicam as teorizações de Marx sobre este mundo real, as interpretações não podem se ater às formas, nem tampouco retratá-las como determinantes das próprias relações sociais de produção, sem uma correspondência com seu conteúdo mais geral. Não se pode portanto, ter uma leitura clássica" (ou vulgar?) da obra de Marx, como ensina KOSIK (1986),

"...a análise teórica descobre o ser social no

sistema das categorias econômicas apenas quando ela 'dissolve' a fixidez destas e as compreende como expressões da ATIVIDADE OBJETIVA dos homens e da conexão das suas relações SOCIAIS em determinadas etapas HISTÓRICAS do seu desenvolvimento."

KOSIK (1986:177)

Ter uma leitura da obra de Marx que dilua a fixidez das categorias e expresse a realidade, da forma proposta por KOSIK (1986) significa ampliar o entendimento do processo de proletarização, de tal forma que este explique o processo de subordinação da pesca artesanal ao capital. Com esta concepção ampliada do conceito de proletarização, não se cai no falso dilema destruição/recriação da pesca artesanal, compreendendo este duplo movimento como parte integrante do mesmo processo: a proletarização. Como indica SILVA (1981),

"é fundamental entender a proletarização de uma maneira bastante ampla, como o processo de subordinação direta do trabalho ao capital e não apenas como a expropriação completa dos meios de produção do camponês..." SILVA (1981: 51)

Dessa forma, entender o processo de proletarização de forma bastante ampla significa entender porque o capital assegura a propriedade "formal" dos meios de produção aos pescadores e a manutenção de relações de trabalho baseadas num sistema de parceria, em detrimento da implantação de suas relações de trabalho na atividade (assalariamento)(3). Ou seja, o preço do pescado permite apenas a reprodução da mão-de-obra familiar dos pescadores, a própria reprodução dos meios de produção vem se tornando cada vez mais difícil, tendo em vista os investimentos crescentes em inovações tecnológicas que se fazem necessários para

combater a escassez do pescado na costa catarinense.

Os resultados da pesquisa de campo evidenciam que, do ponto de vista da lucratividade, a atuação dos capitais diretamente envolvidos na intermediação pesqueira se desenvolve buscando manter e reproduzir as relações de trabalho da parceria da pesca artesanal. Isso significa que a acumulação de capital, proporcionada pela intermediação, não é reinvestida na própria atividade, para não correr o risco de desenvolver as forças produtivas e alterar as relações de trabalho do subsetor. Como se constatou, depois que a estrutura de comercialização está definitivamente montada, os intermediários não promovem mais nenhuma inversão de capital na atividade (além das necessárias à manutenção é claro), sendo o sobretrabalho da pesca artesanal desviado para investimentos em outros setores da produção, ou ainda para especulação imobiliária e financeira. Como relatam os depoimentos dos pescadores, ao se referirem aos investimentos do principal intermediário local:

"ele não investe mais na pesca...ele tem até duas boate aí em Laguna..."

(pescador artesanal-Farol de Santa Marta)

"...tem uma porção de terreno aí no Farol, também tem em Laguna e Camboriú..."

(pescador artesanal-Farol de Santa Marta)

Portanto, não se trata de ver o desenvolvimento capitalista como algo linear e idêntico para todos os setores da produção social, esperando encontrar a mesma forma de dominação em todos os campos de sua atuação. Pelo contrário, o processo de proletarização é amplo o suficiente para permitir que a inexistência do assalariamento na pesca

artesanal não impeça nem a produção de valor por parte dos pescadores, nem a apropriação de valor por parte do capital comercial(5) e, desta forma, sua constituição enquanto forma de organização da produção que não utiliza as relações "clássicas" do capitalismo não obstaculiza o processo de acumulação em geral. O que precisa ficar claro é que, a exploração é, de maneira geral, intrínseca à reprodução ampliada do capital que submete a pesca artesanal em vários espaços de sua reprodução social como atividade, e se utiliza dela como elemento integrante do seu circuito; isto é, a pesca não é independente dele, mas sim a forma como o capital a subordina a seus interesses. Em suma, como coloca MARTINS (Sd), em última instância, a dinâmica da produção pesqueira artesanal é totalmente determinada pela dinâmica de valorização do capital. Para este autor,

"...a pesca artesanal enquanto um setor da agricultura colabora, via expropriação realizada pelo capital comercial, para a reprodução ampliada do capital social, com um espaço econômico próprio, que tratamos de caracterizá-lo no sentido que seus limites são dados pela dinâmica do capital."

MARTINS (Sd: 42)

Finalmente, é importante salientar que a compreensão do processo de proletarização de forma ampliada, no caso concreto da pesca artesanal catarinense, permite explicar não apenas a subordinação comercial, mas também o desenvolvimento capitalista noutras esferas; como a especulação imobiliária (turismo) e a disputa pelo mesmo espaço marinho com a pesca industrial. Portanto, caracterizar o pescador artesanal da costa catarinense como proletário significa considerá-lo um produtor direto subordinado diretamente ao capital, e que expressa esta subordinação no

cerceamento imposto pela invasão turística e pelos conflitos com a pesca industrial e na exploração comercial.

Como se pode concluir, a partir da discussão de cada um dos "cercos capitalistas" feitas a seguir, tudo parece indicar que a reprodução do capital, a partir de formas de exploração que não representam o caráter "clássico" do capitalismo, representa um estágio novo do próprio desenvolvimento capitalista, um estágio que ultrapassa a mera implantação das relações de trabalho capitalistas. Ora, no caso concreto da pesca artesanal, se observa que, se a reprodução do capital está garantida a partir da situação de subordinação e a propriedade privada dos meios de produção não representa um obstáculo à acumulação, então trata-se do próprio desenvolvimento do capitalismo, num novo nível, porque, sobretudo, o capital não enfrenta os riscos e as oscilações da aleatoriedade natural do processo produtivo na pesca(6).

4.2 - OS "CERCOS CAPITALISTAS" DE SUBORDINAÇÃO E DE PROLETARIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL

O processo de subordinação ao capital imposto à pesca artesanal catarinense se originou no momento em que se transformou completamente a forma de organização dos "lavradores/pescadores", em meados deste século. Mas, é um processo que se desenvolve lenta e gradualmente, apresentando-se hoje de maneira muito mais complexa e envolvente do que naquela ocasião. Atualmente, a reprodução da pesca artesanal depende do espaço (geográfico, social, econômico, etc) que disputa com os capitais a que se acha efetivamente vinculada em cada um dos "cercos capitalistas". Esse processo, determina, como tendência geral, o extermínio da pesca artesanal como um subsetor social de produtores.

Portanto, ao que as evidências indicam, a proletarização da pesca artesanal significa: de um lado, o seu extermínio ou conversão em atividade acessória, complementar e, de outro, o desenvolvimento da pesca organizada em moldes industriais.

4.2.1 - O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO E DE FINANCIAMENTO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

Este "cerco capitalista" representa um importante (talvez o mais) elemento do processo de subordinação da pesca artesanal. Parcela do capital em geral, notadamente o capital comercial, se reproduz ampliamente apropriando-se, entre outras formas, através do mecanismo "diferencial de preços"(7) e do financiamento dos meios de produção, do sobretabalho gerado na pesca artesanal.

É preciso portanto, discutir a atuação do capital pelo mecanismo "diferencial de preços" e na dependência econômica aos financiamentos dos meios de produção, de um lado; e, de outro, como a pesca se organiza, quais são os reflexos desta atuação do capital no seu nível de renda e na sua perspectiva econômica de longo prazo.

A) A EXPLORAÇÃO PELO MECANISMO "DIFERENCIAL DE PREÇOS"

O processo histórico de desenvolvimento da comercialização do pescado no litoral catarinense foi, na totalidade de suas praias, bastante semelhante. Apesar de se dar em épocas diferentes e vinculado às condições econômicas e sociais de cada comunidade pesqueira, as várias formas de "comércio" que existiram do pescado foram praticamente iguais em todo litoral do estado.

Atualmente, a inserção do capital comercial nas comunidades se dá, basicamente, de duas formas, de acordo com as particularidades regionais e principais espécies de pescado capturados. No sul do litoral, onde predomina a pesca do peixe (excetuando o camarão em Laguna), o próprio capital comercial se estabelece diretamente como intermediário pesqueiro nas comunidades. Já na região norte, onde o camarão é o principal produto, existe uma rede de pequenos intermediários entre o capital comercial propriamente dito e os pescadores (nesta organização se inclui a pesca do camarão em Laguna).

A comercialização do camarão ocorre desta forma porque, além de ter uma valorização comercial muito grande, ele significa um pequeno volume para armazenamento, o que permitiu que, com uma pequena estrutura física ("freezers") e pequeno volume de capital (além do mais o retorno é imediato), alguns pescadores ou ex-pescadores se tornassem pequenos intermediários. Estes, cumprem o papel de reunir o camarão para posteriormente entregá-lo a intermediários maiores. O estabelecimento do preço é completamente dominado pelo grande intermediário (capital comercial) e o preço que o pescador recebe depende totalmente do preço pago por este aos compradores locais.

Por outro lado, para se realizar a comercialização do peixe (armazenamento, transporte e venda) é necessário a instalação de uma infra-estrutura de porte considerável com uma câmara frigorífica, caminhão, caixas plásticas, etc. Em função desse volume de capital, algo em torno de 700 a 900 salários mínimos, a atuação do capital comercial é diretamente vinculada à produção pesqueira. Os próprios pequenos intermediários de peixe que há dez, quinze anos atrás se instalaram nas comunidades da região sul,

atualmente, devido ao aporte de capital que apresentam, é impossível também não caracterizá-los como "capitalistas". Nesse sentido, a expressão "intermediários da pesca", no caso da comercialização do peixe, se refere ao próprio capital comercial. Os depoimentos dos pescadores revelam bem a história do crescimento econômico dos intermediários(8):

"chegô aqui com uma calça remendada no cú e um carrinho enferrujado e a mulhé ajudava ele a limpá o peixe na praia... acabo de um ano tava rico..."

(pescador artesanal-Farol de Santa Marta)

"...quando ele veio pra cá não tinha onde caí morto, nós até ajudemo ele a se colocá... hoje taí com um montão de barco e caminhão, uma fortuna que não dá prá conta mais..."

(pescador artesanal-Passo de Torres)

Objetivando garantir o fornecimento da produção dos pescadores, os intermediários estabelecem nas comunidades uma série de relações pessoais, prestando uma verdadeira assistência social às suas famílias, de modo geral, procurando ajuda-las sempre que necessário e possível. Uma das explicações deste bom comportamento dos intermediários é a concorrência que existe quando mais de um intermediário disputam os pescadores de uma comunidade na busca de novos pescadores para vincularem-se aos seus esquemas. Porém, é preciso ressaltar que a grande maioria dos pescadores não usufrui dos "benefícios" que a concorrência traz, na medida em que possuem dívidas com os intermediários e por isso mesmo, estão dependentes dos mesmos.

O contrato de comercialização que se estabelece entre o proprietário da embarcação ou o "patrão" e o

intemediário é totalmente informal, podendo ser rompido a qualquer momento por qualquer uma das partes, desde que, claro, a situação de dependência não esteja colocada. Desta forma, uma das exigências dos intermediários é somente adquirirem a produção total da embarcação e assim, a tripulação completa, inclusive o "patrão" (quando não é o proprietário), tem que se submeter à escolha do intermediário que o dono fizer, mesmo em alguns casos a contragosto. Além disso, é necessário lembrar que, os compradores de pescado exigem também exclusividade de adquirir a produção, não permitindo que os pescadores comercializem com terceiros, notadamente no caso do peixe (turistas, ambulantes, etc). Essa exigência é claro, se reforça ainda mais com a situação de dependência econômica.

Deve-se concluir portanto que, é na formação do preço do pescado que se localiza um importante (talvez o principal) mecanismo de exploração do trabalho dos pescadores artesanais: o mecanismo do "diferencial de preços". Nesta formação pode-se constatar, uma independência entre o preço estabelecido para vigorar no mercado e o preço determinado na produção. Essa independência se verifica, na medida em que, o preço final do pescado, a nível de consumidor, é fixado nos centros urbanos, independentemente do conhecimento da estrutura dos custos de produção da pesca artesanal. Incorpora-se assim ao pescado, uma margem decorrente da especulação imposta pelos intermediários, que são os únicos detentores das condições de comercialização do pescado (estocagem, transporte, etc). É também neste caminho que se colocam as observações de LOUREIRO (1985) sobre a comercialização da pesca de Vigia/PA. Para ela,

"...o capital especulativo, pela dominação e controle que exerce sobre o mercado, impedindo o

acesso dos produtores diretos,(...) revela-se mais rentável que o capital produtivo, posto que logra captar parte mais significativa de lucros (tanto pela exploração normal, como tirando parte da queda de preços nas safras); é também mais ágil que o capital produtivo, posto que sua relatividade se dá num tempo mais curto, com retorno quase imediato; finalmente, é mais seguro, posto que não está submetido aos riscos e oscilações do processo de produção..." LOUREIRO (1985: 194)

Finalmente, é importante salientar que em torno da produção pesqueira artesanal se organizam capitais de diferentes procedências que, em função da garantia de rentabilidade e da não existência de riscos de produção, promovem a circulação da mercadoria pescado, especulando seu preço final. Na maioria dos casos, o pescado, depois de capturado, percorre uma rede de 3 a 5 comerciantes antes de chegar as mãos do consumidor. Trata-se portanto, da irracionalidade do mercado capitalista(9), que objetiva somente encarecer o produto, proporcionando excelentes níveis de rentabilidade aos capitais investidos no setor. Para IVO (1975),

"...a absoluta irracionalidade do processamento de distribuição ou comercialização do pescado leva a um acréscimo do preço da mercadoria ao consumidor, afim de garantir o lucro do intermediário."

IVO (1975:106)

Pode se ter uma idéia desta irracionalidade no mercado catarinense, parafraseando a avaliação da SUDEPE (1988). Segundo este órgão,

"...o percentual de aumento do preço do pescado desde o produtor até chegar ao consumidor, varia desde o mínimo de 100% até 300% nas épocas de entressafra e no início ou final delas é que se observa a prática de preços aviltados, sobretudo, nas espécies de pescado nobre." SUDEPE (1988: 11)

B) A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA AO CAPITAL COMERCIAL

Na proporção em que a pesca artesanal catarinense foi se desenvolvendo, os pescadores tiveram que ir adequando seus instrumentos de trabalho à realidade dos recursos pesqueiros disponíveis. Como se verá a seguir, devido a atuação da pesca industrial e ao crescente número de pescadores, o pescado foi gradativamente escasseando da costa litorânea. Desta forma, para manter níveis de produtividade suficientes para a reprodução da mão-de-obra familiar e dos meios de produção, os pescadores tiveram que incorporar as inovações tecnológicas que foram surgindo na atividade (motor, redes de fio de nylon, embarcações maiores, etc) para então terem condições de trabalhar mais afastados da costa.

Nesse sentido, para a montagem de uma "parelha"(10) em condições de pescar diferentes espécies de peixes e em várias situações, é necessário um investimento de porte considerável para o poder aquisitivo dos pescadores. Para se ter uma idéia do valor desse investimento, sem contar as redes, observa-se que, somente uma baleeira usada (com 4 TBA) e o motor (24 HP) estão custando atualmente, por volta de 30 salários mínimos. Como disse um pescador, ao referir-se ao custo de uma "parelha",

"...isso aí tá uma coisa maluca e a gente não pode nem calculá quanto tá custando..."

(pescador artesanal-Farol de Santa Marta)

Como indicam os resultados da pesquisa de campo, a grande maioria dos pescadores não adquiriu todos os instrumentos de pesca juntos, numa única vez; pelo contrário, a aquisição foi gradativa e os pescadores passam o tempo todo juntando dinheiro para irem comprando os instrumentos e completarem a montagem da "parelha". Assim, as formas de financiamento para adquirir esses meios de produção que estão ao alcance dos pescadores, atualmente são: de um lado, os financiamentos convencionais bancários, com juros exorbitantes para a condição de pagamento dos pescadores; e de outro, os empréstimos que são fornecidos pelos intermediários, que são realizados apenas pelos pescadores que eles julgam conveniente.

A primeira alternativa, os financiamentos bancários, em função dos juros, representa uma dívida muito grande, a qual a maioria dos pescadores é consciente de que não tem condições para assumir. Por isso, a forma mais comum de financiamento é a realizada pelos intermediários que, sem qualquer documento assinado, normalmente, não impõem diretamente prazos de pagamento e formalmente não estabelecem juro de mora. O que acontece na verdade é que esta modalidade de financiamento, ao invés de ser uma "ajuda" para o pescador, como muitos assim consideram, se constitui num mecanismo do qual o intermediário se utiliza para manter uma dependência dele ao seu esquema de comercialização e à sua imposição de preços. Pois, como interpreta DIEGUES (1983),

"...Ora, na maioria das vezes o capital avançado pelos intermediários tem como única consequência o aumento da dependência dos pescadores artesanais em relação ao capital comercial..." DIEGUES (1983:240)

Como ilustram os depoimentos a seguir, o mecanismo da dependência econômica atinge a grande maioria dos pescadores artesanais(11),

"...quase todo mundo aí tem dívida com o pexero."

(pescador artesanal-Barranceira)

"aqui no Farol tem muito que já tá encurralado com o comprador... só mesmo uns 5,6 que não tão devendo, que não tão amarrado com o comprador..

(pescador artesanal-Farol de Sta. Marta)

"...tem gente aí que deve a 2,3 ano pro compradô e cada vez fica devendo mais, sem pode saí..."

(pescador artesanal-Passo de Torres)

Os intermediários buscam transparecer para os pescadores uma imagem de "segurança"; por isso, estabelecem na comunidade uma série de relações que extrapolam o plano comercial e se constituem em sólidas "amizades", relações de compadrio, etc. Associado a esta conquista da confiança dos pescadores, os "pombeiros"(12) prestam uma verdadeira assistência social à comunidade, transportando doentes, levando o motor para consertar, emprestando dinheiro (sem prazos de pagamento e sem juros), etc. Essas "amarras" no campo "pessoal" terminam por reforçar ainda mais a dependência econômica dos pescadores ao sistema de comercialização dos intermediários.

Além disso, uma série de fatores contribuem no sentido de manter essa dependência. Um desses fatores é o fato das "boas" safras de pescado não acontecerem sucessivamente - seja em função dos longos períodos de entresafra, seja pela

ocorrência de longos períodos de condições climáticas desfavoráveis - o que "obriga" os pescadores a constantemente procurarem ajuda do intermediário. Os pescadores artesanais subsistem numa constante instabilidade de dinheiro pois, além do sustento familiar, são necessários frequentemente consertos no motor, confecção ou conserto de redes, reforma ou pintura da embarcação, pagamento do INPS, adiantamentos de combustível e lubrificantes, etc.

O conflito entre a pesca industrial e a pesca artesanal na disputa pelo mesmo espaço produtivo, como se discutirá a seguir (item 4.2.2), contribui também para reforçar a situação de dependência. Isto porque deste conflito resultam grandes prejuízos para os pescadores artesanais, que ocorrem inesperadamente, com a perda dos materiais de pesca. Para novamente então, reequipar sua "parelha" os pescadores buscam crédito junto ao intermediário. Enfim, qualquer situação que represente inesperadas perdas de equipamentos de trabalho dos pescadores, como os constantes roubos de rede de camarão que tem acontecido ultimamente na pesca do camarão em Laguna por exemplo, terminam por aumentar ainda mais a dependência ao capital comercial. Nesse sentido, mesmo os pescadores que não têm dívida acumulada com os "pombeiros", como vivem constantemente sob o risco de precisarem de dinheiro imediatamente, é claro além de suas possibilidades, procuram manter um comportamento correto junto ao "pombeiro", para poderem contar com o crédito certo quando for necessário. Pois, segundo os pescadores, a decisão do intermediário de fornecer qualquer tipo de empréstimo, depende muito de quem é que está pedindo:

"...se entrega o peixe direitinho, se não faz sujeira com o pombeiro...precisa vê se ele não

vende pro turista."

(pescador artesanal-Ponta da Barra)

Uma das principais consequências dos financiamentos fornecidos pelos intermediários são as "amarras" que se criam, as "amarras" que mantêm os pescadores presos à oferta de preços dos intermediários. A perspectiva de saldar as dívidas com o fornecimento da produção é eterna, pois sucessivamente acrecem-se novos financiamentos. Nessa situação, os pescadores de peixe não podem comercializar nem mesmo uma parte da produção com terceiros (turistas, ambulantes, etc), visto que o intermediário exige adquirir a totalidade da produção. Mas, por outro lado, como na pesca do camarão a pequena estrutura financeira dos intermediários não permitem que muitos deles financiem os meios de produção (ou os principais deles), apenas a reposição dos materiais de menor valor (fios, cabos, etc), não ocorre uma dependencia acentuada como na pesca do peixe, e no "veraneio" por exemplo, muitos pescadores comercializam direto com os turistas por preços superiores aos oferecidos pelo intermediário. Nas palavras de um desses pescadores do norte do litoral,

"...nesses treis meis que vem agora que dá mais, porque nós entregamo na salga só o que sobra da venda pro turista."

(pescador artesanal-Barra do Sul)

Portanto, o processo de comercialização da pesca artesanal catarinense, sem dúvidas, é um dos pontos axiais na problemática de vida desses pescadores, na medida em que tem consequências diretas no nível de renda familiar. Como o pescado é um produto facilmente perecível e os pescadores não dispõem de condições materiais para o conservar (câmeras

frigoríficas), tornam-se totalmente dependentes do esquema de comercialização imposto pelos intermediários. Além disso, como se demonstrou logo atrás, os financiamentos dos meios de produção (barco, motor, redes, etc), que são fornecidos pelos intermediários, para serem pagos gradativamente com a produção pesqueira, sob preços completamente determinados pelo financiador, terminam também garantindo a dependência dos pescadores à forma de comércio vigente. No caso do barco e do motor notadamente, quando o pescador consegue saldar o pagamento, é comum que já tenham sofrido um desgaste suficiente para que seja necessária uma reforma completa ou mesmo a aquisição de outros novos. Isto exige um novo financiamento, o que significa o início de um novo ciclo de exploração e endividamento do pescador artesanal.

C) A INSUFICIÊNCIA DE RENDA DOS PESCADORES

O nível de renda que os pescadores podem obter com a pesca artesanal depende diretamente da função desempenhada no processo produtivo: se é camarada, "patrão" ou dono de embarcação. Essa diferença se expressa nas condições de vida dessas três categorias de trabalho, onde os que enfrentam maiores dificuldades são os camaradas. Esses, segundo seus próprios depoimentos, têm uma remuneração média em torno de um salário mínimo mensal, enquanto os "patrões" recebem dois salários mínimos mensais em média e os donos de embarcações de quatro a seis salários mínimos. É claro que estes valores dependem, entre outras coisas, do nível médio de produção de cada comunidade e das principais espécies capturadas. Contudo, a proporção salarial entre os três segmentos da pesca artesanal em Santa Catarina é basicamente este.

A forma de remuneração da pesca artesanal

adotada ao longo do litoral catarinense é a divisão da produção em "partes"(13). Assim, o total de "partes" em que será dividido o montante produzido depende do número de pescadores da tripulação de cada embarcação. De maneira geral, cerca da metade da produção fica com o proprietário, sendo a metade restante dividida entre os pescadores participantes do processo de trabalho. No caso das "baleeiras" do Farol de Santa Marta (Laguna) por exemplo, nas quais a tripulação é composta por 7 pescadores, a produção é dividida em 14 "partes", sendo: sete "partes" para o proprietário dos equipamentos e uma "parte" para cada camarada participante. Neste caso, além das "partes" que remuneram os meios de produção, quando o proprietário participa diretamente do processo de trabalho, recebe mais uma "parte". Quando o "patrão" da pesca não é o proprietário, este recebe duas "partes", uma de cada metade. Como parece, a situação de vida dos proprietários dos equipamentos é muito mais facilitada do que a dos camaradas. No entanto, isto não quer dizer que somente os camaradas enfrentem dificuldades financeiras. Mesmo com menor intensidade, os donos de embarcações também enfrentam estes problemas, visto que é de responsabilidade exclusiva deles a manutenção dos instrumentos de trabalho, inclusive na maioria das comunidades, as despesas operacionais e da depreciação do processo produtivo (óleo combustível, lubrificantes, fio de nylon, etc) (14), dispendendo nisso uma boa parcela dos ganhos da atividade.

Não se pode deixar de considerar que, o sistema de remuneração por "partes" traz no seu bojo um aspecto ideológico que encobre as diferenças sociais existentes. Isto é, a "parte" é definida socialmente para todos segmentos da produção, e remunera tanto o capital produtivo quanto a mão-de-obra. Num primeiro momento, o que parece é que

trata-se de uma sociedade de "iguais", procurando instituir relações sociais sem conflitos, embora sejam uns detentores dos meios de produção e outros não, pois como coloca MARTINS (Sd),

"...como todos são remunerados por 'partes', isto os transforma em iguais (proprietários e pescadores) e todos se dizem pescadores, encobrendo portanto, a exploração e a desigualdade existente."

MARTINS (Sd: 19)

u ainda como discute DIEGUES (1983), a remuneração em "partes" cumpre um importante papel na redução dos riscos de produção. Para o proprietário, é uma forma de repartir os riscos com a tripulação, protegendo-se melhor da aleatoriedade da captura. Assim, como sua remuneração se vincula diretamente à produção, é natural que os camaradas tuço façam para elevar os níveis de captura e manter em bom funcionamento seus instrumentos de trabalho(15). Este autor considera,

"...o sistema de partes como uma máscara utilizada pelo capital para melhor explorar a força de trabalho, num tipo de produção caracterizado por uma configuração particular das forças produtivas (pouco domínio sobre as condições naturais, incertezas do mercado, etc)..". DIEGUES (1983:260)

omo se constatou nos resultados da pesquisa de campo, desde muito tempo, a pesca não é suficiente, como atividade exclusiva, para proporcionar o suprimento das necessidades familiares das comunidades pesqueiras. Assim, com o passar do tempo e a desestruturação da combinação agricultura/pesca, os pescadores artesanais foram buscar em

outras atividades a complementação para reprodução da família. Atualmente, em algumas comunidades, esse emprego em outras atividades acontece sazonalmente; em outras, exige o abandono da pesca e o ingresso permanente na atividade. Quando o emprego é sazonal, normalmente ele acontece nos períodos de descenso da pesca (no verão, na maior parte dos casos) e está intimamente relacionado ao movimento turístico das praias. Nesse sentido, as atividades que mais absorvem mão-de-obra pesqueira são: salva-vidas nas praias, empregados em hotéis e restaurantes, serviços domésticos nas casas dos turistas, etc. Nas palavras de IVO (1975) fica bem claro o caráter do emprego sazonal dos pescadores. De acordo com a autora,

"...a complementação do trabalho da pesca com outra atividade, no entanto, não se reveste de nenhum sentido de emancipação, nada mais sendo que o prolongamento, em outro nível, da situação de dependência, acrescida de um novo elemento conflitante que é a vivência, nestas condições, da fragmentação do pescador." IVO (1975:141)

Por outro lado, a oferta de emprego algumas vezes exige o tempo integral dos pescadores e, desta forma, é necessário o abandono da pesca ou a sua transformação em atividade acessória ou complementar (para ser praticada nas horas vagas). O exemplo da mineração no sul do estado, ilustra muito bem esta situação. Muitos pescadores de Laguna e Araranguá já trocaram a pescaria pelo serviço na mineração, alimentando a esperança de um dia voltar para a pesca com a segurança de um salário de aposentadoria.

Uma forma dos pescadores atualmente fazerem frente a insuficiência de renda da atividade pesqueira são os

deslocamentos que realizam para diversos pontos do litoral sul brasileiro, buscando realizar determinadas safras de pescado. Essas migrações sazonais permitem a caracterização destes pescadores como "pescadores-andorinhas", visto que acontecem nos períodos de entressafra em suas comunidades de origem.

Esta "revoada" dos "pescadores-andorinhas" ocorre anualmente e coincide com os períodos de descenso das pescas locais. No sul do estado, os pescadores migram para a região de Rio Grande/RS (lagoa dos Patos), onde de janeiro a março praticam a pesca do camarão (*penaeus brasiliense* e *penaeus schimitti*) e em menor escala a pesca da tainha (*mugil spp*) (esses permanecendo até abril). Já no norte do estado, a migração acontece a partir de novembro e, dependendo da safra, pode durar toda estação de verão. A "revoada" do norte se dirige para Iguape/Cananéia/SP, onde pescam camarão sete barbas (*xiphopenaeus kroyeri*) e cação (*carchaminus milberti*) no mar grosso.

A forma de complementação da renda da pesca que, sem dúvidas, tem maior influência no conjunto das comunidades pesqueiras catarinenses, é o turismo. Além da possibilidade de emprego sazonal, o movimento turístico do verão cria condições para que os pescadores possam, em algumas comunidades e em especial no caso do camarão, comercializar o pescado por preços superiores aos pagos pelo intermediário. Nas palavras dos pescadores:

"...agora prá frente, vendemo direto pro turista, a não sê que tenha o rabo preso com o pombero..."

(pescador artesanal-Barra do Sul)

Quando a invasão de turistas acontece no próprio

perímetro da comunidade, surge uma outra fonte de renda complementar para os pescadores, o aluguel temporário de suas residências, ou mesmo de pequenos cômodos, construídos especificamente para este fim. Pois, como ilustra o depoimento de um pescador:

"...quase todo pescadô tem a sua casinha prá alugá, o que não tem vai morá com o pai prá pudê ganhá um dinheiro, que a pesca tá fraca..."

(pescador artesanal-Farol de Santa Marta)

Além disso, a insuficiência de renda da pesca artesanal e as próprias condições objetivas de subordinação ao capitalismo, determinaram historicamente que se promovesse nas famílias dos pescadores (camaradas, notadamente) uma divisão sexual do trabalho. Nesta divisão, os homens ocupam a totalidade do seu tempo com a tarefas da pesca e as mulheres, além das habituais tarefas de manutenção doméstica, se encarregam de produzir algum trabalho artesanal, principalmente. Assim, as mulheres buscam complementar a renda familiar com seu trabalho em:

a) tarefas ligadas à pesca(16):

- desmalhar e consertar os peixes de couro no momento em que as embarcações chegam na praia,
- vender o pescado e demais serviços para os turistas (lavar roupas, vender doces e salgados, etc),
- confeccionar redes e tarrafas,
- coletar mariscos (mytilus perna) nos costões dos morros.

b) tarefas ligadas à produção artesanal:

- tecelagem de esteiras de "junco" e "peri",
- confecção de chapéus de palha de "butiá" ou

"tiririca",

- produção da renda de bilro(17).

Finalmente, cabe ressaltar um fator natural que contribui no sentido de tornar a pesca artesanal instável economicamente: as condições de navegação e de pesca do mar. Além do caráter extrativista da atividade impossibilita qualquer previsão de receita, a pesca é muito dependente de fatores climáticos e meteorológicos. Qualquer mudança de tempo, fase de lua, mar bravio, ventos fortes, etc, impedem os pescadores de praticarem a pescaria. É comum a não incidência de condições meteorológicas favoráveis impedir que os pescadores aproveitem determinadas safras, vendo passivamente o pescado passar em seu "curso" natural sem poderem fazer nada para capturá-lo.

Portanto, a instabilidade permanente de renda da pesca artesanal, que se traduz numa insuficiência estrutural de renda para a reprodução da família, representa algo mais do que a miséria cotidiana e envolve as próprias perspectivas da atividade. A subsistência dos pescadores se dá nos perigos de uma "corda-bamba", como ressaltava DUARTE (1978), no estudo dos pescadores de Jurujuba/RJ. Para ele,

"essa situação de instabilidade se apresenta com uma força tanto maior porque, além de representar a miséria cotidiana do aqui e agora, ela ameaça constantemente o projeto da reprodução, forçando como se viu o trabalhador a manobras efetivas e a cálculos que esconjurem o perigo da CORDA-BAMBA."

DUARTE (1978:224)

D) A INCAPACIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

A pesca artesanal, a partir de suas próprias

possibilidades produtivas, não proporciona condições de acumulação de capital aos pescadores, e isto se constitui no principal obstáculo ao desenvolvimento de suas forças produtivas.

Historicamente, desde os tempos antigos - em que se organizava em regime de economia de subsistência, praticada essencialmente para o auto-abastecimento, passando pela fase de articulação com a agricultura e comercialização do eventual excedente - até os dias atuais, onde é atividade exclusiva de inúmeras famílias do litoral catarinense, a pesca artesanal pode ser caracterizada pelo aspecto comum desta evolução histórica: o resultado de sua prática é eminentemente a reprodução da mão-de-obra familiar.

Enquanto produtores "independentes", os pescadores artesanais produzem uma porção do produto que representa um sobretrabalho, que termina sendo apropriado pelo capital comercial, no momento em que o pescado entra na esfera da circulação. É neste processo que o capital somente remunera ao pescador o suficiente à reprodução dos meios de subsistência; para os camaradas, a simples reprodução das miseráveis condições de vida da família; e, para os proprietários de embarcações, além dessa reprodução, a reposição dos meios de produção, ainda que com enormes dificuldades para o acompanhamento da evolução tecnológica que minimamente é necessária.

É necessário registrar que, a única exceção que se verificou nos resultados da pesquisa de campo, na regra geral de inexistência de condições de acumulação na pesca, artesanal, foi o caso dos "proprietários-intermediários" da Barra do Say (Garuva). Nesta comunidade, os únicos 6 proprietários das 25/30 embarcações que existem, mantêm o

monopólio da comercialização do pescado (principalmente o camarão). Estes, além da propriedade dos meios de produção, detêm uma fase do processo de comercialização. E, é justamente, o fato de não repassar a parcela que corresponde aos ganhos com a atividade comercial para os camaradas, que permite uma acumulação de capital, reforçando cada vez mais inclusive, a posição que ocupam(18)

Se as perspectivas de acumulação de capital praticamente não existem para os pescadores proprietários de embarcações, para os camaradas então, isto é absolutamente impossível, no que depender exclusivamente da pesca. Na maioria dos casos, a remuneração dos "proeiros"(19) representa apenas uma miserável subsistência familiar, como pode ser observado anteriormente. Nesse sentido, entre os camaradas, todos ganhos da pesca são gastos na reprodução da mão-de-obra, impedindo totalmente o acesso à propriedade dos meios de produção, em decorrência da falta de condições de realizar qualquer poupança. A transformação do pescador camarada em proprietário de uma embarcação passa necessariamente pelo auxílio de recursos de outras fontes, além dos resultados de sua pescaria é claro. Toda essa problemática é muito bem colocada por LOUREIRO (1985). Segundo ela,

"...a ausência de acumulação na categoria dos parceiros impede-os de converterem-se em proprietários e a ausência de imóveis que sirvam de garantia fiduciária, impede-lhes o acesso ao crédito bancário. De outro lado, a inexistência de lucros por parte dos pequenos proprietários impossibilita-os de modernizarem-se, enquanto um número reduzido de proprietários vêm concentrando paulatina e acentuadamente um número expressivo de

embarcações(...)melhor equipadas e com produção mais estável, o que lhes faculta o acesso mais fácil ao crédito bancário e à modernização..."

LOUREIRO (1985:199/200)

Por outro lado, nas comunidades pesqueiras onde, em função da fixação de barras acontece um acelerado desenvolvimento das forças produtivas, a pesca artesanal sofreu profundas transformações imprimindo uma conotação muito mais mercantil à parceria. O Passo de Torres (São João do Sul) é um exemplo concreto desta situação, assim como Ilhas (Araranguá) muito provavelmente no futuro o será. Com a construção dos "molhes"(fixação da barra) do Rio Mampituba no Passo de Torres, as pequenas baleeiras com capacidade de 2/3 toneladas evoluíram rapidamente em questão de uma década para barcos com capacidade de 10/15 TBA, com potentes motores de 6 cilindros, que permitem, inclusive, que alguns pescadores permaneçam continuamente no mar (trabalhando com redes "traineras", muitas vezes) por 3/5 dias .

Contudo, apesar das condições concretas de produção de valor, e principalmente de sobretrabalho terem aumentado no caso do Passo de Torres, isto não significou que estas condições proporcionaram para os pescadores locais a ampliação dos meios de produção. Ou seja, o que aconteceu é que os custos de aquisição e manutenção dos meios de produção se tornaram extremamente elevados, impedindo a transformação dos donos das pequenas baleeiras em proprietários dos barcos maiores, visto que não dispunham de uma acumulação realizada previamente na pesca. Atualmente, a maioria dos capitais investidos em embarcações no Passo de Torres são provenientes de fora. Os poucos pescadores que não abandonaram a atividade e conseguiram converterem-se em proprietários de embarcações, fizeram uso de alguma poupança externa à atividade ou,

principalmente, contaram com o auxílio decisivo de financiamentos a jùros subsidiados fornecidos pelo governo.

"...dos camarada que era da minha idade, só quem conseguiu comprá o barco fui eu... eu consegui porque tinha um amigo na Colônia, que veio falá comigo prá vê sê não queria financiamento, um do BNCC, com juro de 10% ao ano."

(pescador artesanal-Passo de Torres)

Portanto, na medida em que as condições de produção se modernizam (como a fixação de barras, por exemplo), essa quantidade de capital cada vez maior que a pesca exige à propriedade dos meios de produção, impele a maioria dos pescadores a abandonarem definitivamente a pesca, a transformarem em atividade acessória, ou ainda se converterem em "patrões" e camaradas, promovendo em última instância, a concentração e centralização de capital na atividade. São, portanto, a falta de condições ao acesso à modernização, a incapacidade de acumulação de capital nos marcos da pesca artesanal que terminam determinando o avanço da concentração do subsetor. Como se observa, a necessidade crescente de modernização (para acompanhar a escassez do pescado) que se impõe aos pescadores na busca de níveis mais satisfatórios de produtividade, implica numa elevação no número, tamanho e sofisticação dos equipamentos, numa elevação da escala de investimentos que acaba determinando a exclusão de um grande número de pescadores que ainda tivessem a propriedade de embarcações. Como retratam os depoimentos a seguir,

"...agora, muitos dos daqui com o preço do motor, do barco, não tivero condições de levantá e foro trabalhá em firma..."

(pescador artesanal-Passo de Torres)

"já tem muito pescadô que não pesca mais, Tão aí sem fazê nada, de vez em quando limpo terreno de banhista..."

(pescador artesanal-Ilhas)

4.2.2 - O MAR-ESPAÇO COMUM DE PRODUÇÃO: O CONFLITO PESCA ARTESANAL X INDUSTRIAL

A) A DISPUTA PELA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO MARÍTIMO

A utilização do espaço físico pesqueiro assume no litoral catarinense um caráter de conflito, a partir do momento em que ocorre uma superposição de interesses derivados da própria expansão capitalista no setor que, promove a modernização tecnológica da atividade fortalecendo a pesca industrial(20) - com o patrocínio efetivo do Estado, através dos incentivos fiscais e outros recursos subsidiados - , em detrimento da pesca artesanal, que passa a ser, cada vez mais alijada de uma participação na distribuição desses recursos financeiros e tendo que sobreviver a sua própria sorte(21). Isso não acontece por acaso, mas como resultado de uma visão unilateral de crescimento econômico imposto a partir da década de 60 para o setor pesqueiro.

"...esta modernização induzida, extremamente favorável em termos fiscais à indústria pesqueira é resultado da ótica das instituições sob a pesca artesanal que sob ela se refletem e a ela se referem, a partir de um ponto de vista elitista e do capital."

LOUREIRO (1985:137)

Essa visão unilateral de crescimento da

atividade pesqueira, surge no país em 1967 com a edição do Decreto-Lei nº 221/67 do governo brasileiro e a definição do papel da SUDEPE, que já estava criada desde 1962. Neste momento, o governo resolveu fazer da atividade pesqueira uma "indústria de base", carreando para o setor um volume considerável de recursos, através dos incentivos fiscais(22). Estes incentivos fiscais, beneficiaram não só empresas brasileiras, como também algumas estrangeiras que apresentaram projetos considerados viáveis. A maioria das empresas era de capital aberto e foram raros os casos de formação de cooperativas. Aproveitando a massa de recursos disponíveis e as facilidades de instalação (ter um projeto aprovado na SUDEPE, basicamente), uma série de empresas da pesca se estabeleceram em Santa Catarina, nesta época. De acordo com DIEGUES (1983),

"...Santa Catarina foi um dos estados em que mais surgiram empresas com dinheiro da SUDEPE, e foi também aí que ocorreram o maior número de falências..." DIEGUES (1983:139)

Nesta década (70), em que estes recursos extremamente lucrativos estavam disponíveis, a pesca industrial catarinense contou com uma brutal injeção de recursos. Contudo, houve um carreamento de recursos, mas não quer dizer que houve um desenvolvimento sólido. Em termos do país, nesta época, das quase 131 empresas que receberam incentivos fiscais, 40% aproximadamente, simplesmente faliram(23).

Atualmente, passada esta fase de elevada corrupção de recursos públicos, quanto à pesca industrial em Santa Catarina, nos seus 531 Kms. de faixa litorânea, tem-se o seguinte panorama estabelecido. O estado possui 5 pontos

principais de descarga (Itajaí, Laguna, Governador Celso Ramos, Florianópolis e São Francisco do Sul), portos pesqueiros em que desembarcam pescado; tanto os barcos da frota industrial catarinense quanto de outros estados da federação. A frota pesqueira industrial de Santa Catarina totaliza 179 embarcações com uma capacidade média de produção de 51,6 ton./viagem(24).

Mas, a principal questão da pesca industrial, ao menos para esta pesquisa, é a disputa travada com a pesca artesanal na utilização do mesmo espaço marítimo(25) Essa questão da disputa por um espaço marítimo comum(26), coloca em confronto duas forças absolutamente desiguais. De um lado, o pescador artesanal, utilizando equipamentos semi-rústicos que possuem um pequeno poder de captura e com limites muito definidos de autonomia de navegação; e de outro, o pescador industrial que, além da utilização de uma moderna tecnologia de captura - sonda, sonar, guindastes, gelo, redes maiores, etc - desfruta de uma autonomia de deslocamento no mar praticamente ilimitada (são utilizados os vários portos da região sudeste/sul para desembarque e abastecimento).

As diferenças observadas nos níveis de produtividade de cada modalidade de pesca são, no mínimo, alarmantes. Consolidando-se a tendência exposta nas tabelas 09 e 10 e nos respectivos gráficos 01 e 02 - que demonstram o volume e o valor da produção da pesca artesanal e industrial em Santa Catarina nos últimos treze anos - o resultado será a extinção pura e simples da pesca artesanal. Se em 1975, a pesca artesanal era responsável por 41,83% do volume e 59,90% do valor produzido no estado; em 1987, a queda foi brutal, significando apenas 13,52% do volume e 17,37% do valor produzido(27).

TABELA 08: A FROTA PESQUEIRA INDUSTRIAL CATARINENSE

- 1988 -

TIPO DE PESCA	Nº DE EMBARCAÇÕES	CAPACIDADE MÉDIA DE PRODUÇÃO+	PRINCIPAIS ESPÉCIES CAPTURADAS
. Por cerco	97	62	espécies pelágicas
. Por arrasto	65	58	camarões e peixes demersais
. Por vara com isca viva	17	35	atum (thunnus tnynnus) e afins
T O T A L	179	51,6	-

(+) - em toneladas/viagem

FONTE: Diagnóstico da Pesca no Estado de Santa Catarina - 1988.

TABELA 09: PRODUÇÃO DE PESCADO DE SANTA CATARINA,
SEGUNDO O TIPO DE PESCA - 1975/87

(TON.)

A N O	PESCA INDUSTRIAL	%	PESCA ARTESANAL	%	T O T A L
1975	50.056,5	58,2	35.996,7	41,8	86.053,2
1976	28.972,9	50,0	28.933,1	50,0	57.905,0
1977	54.801,0	64,9	29.689,1	35,1	84.490,1
1978	62.392,1	64,2	34.812,3	35,8	97.204,4
1979	71.133,0	77,7	20.372,3	22,3	91.505,3
1980	93.827,8	79,4	24.277,8	20,6	118.205,6
1981	50.218,0	71,4	20.079,1	28,6	70.297,1
1982	60.094,8	72,6	22.730,2	27,4	82.825,0
1983	56.897,3	71,0	23.217,0	29,0	80.114,3
1984	69.400,4	71,5	27.719,2	28,5	97.119,6
1985	101.830,4	84,2	19.107,7	15,8	120.938,1
1986	97.480,6	89,9	10.975,4	10,1	108.456,0
1987	58.722,0	86,5	9.174,0	13,5	67.896,0

FONTE: Anuário Estatístico da Pesca - P D P / SUDEPE - 1987

TABELA 10: VALOR DA PRODUÇÃO DE PESCADO DE SANTA CATARINA,
SEGUNDO O TIPO DE PESCA - 1975/87

(Cr\$/Cz\$ milhões)

A N O	PESCA INDUSTRIAL	%	PESCA ARTESANAL	%	T O T A L
1975	72,84	40,1	108,79	59,9	181,63
1976	89,66	39,0	140,08	61,0	148,74
1977	149,50	40,3	221,00	59,6	370,50
1978	189,83	31,4	415,42	68,6	605,25
1979	675,53	63,3	390,95	36,7	1.066,48
1980	1.209,53	56,4	933,35	43,6	2.141,88
1981	1.363,95	48,3	1.457,47	51,7	2.821,42
1982	4.234,63	56,0	3.326,12	44,0	7.560,75
1983	9.885,36	53,6	8.542,97	46,4	18.428,33
1984	40.242,13	59,5	27.376,13	40,5	67.618,26
1985	198.392,08	77,6	57.274,97	22,4	225.667,05
1986	542,16	81,3	124,39	18,7	666,55
1987	1.043,05	82,6	219,23	17,4	1.262,28

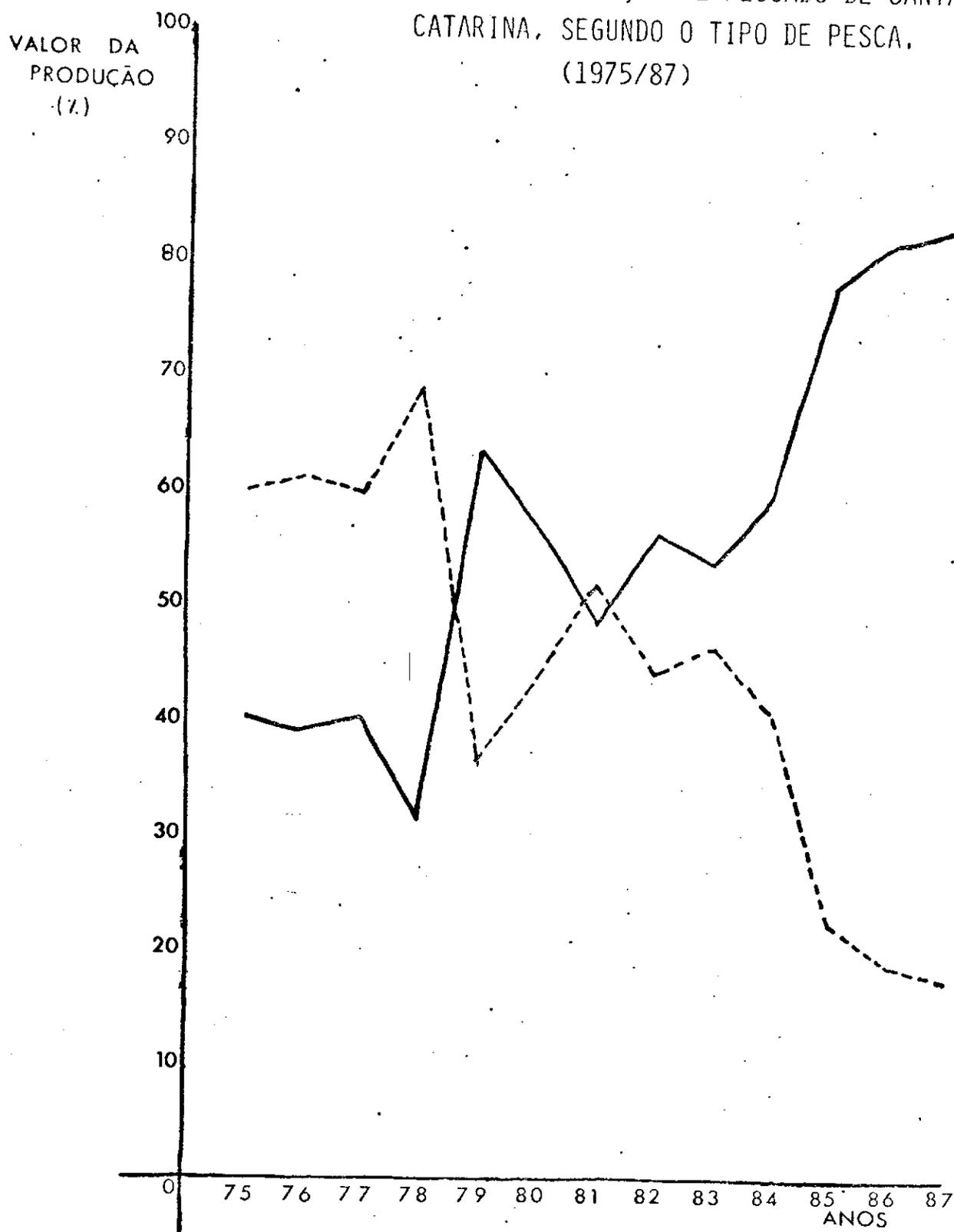
FONTE: Anuário Estatístico da Pesca - P D P / SUDEPE - 1987

GRÁFICO 01: PRODUÇÃO DE PESCADO DE SANTA CATARINA,
SEGUNDO O TIPO DE PESCA (1975/87)



--- PESCA ARTESANAL
— PESCA INDUSTRIAL

GRÁFICO 02: VALOR DA PRODUÇÃO DE PESCADO DE SANTA CATARINA, SEGUNDO O TIPO DE PESCA, (1975/87)



--- PESCA ARTESANAL
— PESCA INDUSTRIAL

Portanto, essa é a tendência da pesca artesanal que, juntamente com o desenvolvimento dos outros dois "cercos capitalistas" - a comercialização do pescado e o crescimento da urbanização/turismo - colocam-na num "beco sem saída" rumo à proletarização. Esse resultado, em termos da produção e valor da produção, reflete estas perspectivas de proletarização que, cada vez mais, apresentam-se nitidamente.

Legalmente, o espaço destinado exclusivamente à pesca artesanal no litoral catarinense ainda compreende uma milha marítima (1.800 mts.), tendo como referência o ponto mais avançado da costa(28). Entretanto, esse espaço é insuficiente atualmente para manter a atividade, uma vez que a escassez do pescado - provocada principalmente pela atuação da pesca industrial com técnicas predatórias - obriga os pescadores a ultrapassarem em muito esta marca legal para atingir níveis de produtividade suficientes à sua reprodução, significando, na maior parte das vezes, um esforço de sobrepesca.

É claro que, além da atuação da pesca industrial na costa de maneira predatória - com o uso de técnicas de arrasto(29) - outros fatores contribuem no sentido de diminuir os estoques de pescado disponíveis à captura da pesca artesanal. O aumento da poluição e da urbanização do litoral e a superexploração dos recursos pesqueiros - visível no crescimento das frotas industrial e artesanal e no número de pescadores - são também elementos fundamentais para explicar a diminuição da produtividade do setor. Torna-se então necessário, de maneira crescente, aumentar o tamanho e a potência das embarcações, assim como a extensão das redes(30), como única forma dos pescadores artesanais tentarem manter uma relativa estabilidade nos níveis de captura.

B) A ATUAÇÃO DOS ORGÃOS PÚBLICOS LIGADOS À PESCA
O PROBLEMA DA FISCALIZAÇÃO DAS AGUAS

O disciplinamento do conflito permanente entre a pesca artesanal e a pesca industrial na disputa pelo mesmo espaço produtivo - o mar que é de "propriedade comunal" - coloca a questão da fiscalização pública no centro dos problemas da atividade. A questão do ordenamento e da fiscalização da pesca é um problema múltiplo e complexo que envolve vários fatores como o tamanho das embarcações e das redes (malha e extensão), definição de áreas, estudos sobre estoques pesqueiros auto-renováveis, etc. No entanto, para os pescadores artesanais, a reivindicação é simples: trata-se de disciplinar a exploração dos recursos pesqueiros em função da aplicação da legislação existente, apesar dela ser insuficiente em alguns pontos como eles reconhecem(31).

O principal reflexo da falta de fiscalização da pesca(32), sem dúvidas, é a crescente escassez do pescado na costa. A atuação das embarcações industriais próximas a costa, é um cenário que se observa com muita regularidade em Santa Catarina. Como dizem os pescadores:

"...essa zona aqui é uma zona de muito peixe, tem dia de tê 20 parelha de arrasto aí nesse mar... Ninguém aguentá, eles acabo com tudo o peixe. Como é que o governo não vê isso, eles termina com a pesca..." (pescador artesanal-Passo de Torres)

Na medida em que as duas modalidades de pesca (pesca artesanal e pesca industrial) capturam praticamente as mesmas espécies de pescado, nas mesmas épocas e na mesma área, as consequências da atuação das técnicas de captura da

pesca industrial são importantíssimas às perspectivas sobre os estoques de pescado disponíveis à pesca artesanal. A atuação das parras de arrasto(33) nas regiões costeiras é extremamente nociva ao ecossistema marinho e sua auto-renovação. Na prática, como avalia a própria SUDEPE,

"...observa-se que a maior parte das parras operam em profundidades inferiores aos 50 m (inclusive muitas dessas embarcações trabalham proximo a 'arrebentação' em busca de capturas de Pescadinha-Real) justamente em áreas onde são encontrados os extratos de indivíduos juvenis das espécies de peixes de fundo de importância comercial. Desta maneira ocorre o desrespeito às distâncias mínimas da costa, para o arrasto(...). Este tipo de comportamento causa danos aos estoques, com consequências irreversíveis, pois os indivíduos imaturos dessas espécies são capturados pela utilização de malha pequena no ensacador da rede(...) e posteriormente rejeitados."

SUDEPE (1988: 18)

. Ou ainda, como relata Damasceno na pesquisa de LOUREIRO (1985), a pesca industrial,

"...nos lances de maiores capturas (acima de 200 quilos) a mortalidade de jovens é quase total. Em alguns deles chega a superar a dos 'adultos', como por exemplo, em um lance a captura total dos adultos foi estimada em 600 Kg, enquanto que a dos jovens foi mais de 900 Kg." LOUREIRO (1985:143)

. Na verdade, a captura de pescado ainda juvenil pelas redes de arrasto, é comprovada inclusive

cientificamente pela SUDEPE. Pois em viagem experimental da SUDEPE/COREG-SC (entre Santa Marta Grande-SC e Chuí-RS), realizada em outubro de 1987, utilizando-se uma malha de 30 milímetros no ensacador de uma rede de arrasto, constatou-se que, do volume capturado, as seguintes parcelas ainda não haviam atingido a primeira maturação sexual (sendo, portanto, peixes jovens que ainda não estavam prontos para a desova): corvina (*micropogon furnieri*) - 66%, pescadinha-real (*macrodon ancylodon*) - 48%, castanha (*umbrina canosal*) - 23%, maria-mole (*cynoscion striatus*) - 39%, além de outros índices menores de rejeição com outras espécies(34). As conclusões da SUDEPE/COREG-SC, sobre os resultados dessa viagem de estudo, é que,

"...essa captura elevada de indivíduos jovens, na realidade é consequência do uso indiscriminado de uma malha pequena no ensacador e do desrespeito às distâncias mínimas da costa, onde estão situadas às áreas rasas consideradas criadouros naturais dessas espécies." SUDEPE (1988: 18)

O uso de técnicas de arrasto (35) - além de desestabilizar a cadeia alimentar que envolve o pescado e outros vários elementos bióticos e abióticos do meio marinho, comprometendo seriamente a renovação dos recursos e colaborando na escassez do pescado - também representa uma possibilidade muito concreta de perda dos meios de produção dos pescadores artesanais. Uma reclamação constante ouvida no decorrer da pesquisa de campo, foi com respeito as destruições e roubos de aparelhos de pesca dos pescadores artesanais, praticados pela atuação dos barcos industriais. A situação em algumas comunidades é alarmante, pois quando suas redes de fundo passam a noite n'água é muito comum não encontrarem nada ou somente restos de materiais destruídos na

manhã seguinte. Na versão dos pescadores artesanais, depois que os motoristas dos barcos industriais direcionam a rota de arrasto, dificilmente eles se preocupam em desviar das bandeiras de sinalização da pesca artesanal, arrastando todos equipamentos. Vários depoimentos ilustram bem este problema:

"...nóis aqui somo judiado, esses barco de arrasto não dá... tão acabando com as nossá rede aí, eu tô sem botá a rede de cação, porque eles levo se botá..." (pescador artesanal-Itapema do Norte)

"eles arrasto em qualqué lugá, tanto faz bota aqui em terra como lá fora... eles levo tudo."

(pescador artesanal-Barra do Sul)

"olha este ano aqui foi perdido prá mais de setenta rede de cação, da grossa... o arrasto dos barco é um problema muito sério prá nós..."

(pescador artesanal-Barra do Sul)

Os prejuízos dos pescadores artesanais são incalculáveis, pois há uma completa omissão por parte dos órgãos responsáveis pela fiscalização pesqueira. De acordo com a SUDEPE, órgão até bem pouco tempo responsável no cumprimento da legislação pesqueira, o pescador artesanal deveria tomar nota do nome e do número de registro da embarcação na SUDEPE, assim como do dia e hora do ocorrido, para então, entrar com um pedido de cobrança do prejuízo no escritório regional da SUDEPE em Florianópolis. Depois, o pescador artesanal deve aguardar os trâmites da burocracia e o posicionamento da empresa de pesca, muitas vezes de outros estados, esperando algum dia se ressarcir do prejuízo. As perdas dos meios de produção são inúmeras, frequentes e de difícil cobrança, colocando o pescador artesanal

permanentemente numa encruzilhada: financiar, junto ao capital comercial ou seu representante, novos instrumentos de captura, reforçando a condição de dependência econômica; ou, em alguns casos, como se observa em Barra do Sul (Araquari) por exemplo, abandonar definitivamente a pesca do peixe e adquirir os instrumentos do arrasto individual da pesca do camarão (mais baratos proporcionalmente e, além disso, fixos na embarcação).

Um outro problema da pesca artesanal, que igualmente sugere providências imediatas dos órgãos competentes, é a falta de critérios legais que definam o exercício da profissão de pescador artesanal. Com os atuais critérios exigidos para a obtenção da "Carteira de Pescador" - registro, na SUDEPE (onde somente se exige que a carteira profissional de trabalho não esteja assinada), na Capitania dos Portos da Marinha e na Colônia de Pescadores - é completamente acessível o ingresso na atividade de qualquer pessoa interessada. Os "pescadores turistas" e os especuladores em geral, completamente estranhos à atividade, facilmente conseguem obter a carteira de pescador profissional, tornando ainda mais disputado o ínfimo espaço de trabalho e reprodução da pesca artesanal. A reivindicação dos pescadores é unânime:

"...tudo quanto é serviço que vai se pegá tem o teste, só prá sê pescador que não tem..."

(pescador artesanal-Morro Agudo)

"tem que tê um curso, manda entralhá uma rede, começa uma tarrafa... Se não sabe não é pescadô, vai plantá ou fazê outra coisa..."

(pescador artesanal-Ilhas)

"...meu filho entra dentro dos rancho de quem pode prá tú vê... Não tem 3,4 lancha, rede tudo nova, tudo aquilo, tal coisa... Ele não pesca, ele tá tirando aí dô mar, mas ele não é pescadô, ele tá atrapalhando aquele que tá ali prá ganha o pão."

(pescador artesanal aposentado-Praia João Rosa)

Finalmente, resta ressaltar que o conjunto das reivindicações dos pescadores artesanais aos órgãos públicos ligados à pesca é variado e passa, principalmente, pelo desenvolvimento de políticas de fomento à atividade artesanal, com concessões de linhas de crédito subsidiado e organização e aparelhamento de um serviço de fiscalização eficiente (embarcações, fiscais, etc).

4.2.3 - O TURISMO E A URBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE SANTA CATARINA

A) A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E O MOVIMENTO TURÍSTICO NAS PRAIAS

A questão da terra no Brasil está delineada, em termos de propriedade, desde 1850, quando o Estado editou a "lei de terras". Esta lei determinava a forma de propriedade a ser seguida dali para frente e transformava as terras devolutas em monopólio do Estado. Logo depois, a primeira Constituição Republicana - em 1891 - delegava aos estados brasileiros autonomia para criar as suas próprias formas de concessão de terras, o que facilitou sobremaneira a especulação. Como indica MARTINS (1981),

"...já com a primeira constituição republicana, de 1891, as terras devolutas são transferidas para os Estados e colocadas nas mãos das oligarquias

regionais. Cada Estado desenvolverá sua política de concessão de terras, começando aí as transferências maças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária. Esse processo caracterizou principalmente os Estados do sul e do sudeste." MARTINS (1981: 43)

Nesse sentido, o pano de fundo para a especulação de terras no Brasil, seja no litoral ou no interior, está montado desde o século passado, mas as condições objetivas para expansão desse processo só se materializaram ao longo dos anos e no caso específico do litoral catarinense, isso somente ocorreu nas últimas décadas com a chamada explosão do turismo em direção às praias(36). É claro, que este processo não ocorreu de forma simultânea e homogênea em toda extensão litorânea(37). Vários fatores locais foram preponderantes na afirmação desse processo que somente despontou com toda sua força e nitidez a partir do início dos anos 70 - com o asfaltamento da BR 101 - quando o turismo fluiu rapidamente em direção às praias do litoral catarinense, provocando o crescimento da especulação imobiliária. Esta especulação se "abateu" sobre as áreas de terras "livres" até então utilizadas pelos "lavradores/pescadores" para a prática da agricultura de subsistência, para a exploração de uma gama de produtos nativos - tais como frutos silvestres, palmitos, caça, etc - e, principalmente, para obtenção de matéria-prima à confecção dos meios de produção da pesca.

Os "lavradores/pescadores", legítimos donos das terras litorâneas, pois as ocupavam há dezenas de anos, não possuíam qualquer documento que legalizasse a posse, o que deve ter facilitado a penetração dos especuladores, agéis

conhecedores das formas de concessões de terras. Como disseram,

"...ninguém tem inscritura dessa terra aí, uma vez chegô um homê aqui em casa, querendo sabê como era essas terra...Criei muita criação ali, eu era o dono dessa terra, mas não tinha nenhum papel..."

(pescador artesanal aposentado-Itapema do Norte)

"eles requerio um pedaço de terra aqui e nós nem ficava sabendo que o tempo corria, parece que é noventa dia no Diário Oficial. Como não fazia nada, no final eles ganhavô o documento..."

(pescador artesanal aposentado-Itapema do Norte)

As comunidades litorâneas, que durante muito tempo ocupavam isoladamente as terras da beira mar, proprietárias de um espaço físico praticamente "infinito" para plantar, morar, etc, não podiam jamais imaginar que as terras "griladas"(38) ou vendidas por baixos preços, poderiam se valorizar tanto e em tão pouco tempo serem revendidas para turistas por altos preços. Segundo os pescadores,

"...nós não acreditava que ia saí uma estrada, uma ponte e tal...Então vendia barato os lote, eu botei fora a terra que tinha..."

(pescador artesanal aposentado-Barra do Say)

Como foi referido anteriormente (item 3.1), a venda de proções de terras que os "lavradores/pescadores" passaram a realizar sistematicamente, significava a possibilidade de aumentar os investimentos na atividade pesqueira (motor, barco maior, redes, etc) propiciando a sua realização em escala efetiva e regular(39). Os poucos pontos

do litoral - como Pontal da Figueira (Garuva) e várias comunidades situadas as margens da lagoa de Imaruí (Laguna), por exemplo - que ainda conseguem combinar a pesca com a agricultura(40), são terras que não mais pertencem a estes produtores, geralmente são terras cedidas pelos proprietários - que muitas vezes têm interesse em manter a terra limpa e bem cuidada - que podem "precisar" da terra de um momento para o outro, inviabilizando definitivamente a atividade agrícola e consumando a desestruturação.

A especulação imobiliária e o desenvolvimento turístico formam um único processo e representam, muitas vezes, um único interesse. Na maior parte das vezes, o especulador é o próprio empresário que pretende desenvolver no local um empreendimento turístico de grandes proporções, exterminando, se for o caso, com a própria atividade pesqueira(41). A pesquisa de campo registrou um exemplo muito claro disso na comunidade da Ponta do Gí (laguna). Nesta comunidade, há mais ou menos uns vinte anos atrás, um grande empresário se apropriou de uma vasta área de terras ao longo da praia do Gí, passando a expulsar, inclusive com uso de violência, os habitantes do local. Inicialmente o empresário proibiu a atividade agrícola, depois, a execução de qualquer benfeitoria nos terrenos e nas casas e assim sucessivamente, o empresário foi pressionando a comunidade até que muitos pescadores desistiram de permanecer no lugar, entregando seus lotes por uma quantia irrisória e se transferindo em massa para a periferia da cidade de Laguna e outras praias.

O desenvolvimento turístico, atualmente, representa um forte obstáculo à continuidade da produção pesqueira artesanal. O espaço físico - que até então era livre para a construção de casas, ranchos, trapiches, varais de redes, etc - termina sendo disputado palmo a palmo com o

turismo e os investidores do ramo. É um conflito que ocorre permanentemente pois a pesca artesanal, devido as suas particularidades produtivas, ocupa historicamente os melhores lugares da praia e, naturalmente, os mais desejados pelos turistas. A expansão imobiliária impõe uma série de dificuldades à reprodução da pesca artesanal. Ranchos, trapiches, casas, casas de materiais, etc, são instalações estritamente indispensáveis à continuidade da atividade e, por sua natureza, devem se situar o mais próximo possível do mar/rio/barra. A disputa desse espaço com os turistas termina encarecendo os terrenos e áreas de uma forma tal que ilude os pescadores a venderem suas propriedades. Como então se reproduzem as famílias dos pescadores? Na maior parte dos casos, os filhos começam a se instalar nas regiões mais distantes, lugares que seu nível financeiro possibilita(42).

"...era terra de marinha, a gente fazia uma casinha e não sabia de nada... Não dava satisfação, era isolado. Hoje não dá nem prá fincá um estandarte pruma rede na praia..."

(pescador artesanal aposentado-Itapema do Norte)

"...aqui não tem mais terra; cada um só em o seu cantinho prá se virá... Então os filho tem que í morá mais longe, que é mais barato..."

(pescador artesanal-Passo de Torres)

Como relata LAGO (1983) em sua pesquisa sobre Canasvieiras (florianópolis), trata-se de um processo em que:

"as praias não são mais dos pescadores. Eles venderam a posse ou aforamento dos terrenos de Marinha, onde tinham os galpões de pesca, sem se aperceberem das consequências a médio e longo

prazo. Os veranistas, por sua vez, à medida em que adquiriam propriedades próximas às praias, foram requerendo as concessões dos terrenos de Marinha restantes. Hoje, os pescadores estão impedidos de construir seus galpões para guardar os barcos e apetrechos de pesca à beira da praia".

LAGO (1983:107)

Um outro problema que o movimento turístico traz em seu bojo, é o conflito com os costumes e modo de vida das comunidades. Durante a maior parte do ano, o modo de vida das comunidades pesqueiras é extremamente pacato e de trabalho. São hábitos e costumes, muitos mantidos pela tradição, que são verdadeiramente conflitantes com os valores impostos pelo turismo. CUNHA (1987), descreve muito bem os efeitos desse "progresso" sob as comunidades pesqueiras. Para esta pesquisadora,

"como a medida de um novo tempo que passa por cima de suas tradições - de uma cultura secular - , subjungando-os a uma nova ordem temporal, o 'progresso' se instala no lugar, apagando seus valores mais caros, ou simplesmente passando-os para a ordem do antigo - do ultrapasado. E, assim, espelhando-se o outro - nos novos padrões impostos - é que a imagem dos nativos aparece, muitas vezes, defletida - novos hábitos, novos valores, negação do velho, um novo olhar de sí." CUNHA (1987:99/100)

É importante frisar que, mesmo quando o pescador tem pouco contato com os "veranistas", ele é influenciado por este no seu modo de vida. Os anos 80 representaram, no litoral catarinense, uma mudança radical no modo de vida das comunidades pesqueiras. Essas alterações são sistematizadas

por HOEFLE (1989) em sua pesquisa sobre os pescadores do sul fluminense. Nesta região, de acordo com o autor,

"...os pescadores substituíram suas pequenas casas de estuque com telhado de palha por casas maiores de alvenaria e telha vã; muitos instalaram banheiros e água corrente em casa de poço; alguns possuem maior número de eletrodomésticos. Hoje é forte o desejo de adquirir um aparelho de televisão e de rádio-cassete, assim os pescadores passam a seguir a novela e a música do momento com todas implicações de mudança de valores e estilo de vida. Os jovens passam a imitar as últimas modas de vestuário e podem surgir atritos com seus pais em questões de pudor." HOEFLE (1989:170)

Finalizando, cabe registrar que, apesar de refletirem um único movimento, o turismo e a especulação imobiliária são representados pelos pescadores ao longo do litoral, como elementos conflitantes. O movimento turístico como ocorre na época de descenso da pesca e é, concretamente, uma forma de complementar a subsistência da família - vendendo pescado diretamente ao turista (no caso do camarão no norte, notadamente), vendendo serviços, alugando casa, etc - é representado como algo bom, que contribui com o modo de vida local. Como dizem,

"eu sempre puxei saco do turismo, sempre atendi bem, porque eles que trazê o dinheiro prá nós, é no verão que tá todô mundo rindo, tá com o dinheiro no banco..." (pescador artesanal-Itapema do Norte)

Por outro lado, com relação a especulação imobiliária o problema é completamente diferente. Os

loteadores de terras em geral, são vistos pelos pescadores como "grileiros" de terras, representando uma figura mau-vista, uma figura daquele que chegou e avançou sobre as suas posses, daquele que despreza as propriedades dos pescadores e está sempre tentando subvalorizar.

B) A URBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Na medida em que o movimento turístico começa a fluir intensamente em direção às praias catarinenses, a partir da década de 70, principalmente, e o litoral passa a adquirir características mais urbanas, impõe-se um sério obstáculo à continuidade da atividade pesqueira artesanal, a disputa pelo espaço físico da beira mar. O panorama da beira mar passa a ser desenhado por habitações turísticas, hotéis, restaurantes, etc, conferindo feições novas - mais urbanas - aos locais e valorizando economicamente as terras, de uma forma que extrapola os níveis de renda dos pescadores artesanais.

"...isso aqui no verão não é uma praia de pesca. É um balneário, então não pode ficar esse rancho feio na frente..."

(pequeno intermediário-Itapema do Norte)

Nos períodos de "veraneio" (dezembro a março) notadamente, ocorre uma verdadeira "invasão turística" nos espaços de reprodução da pesca artesanal. Na maior parte dos casos, as comunidades não dispõem de uma infra-estrutura mínima capaz de abrigar e organizar esta "invasão". Afora as comunidades que, pelo costume e/ou pela sua localização, já se constituem em verdadeiras cidades turísticas, aquelas comunidades que são mais isoladas não têm condições de

infra-estrutura mínimas - saneamento básico, calçamento das ruas, coleta de lixo, rede elétrica com energia suficiente, etc - para receber este movimento temporário. Na verdade, as comunidades de estruturam como podem, resolvendo os problemas na medida em que vão se apresentando.

O desenvolvimento turístico traz consigo a urbanização das comunidades pesqueiras. Uma das consequências mais relevantes dessa urbanização - importante causa na diminuição dos estoques pesqueiros - é a crescente poluição dos "criadouros naturais" (ambientes estuarinos e lagunares)(43). As consequências para a pesca artesanal, desse aumento da poluição nestes ambientes, são diretas, na medida em que,

"a destruição das forças da natureza em ecossistemas aquáticos extremamente produtivos como os lagunares e estuarinos, atinge primordialmente os pequenos pescadores, os quais, dados os equipamentos pouco predatórios e embarcações de pequena autonomia que empregam, tiram daí os seus meios de subsistência..." DIEGUES (1983: 83)

Como estes ambientes costeiros são os responsáveis pela reprodução dos estoques pesqueiros e visto que não fornecem mais condições à desova sistemática do pescado, torna-se extremamente comprometida a renovação natural dos cardumes(44). De acordo com o diagnóstico elaborado pela SUDEPE/COREG-SC, em termos do litoral catarinense,

"a utilização dos estuários e zonas costeiras pela invasão turística e complexos industriais, constitui-se em uma séria ameaça para a manutenção

destes ambientes, seus recursos vivos, é consequentemente a sobrevivência da atividade pesqueira que inevitavelmente deslocará os pescadores de seus sítios tradicionais."

SUDEPE (1988: 31)

São vários os agentes poluidores que atingem direta e indiretamente a produção pesqueira artesanal em termos da totalidade da costa(45). Sem dúvidas, é uma situação gravíssima do ponto de vista da manutenção do equilíbrio bioecológico dos ambientes costeiros, outrora abundantes em diferentes espécies de pescado, algumas delas praticamente já extintos da costa, como o miraguaia (*pogonias cromis*) por exemplo. Acrescente-se ainda à poluição, o problema dos adensamentos naturais e artificiais que as barras e os canais sofrem regularmente, dificultando enormemente a entrada dos cardumes para a desova sistemática. Como a SUDEPE/COREG-SC avalia, trata-se de uma situação onde, além da pesca predatória e da sobrepesca,

"...a poluição desenfreada principalmente dos ambientes com pouca renovação de água e o assoreamento natural dos canais e rios impedindo a migração genética de inúmeras espécies de peixes e crustáceos, são os principais responsáveis pela depauperação dos ambientes de pesca, sobretudo, e em ritmo mais acelerado, dos considerados criadouros naturais como as baías e lagoas."

SUDEPE (1988: 07)

V. COMENTARIOS FINAIS

Antes de serem feitos quaisquer comentários conclusivos, é preciso esclarecer algumas premissas básicas que nortearam o estudo e a análise da "questão" da transformação "camponês - pescador artesanal - proletário" no litoral de Santa Catarina. Neste sentido, deve-se estabelecer que:

. a realidade pesqueira - incluindo meios de produção, relações de trabalho, espaço de reprodução, etc - é extremamente específica, de uma forma tal que apresenta contradições e relações particulares, que não podem, sob hipótese nenhuma, serem generalizadas para o conjunto da pequena produção mercantil (notadamente a agrícola)(1);

. o panorama nacional, da atividade pesqueira é bastante diversificado, apresentando diferentes formas de organização da produção, relações sociais e níveis diversificados de subordinação ao capital(2);

. não se deve ater-se à definição "clássica" de processo de proletarização, sob o risco de não compreender a amplitude total do que este processo significa na pesca artesanal catarinense.

Também é necessário frisar que, se entende o capital como uma relação social e que se expressa na sua forma mais geral (comercial, industrial, financeiro, etc) e não apenas no capital produtivo, se faz referência no texto

ao capital social e não apenas ao individual. Assim, para a compreensão da proletarização da pesca artesanal, é de primordial importância que se vincule as esferas de produção e de circulação do capital, entendendo-as como fases da produção e reprodução do capital em geral. Nesta perspectiva portanto, os meios de produção e a mão-de-obra empregados na pesca artesanal, funcionam no processo de geração de valor (na produção) sem, no entanto, virem a funcionar como capitais individuais, como parcela do capital em geral(3).

Dito isto, pode-se passar a discutir porque a pesca artesanal catarinense, na medida em que encontra-se - enquanto reprodução social - completamente subordinada aos desígnios do capital, inclui-se num processo mais amplo de desenvolvimento do capitalismo, num processo de proletarização.

Considerar como proletarização a forma de subordinação que a pesca artesanal está submetida, implica em entender este processo de maneira muito mais global que a "fórmula clássica" da categoria, do que a expropriação dos meios de produção e o conseqüente assalariamento dos pescadores. A proletarização, neste caso, é um processo que se define não apenas pelo viés econômico, "stritu sensu", mas que diz respeito a outros aspectos que envolvem a reprodução social da atividade. Na verdade, a compreensão que se pretende estabelecer ao final do trabalho, é de que, o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas (no sentido expresso no item 4.1), impõe à continuidade da pesca artesanal a subjugação ao que se deve chamar de "cercos capitalistas". Estes "cercos" não têm o caráter puramente econômico e se expressam: na especulação imobiliária e no crescimento do turismo/urbanização das comunidades, na disputa pelo mesmo espaço produtivo com a pesca organizada

nos moldes industriais, na organização da comercialização do pescado e no financiamento dos meios de produção da atividade pesqueira artesanal.

Portanto, a proletarização se define pela ocorrência dos "cercos capitalistas" que, como a expressão indica, verdadeiramente "cercam" a atividade, impondo limites e contradições próprias, que passam a determinar os espaços e limites de sua reprodução em cada um destes "cercos". Como se discutiu no decorrer do texto, os "cercos capitalistas" produzem sérias consequências em aspectos altamente relevantes da pesca artesanal e terminam colocando os pescadores num "beco sem saída", numa situação objetiva de subordinação frente ao desenvolvimento capitalista.

O "beco sem saída" dos pescadores artesanais, refere-se a uma situação tendencial eminentemente objetiva. Este fato, é fundamental no sentido de identificar os pescadores artesanais à situação dos proletários "clássicos" (assalariados industriais, notadamente). Ao proletário industrial, "livre" no duplo sentido preconizado por Marx, resta apenas a alternativa da venda da força de trabalho; e, ao pescador artesanal, resta a permanência na atividade pesqueira (como camarada ou mesmo pequeno proprietário) para obter, como tem sido historicamente, a reprodução da família (no caso dos proprietários, também a reprodução dos meios de produção, ainda que com enormes dificuldades para o acompanhamento mínimo da evolução tecnológica necessária).

Apesar de serem situações produtivas extremamente diferentes, uma mesma "disciplina" move o processo de trabalho de ambos proletários (pescador artesanal e assalariado industrial). Mesmo sem se estruturar numa organização e métodos próprios do processo produtivo da

indústria capitalista, o pescador artesanal tem intensificado, cada vez mais, seu processo produtivo, seja: extendendo a jornada de trabalho, aumentando o potencial produtivo dos aparelhos de captura, elevando o ritmo e a intensidade da captura, trabalhando todos os dias (inclusive domingos) e, as vezes, sob condições meteorológicas adversas, etc. É a luta pela resistência e sobrevivência que, concretamente, define seu ritmo de trabalho e, muito mais eficaz que um gerente ou capataz do processo produtivo, esta condição objetiva controla e determina a sua reprodução.

Resta ainda colocar que, embora a pesca artesanal se organize a partir de relações de trabalho não "clássicas" ao desenvolvimento capitalista, os pescadores, no seu processo de trabalho, produzem valor e, principalmente, valor excedente (sobretabalho ou mais-valia). Não há apropriação de mais-valia, mas, é muito importante que se frise, há a sua produção. DIEGUES (1983), em sua avaliação teórica da atividade, parece confundir esta questão, ao considerar que,

"já na pequena produção mercantil, embora exista a propriedade individual ou privada dos meios de produção, não há o surgimento do não-trabalhador, nem a extração da mais-valia de quem participa do processo de trabalho..." DIEGUES (1983:206)

O fato de não haver a separação completa entre os trabalhadores e os meios de produção, entre outras características da pesca artesanal, faz com que muitos estudiosos da questão, assim como DIEGUES (1983), não visualizem o processo de subordinação e de proletarização em sua integridade. Não se pode confundir, como faz DIEGUES (1983), o conteúdo e a forma da extração de mais-valia com o

conteúdo e a forma da produção de mais-valia. Realmente, o que não se consegue enxergar e que, não é a propriedade dos meios de produção que define a exploração do trabalho, mas isso não quer dizer que não há produção da mais-valia. A mais-valia é fruto da exploração do trabalho dos pescadores; tanto dos proprietários dos meios de produção, quanto dos camaradas; que, a partir da apropriação delimitada pelos "cercos capitalistas", contribui na acumulação do capital em geral.

É este nível de reprodução social (acumulação de capital) da pesca artesanal, permitido pela submissão aos "cercos capitalistas", que define as especificidades do processo de proletarização em cada comunidade. Para explicar com clareza este processo em todo o estado, não se pode confundir duas questões fundamentais que envolvem a própria compreensão da proletarização. Ou seja, trata-se de um processo de "expropriação/dissolução" decorrente do desenvolvimento capitalista em geral, ou, este processo ocorre através de mecanismos próprios de "diferenciação interna"? Na pesca, este processo; não significa uma proletarização determinada por "pressões internas", onde uma "acumulação diferencial" instaure gradativamente a polarização fundamental do capitalismo (burgueses e proletários); pelo contrário, significa uma proletarização baseada numa "expropriação" generalizada, em que ocorre uma radical dissolução e uma inviabilidade estrutural da atividade por "pressões externas". Como se observou, no momento em que há um aumento na escala de produção de valor, em que as forças produtivas se desenvolvem, os pescadores artesanais - por não realizarem uma acumulação de capital na pesca - não conseguem manter a propriedade dos meios de produção. Este é o sentido da proletarização na pesca artesanal.

No quadro desta avaliação portanto, quais são as perspectivas que se colocam à pesca artesanal? Bom, não se pode perder a perspectiva de um processo na análise da condição de subordinação e proletarização da atividade, de um "movimento" que se inicia com o rompimento da autonomia relativa inerente à condição "lavrador/pescador" e a partir daí, passa a se desenvolver, lenta e gradualmente, adaptando-se, conforme as estratégias de sobrevivência desenvolvidas em cada região, a diferentes situações e apontando no extermínio da atividade como tendência geral. Portanto, a proletarização significa um processo, neste caso, em que, tendencialmente, seu final é o extermínio da pesca artesanal como atividade produtiva ou a sua transformação numa atividade complementar, acessória. Não se pode deixar de considerar as estratégias de sobrevivência e as contratendências, mas, o desenvolvimento do capitalismo na pesca, como se pode observar na evolução histórica dos dados das tabelas 09 e 10 (gráficos 01 e 02), é o próprio extermínio da pequena pesca e o crescimento da pesca nos moldes industriais. Aliás, é essa a perspectiva que se comprovou no desenvolvimento da comunidade do Passo de Torres (São João do Sul), quando houve um crescimento das condições de produção do sobretrabalho, como se fez referência no item 4.2.1..

Evidentemente, na travessia deste processo encontram-se diferentes níveis de subordinação ao capital. Nas comunidades em que os "cercos capitalistas" são mais claros, tornando mais acirrada a subordinação, com certeza, encontram-se mais próximas do final deste processo. É um processo global que, além da extração do sobretrabalho na comercialização: de um lado, a expansão urbana e o turismo pressionam os pescadores para o mar; e, de outro, o

acirramento do conflito com a pesca industrial empurra os pescadores para terra. As perspectivas de sobrevivência destes pequenos produtores, é muito bem sistematizada por SILVA (S/d). Segundo esta autora:

"...neste afã de não sucumbirem como trabalhadores independentes, muitos se proletarizam de vez, abandonando a profissão ou tornando-se assalariados de convés. Outros, entretanto, conseguem manter-se, em níveis mínimos de sobrevivência, como pequenos pescadores autônomos subordinados aos desígnos do capital."

SILVA (S/d : 09)

Finalmente, convém mencionar que, ainda que se reconheça os estreitos limites de reprodução da pesca artesanal, não se pode pressupor, no horizonte de um curto espaço de tempo, a extinção pura e simples dos pescadores. É possível sim, estabelecer o extermínio da atividade como tendência geral; mas, seja porque a atual forma de organização da pesca colabora na valorização do capital em geral, seja em decorrência das estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos pescadores, não se pode precisar temporalmente este processo. As perspectivas da atividade indicam que o processo de proletarização aponta em três direções fundamentais: a) ao assalariamento puro e simples fora da pesca artesanal, e nesse caso, a pesca industrial é o setor privilegiado, pois o pescador artesanal com seu "savoir-faire" constitui seu "exército de reserva" de mão de obra; b) a dissolução/extermínio da atividade ou sua transformação em atividade acessória ou complementar, visto não responder mais à subsistência da família; e, c) a permanência na situação de subordinação sob uma pauperização relativa crescente. Nesse sentido, não se pode precisar nenhuma destas direções que o processo de proletarização possa assumir em cada região do litoral do estado.

VI. N O T A S

A P R E S E N T A Ç Ã O

- 01 - Observe a importância da pesca catarinense na Tabela 01, onde se compara sua produção com a da região sul e do Brasil, no período de 1980 a 1984.
- 02 - Os resultados da pesquisa de campo indicam que, este número representa menos de um terço, aproximadamente, do total de pescadores que efetivamente exercem a atividade, apesar de não estarem legalizados.
- 03 - Sobre estes dados e estimativas consulte SUDEPE (1988: 07),.Sem comentar sua fonte de dados, LEDO (1989:299) indica que, "o contingente de pescadores artesanais em 1970 era de 10.326 homens. Atualmente existem 29.838 pescadores profissionais registrados na Federação de pescadores profissionais registrados na Federação de Colônias de Pesca, distribuídos em 19 colônias implantadas ao longo do litoral."
- 04 - Se está generalizando como pescado, as diferentes espécies de peixe, bem como de crustáceos e moluscos.
- 05 - Além desses dados, observe ainda: as diferentes espécies de pescado desembarcado controlado em Santa Catarina, na tabela 02; o mercado estadual de pescado de 1981 a 1986, na tabela 03; a exportação catarinense de pescado para os mercados interestadual e internacional de 1981 a 1986, nas tabelas 04 e 05, respectivamente; e, por fim, a produção inspecionada de pescado em Santa Catarina de 1981 a 1986, na tabela 06.

- 06 - Um caso extremamente característico dessa atuação em Santa Catarina é o da empresa WEGG PENHA PESCADOS S/A no norte do litoral. Esta empresa, além de possuir vários barcos na captura do camarão, é a responsável final na aquisição de camarões de vários pequenos intermediários desta parte do estado. DIEGUES (1989: 14), quando discute a atuação da pesca industrial no litoral do Pará, também demonstra uma tendência ao desenvolvimento do setor de comercialização das empresas. Segundo ele, como os recursos marinhos tendem a se exaurir em termos de captura, "...busca-se expandir os negócios da grande empresa não mais através do aumento das frotas destinadas à pesca de 'arrasto' mas da dominação dos mercados para onde são canalizados os produtos decorrentes da pesca artesanal."

C A P Í T U L O I

- 01 - Vale lembrar, com muita ênfase e agradecimento, que foi desenvolvido conjuntamente com o cientista social Pedro Teixeira, toda realização da pesquisa de campo (diários, relatórios informativos, etc) e, inclusive, uma caracterização e análise preliminar da "questão da pesca artesanal" no litoral catarinense, em TEIXEIRA & TEIXEIRA (1986).
- 02 - A observação participante é "...um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. Observador está em relação face-a-face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto." CICOUREL (1980: 89).

- 03 - Como ensina BRANDÃO (1987), ao ressaltar o caráter inovador da metodologia, a observação participante precisa ser encarada não apenas como um método, mas também como uma atitude de pesquisa. Assim, não se trata mais de "...reconstruir a explicação da sociedade e da cultura do 'outro' através de fragmentos de relatos de viajantes e missionários." Agora, é preciso, "...ir conviver com o OUTRO no seu mundo; aprender a sua língua; viver sua vida; pensar através de sua lógica; sentir com ele." BRANDÃO (1987: 11).
- 04 - A observação, é claro, por ser eminentemente qualitativa não pode ser quantificada. Mas, com respeito as "entrevistas" (conversas), existe no DIARIO DE CAMPO, registros de informações de 385 pessoas em todo litoral. Observe o detalhamento destes informantes em cada município no Quadro 02.
- 05 - Não se pode esquecer que, "...certamente esta oposição qualitativo/quantitativo não corresponde a modos opostos e inconciliáveis de ver a realidade. São modos diversos de resgatar a vida social e chegar a iluminar aspectos não aparentes e não conscientes para os atores envolvidos..." CARDOSO (1986: 95/6).
- 06 - A redação do DIARIO DE CAMPO representa que, "...o observador recria na sua imaginação, ou tenta recriar, o campo social em todas suas dimensões, ao nível de percepções e sentimentos. Ele assume o papel de todas as outras pessoas que viveram aquela situação e tenta evocar em sí mesmo os seus sentimentos e pensamentos no instante em que ocorreria o incidente. Faz-se um tipo de reconstrução da apresentação do fenômeno tal como foi inicialmente registrado..." CICOUREL (1980: 94).

- 07 - Segundo DEBERT (1986:156), "...histórias de vida e relatos orais fazem convites irrecusáveis para rever interpretações, desenvolver novas hipóteses e encaminha novas pesquisas de forma a refinar os grandes conceitos explicativos e seus pressupostos."

C A P Í T U L O I I

I T E M 2.1

- 01 - A bacia do rio Prata constituía-se - pela ligação com os rios Paraná, Paraguay e Uruguai - no mais importante canal de acesso ao povoamento do interior do cone sul das Américas, sendo, por isso, um território de permanente disputa entre espanhóis e portugueses.
- 02 - Sobre a questão estratégico-militar do litoral catarinense nesta época, veja também SANTOS (1977: 46/7).
- 03 - Em 1742, juntamente com a criação da Capitania de Santa Catarina, surge o primeiro núcleo de pesca de baleias. A partir de um contrato de exploração firmado entre o governo português e Tomé Moreira, funda-se a "Armação Grande de Nossa Senhora de Piedade" na Ilha de Santa Catarina. Segue-se a criação de outras três grandes "armações baleeiras" (a de "São João Batista de Itapocoróia", a de "São Joaquim de Garopaba" e a de "Sant'ana da Lagoinha"), além de outras menores que lhes eram suplementares. Estas "armações" perduraram até 1801 quando entraram definitivamente em colapso, terminando com a pesca deste "cetáceo" no litoral catarinense. Para maiores informações sobre as "armações baleeiras", veja especialmente PIAZZA (1983:194/203) e CABRAL (1987: 80/83).

I T E M 2.2

- 04 - Em verdade, com a permissão da imigração "açoriana", o Conselho Ultramarino, atendia concomitantemente uma reivindicação dos moradores das Ilhas de Açores e respondia uma solicitação que o Brigadeiro Silva Paes, então governador da Capitania, já havia feito em 23 de março de 1742.
- 05 - Ao serem observadas a integridade das vantagens oferecidas pela Coroa Portuguesa aos imigrantes das Ilhas de Açores e Madeira, fica claro porque os colonizadores "chamados" ao litoral de Santa Catarina assumiram as perspectivas de um campesinato parcelar. CABRAL (1950:514/515), numa citação de J. Mattos, descreve um trecho significativo do Edital de 31 de agosto que foi fixado nas Ilhas. Eis o Edital: "EL rei, Nosso senhor, atendendo às representações dos moradores das Ilhas do Açores, que têm pedido mandar tirar delas o número de casais que fôr servido, e transportá-los à América, donde resultará às ditas Ilhas grande alívio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males que traz consigo a indigência em que vivem, e ao Brasil um grande benefício em povoar de cultores alguma parte dos vastos domínios do dito Estado, foi servido por Resolução de 31 de agosto do corrente ano, posta em consulta do seu Conselho Ultramarino de 8 do mesmo mês, fazer mercê aos casais das ditas Ilhas que quiserem ir se estabelecer no Brasil de lhes facilitar o transporte e estabelecimento, mandando-os transportar a custa de sua Real Fazenda, não só por mar, mas também por terra, até o sítio que se lhe destinarem para as suas habitações, não sendo homens de mais de 40 anos e não sendo as mulheres de mais de 30; e logo que chegarem a desembarcar no Brasil a cada que para êle for das Ilhas

de mais de 12 anos e de menos de 25, casada ou solteira, se darão 2\$400 réis de ajuda de custo, e aos casais que levarem filhos se lhes darão por de os vestir mil réis por cada filho, e logo que chegarem aos sítios que não de habitar se dará a cada casal uma espingarda, 2 enxadas, uma enxó, 1 martelo, 1 facão, 2 facas, 2 tesouras, 2 verrumas e 1 serra com a sua lima e travadeira, 2 alqueires de sementes, 2 vacas e 1 égua, e no primeiro ano se lhes dará a farinha que entender bastar para o sustento, que são três quartas de alqueire por mês para cada pessoa, assim dos homens como das mulheres, mas não as crianças que não tiverem sete anos, e aos que tiverem até aos 14 anos se lhes dará quarta e meia para cada mês. Os homens que passarem por conta de Sua Magestade ficarão isentos de servir nas tropas pagas, no caso de estabelecerem no termo de dois anos, nos sítios que se lhes destinarem, onde se dará a cada casal um quarto de légua em quadro para principiar a sua cultura, sem que lhes levem direitos, nem salário algum por está sesmaria; e quando pelo tempo adiante tenham família, com que possam cultivar mais terras, as poderão pedir ao Governador do Distrito, que lhas concederá na forma de Ordens que têm nesta matéria. E aos casais das Ilhas que quiserem ir dêste Reino, por se acharem nêle, se lhes darão as mesmas conveniências, como também aos casais de estrangeiros que não forem vassallos de Soberanos que tenham domínios na América a que possam passar-se; aos que forem artífices se lhes dará uma ajuda de custo, conforme os requisitos que tiverem', etc...".

06 - Quanto ao número de açorianos que foram efetivamente transportados, existe uma divergência entre os historiadores, tendo em vista a impossibilidade de ter

sido realizado na ocasião um levantamento preciso dos dados. O presente trabalho se baseia em CABRAL (1950), por julgar que este autor fez um resgate minucioso das fontes históricas, evidenciando o momento em que as dúvidas devem ser colocadas. Sobre este problema veja especificamente CABRAL (1950: 518/26 e 603).

- 07 - Veja a respeito em CABRAL (1950:564/70) e BRITO (1829: 59).
- 08 - Sobre o desempenho da cultura da mandioca neste período, veja especialmente PIAZZA (1988:554/6), CABRAL (1943: 90) e CABRAL (1950: 542/43).

1 T E M 2.3

- 09 - Em decorrência dessa combinação, esse conjunto de camponeses, pode ser caracterizado como camponeses "lavradores/pescadores". Expressão tomada de empréstimo de DIEGUES (1983).
- 10 - Se está diante de uma economia regulada pela sucessão de determinados ciclos anuais, regulada por um "tempo natural" como ressalta CUNHA (1987). Suas conclusões são de que, na "economia doméstica" da Barra da Lagoa (Florianópolis), no início do século, "...onde a atividade pesqueira e a lavoura se combinavam, em tempos determinados, regidos pela lua e pelo sol, ventos e marés, pela estrelas - a matutina, a dalva e o cruzeiro - permitindo que o TEMPO NATURAL definisse quase que por inteiro os elos das fases produtivas com o seu ritmo próprio." CUNHA (1987: 49)

SUBITEM 2.3.1

- 11 - Sem priorizar o grau de importância, entre outras

idades, Florianópolis, Laguna, Araranguá, Criciúma, Tubarão, Blumenau, Joinville e São Francisco do Sul.

12 - O desmatamento pelo método da "queimada" consiste simplesmente em atear fogo à mata, para depois que queimam as árvores e arbustos diversos, destocar e e limpar (arando) o terreno.

13 - Da mesma forma que HEREDIA (1979: 37), entende-se por "grupo doméstico", os habitantes de uma mesma casa, que são "...os indivíduos ligados entre si por laços de parentesco: pai-mãe e filhos solteiros e excepcionalmente agregam-se a eles o pai ou a mãe de um dos cônjuges."

14 - Os ajudantes eram remunerados a "uma quarta de farinha" por dia. Ou seja, é 1/4 de um saco de farinha de 45 Kg (2 alqueires).

15 - No decorrer da pesquisa de campo, apenas em Barra do Sul (Araquari), se registrou referências esparsas ao uso do arado de tipo "bico de pato", na agricultura do arroz desta época.

SUBITEM 2.3.2

16 - Segundo os ex-"lavradores/pescadores" as madeiras mais utilizadas para a construção das canoas eram o Garapovú, a Timbaúva, a Canela-Preta e o Cedro.

17 - A tarrafa é uma espécie de rede circular, com pesos nas bordas e uma corda em volta, de uso individual que, após ser arremessada n'água, gradativamente se fecha, à medida em que vai sendo recolhida.

- 18 - o "gravatá" é uma planta acaul e terrestre, da família das bromeliáceas (*neoglaziovia variegata*), com poucas folhas, cujas fibras se usam na manufatura de barbante, linhas de pesca e tecido.
- 19 - O "tucum" é uma palmeira (*bactris setosa*) de cujas grandes folhas se extrai uma fibra forte e útil para vários usos.
- 20 - O espinhel é um aparelho de pesca composto por uma longa linha esticada, suspensa por bóias ou submersa com o auxílio de "poitas" (espécie de âncoras artesanais), de onde pendem fios mais finos terminados por anzóis, distribuídos em curtos intervalos.
- 21 - Além desses instrumentos de uso comum em todo litoral, existiam outros que eram específicos de certas regiões. Por exemplo, a "tarrafa de rolo" e a "coca puxada" (espécies de arrasto manual) em Laguna; a "linha de coita" (espécie de espinhel de poucos anzóis) e a "rede mangoneira" (feita de fibras de "embaúva") no norte do estado; a "fisga" (arpão) em alguns estuários (Araranguá, São João do Sul, etc); etc.
- 22 - Estes ciclos são designados pelos pescadores artesanais como o "curso" da espécie. Quando os pescadores capturam o pescado nesta migração genética, eles o chamam de "peixe corseiro".

SUBITEM 2.3.3

- 23 - De acordo com este autor, a família do camponês europeu da Idade Média, "...constituía uma sociedade econômica bastando-se inteiramente, ou quase inteiramente, a si mesma, uma sociedade que não apenas produzia os seus

gêneros alimentícios, mas também construía a sua casa, os seus móveis e utensílios domésticos; fabricava mesmo a maior parte das ferramentas grosseiras com que curtia peles, preparava o linho e a lã, confeccionava as suas roupas, etc." KAUTSKY (1980: 29).

24 - O "anóz" é o fruto da amendoeira-da-praia (*terminalia catappa*), uma árvore ornamental própria para a beira-mar, de raiz e casca adstringentes, contendo a amêndoa um óleo doce.

25 - A "corticeira" é uma árvore regular, ornamental (*erythrina cristagalli*), que fornece uma madeira branco-amarelada muito leve e porosa.

I T E M 2.4

26 - A discussão acadêmica que existe em torno do conceito de camponês, revela uma tentativa histórica dos cientistas sociais - antropólogos, principalmente - em delimitar um conjunto de características universais homogeneizadoras que definam uma "unidade de produção camponesa". Mas, antes da discussão destas características, é preciso ter claro que existem um conjunto de especificidades dentro do campesinato que, produzem diferenças na organização da sua subsistência, na sua relação com a sociedade mais abrangente, nas relações de trabalho, etc. Como indica WOLF (1984: 11), o cientista social, com sua experiência de campo nas pequenas comunidades, deve ter presente em sua análise, esse conjunto de diferenças.

Apesar das diferenças que possam derivar desse conjunto de especificidades listadas por WOLF (1984), é possível ainda descrever algumas características generalizantes do campesinato, que não implicam, necessariamente, em homogeneidade ou uniformidade. Do ponto de vista

antropológico, a definição clássica de camponês se encontra em Alfred Kroeber - citado em FORMAN (1979: 39/40) -, a partir da qual se agruparam e se posicionaram muitos estudiosos da "questão camponesa". As definições de camponês ou de sociedades camponesas que se seguiram, devem ser agrupadas em dois grandes conjuntos: a) as análises que enfatizam os aspectos sócio-culturais no modo de vida rural, e b) os estudos que se concentram nos aspectos políticos, econômicos e sociais do sistema como um todo.

O mais notório representante do primeiro grupo é REDFIELD (1960) que, sem deixar de considerar as relações sociais subjacentes, preferiu salientar os componentes culturais na descrição do modo de vida do camponês. Para este autor, o camponês é uma categoria intermediária (de transição) no processo de mudança social, que vai do folclórico ("folk") ao urbano.

Por outro lado, WOLF (1976) representa uma abordagem sócio-estrutural bem mais rigorosa, definindo os camponeses como essencialmente cultivadores rurais em um sistema estatal no qual uma classe dominante retém o excedente de sua produção. É preciso salientar que, um aspecto importante dessa dependência do camponês é o pagamento de um "fundo de renda" ou "fundo de aluguel" em dinheiro ou em espécie.

É neste mesmo caminho, se embasando em critérios sócio-estruturais e econômicos, que se situam as análises de FIRTH (1966) e FORMAN (1970) e (1979). Para estes autores, a definição é ampla o suficiente que permite incluir pescadores e artesãos. Segundo FIRTH (1966), a palavra camponês refere-se a um "...sistema sócio-econômico de produtores de pequena escala que dispõem de uma tecnologia não-industrial relativamente simples." Para FIRTH (1966), o sistema é essencialmente

rural e depende da existência de um mercado. Ou seja, o conceito envolve um conjunto de relações estruturais e sociais e não apenas uma categoria tecnológica de pessoas de pessoas envolvidas na mesma atividade. Nestes termos, um camponês para FIRTH (1966) é definido não em decorrência do tipo de trabalho que executa mas, principalmente, devido a conjunto de relações que o ligam a sociedade mais ampla. Apud FORMAN (1979: 41). Igualmente é outra definição bastante ampla do campesinato a que se encontra em FORMAN (1970). Nove anos depois, FORMAN (1979) continua avaliando que os pescadores devem ser incluídos no campesinato em geral, e procura "enxergar" o pagamento de um "fundo de aluguel" por parte dos pescadores, sob a forma de partilha do produto diário da pesca ou sob a forma de percentagem regular paga às agências locais da Colônia de Pescadores. Na medida em que faz uma revisão crítica do debate sobre o campesinato, SHANIN (1980) expressa uma definição bastante geral do camponês e indica que, há aproximadamente uma década foi proposto o delineamento de quatro características básicas do camponês: "...a propriedade rural familiar como a unidade básica de organização econômica e social; b) a agricultura como principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas." Esse conjunto de referências feitas acima servem para demonstra que a definição do conceito de camponês não é algo pronto, acabado. Diferentes pontos de vista, com ênfase em critérios variados, ainda debatem visando a caracterização de uma "unidade de produção camponesa". O presente trabalho não está interessado em participar diretamente desta discussão,

mas apenas demonstrar que a produção dos "lavradores/pescadores" pode e deve ser considerada dentro dos marcos do campesinato. Cabe finalmente ressaltar que se é frontalmente contrário ao pensamento de FIRTH (1966) e FORMAN (1979), segundo os quais o conceito camponês deve ser mantido mesmo quando se desestrutura a organização social dos "lavradores/pescadores", transformando-se na organização dos pescadores artesanais. Como pode ser visto no capítulo seguinte, neste momento há uma ruptura fundamental na reprodução camponesa.

C A P Í T U L O I I I

I T E M 3.1

- 01 - Em Santa Catarina a consolidação desse processo somente vai se dar com o asfaltamento da BR 101 no início da década de 70. A pesquisadora CUNHA (1987), estudando as transformações da Barra da Lagoa (Florianópolis), também concorda que meados deste século seja um marco histórico. Segundo esta autora, "...ainda que num contexto de contradições e dificuldades, os pescadores-lavradores em passado recente (ATÉ MEADOS DESTE SÉCULO, quando ainda praticavam a agricultura), aí reinavam num enlace com a natureza." CUNHA (1987: 60)(grifos de O.A.T) Em termos de Brasil, pode-se ter uma idéia, parafraseando DIEGUES (1983), o qual afirma que: "...no caso brasileiro, até a década de 30 a atividade pesqueira era realizada dentro dos quadros da pequena produção mercantil. Com excessão dos grandes centros urbanos, os pescadores espalhados pelas inúmeras comunidades ao longo do litoral combinavam a agricultura e a pesca: enquanto aquela lhes fornecia os meios de subsistência, está lhes garantia o dinheiro incerto e ocasional com que compravam o que não produziam."

DIEGUES (1983: 02/03).

02 - Nesse processo de especialização dos "lavradores/pescadores" na produção pesqueira, BECK (1989), elege como fundamental o fechamento da fronteira agrícola do litoral catarinense pela colonização italiana e alemã do século XIX. Segundo esta autora, "...a ocupação das terras litorâneas, no século XIX, pelas colonizações alemã e italiana, levou ao rápido fechamento desta exígua fronteira agrícola, impedindo a reprodução do lavrador oriundo do litoral..." BECK (1989:292).

03 - Na verdade, os "lavradores/pescadores" viam nas estradas a possibilidade concreta de não mais necessitarem se deslocar pela baía ou mar, deixando de realizar um enorme esforço físico que o remo exigia. Assim, a colaboração deles, é incentivada por esta "vontade", mas é "ingenua" porque eles não sabiam que estavam abrindo "caminhos" para o capital, para a especulação imobiliária e para a efetivação da exploração comercial. Não se está querendo expressar nenhum sentimento - enquanto pesquisador - de ser contra ou a favor do "progresso" - até porque este é o "caminho" inevitável da humanidade - mas sim, simplesmente, retratar os sentimentos dos "lavradores/pescadores" na época.

04 - Como a posse do capital passou a ser condição necessária ao acesso à propriedade dos meios de produção, começa a se estabelecer, no interior das comunidades, um processo de diferenciação social. A venda de títulos de posse foi um processo homogêneo no meio dos camponeses, mas o volume de dinheiro que cada um arrecadou com a venda foi diferenciado. É claro, alguns compraram mais

equipamentos e também mais produtivos, instalando-se um processo de diferenciação interno. Mas, como esta discussão não é significativa - em termos do objeto do presente estudo - não se está aprofundando a questão.

05 - Na pesca artesanal, "...a parceria está fundada numa relação distributiva desigual do produto da pesca entre o proprietário dos meios de produção e os parceiros da canoa, intermediada pelo 'encarregado' representante do primeiro na embarcação." LOUREIRO (1985: 08).

06 - DUARTE (1978), estudando a pequena produção das "companhas" de Jurujuba/RJ, também registra este enorme melhoramento produtivo que o fio de nylon representou. Segundo este autor, "ainda hoje repercute entre os pequenos produtores a grande mudança que representou para sua prática produtiva a introdução do fio de nylon e das redes desse material tecidas a máquina. Ressalta-se a inestimável diferença de produtividade obtida em relação às redes de fibras naturais, de extrema perecibilidade, que exigiam não só um investimento monetário mais constante para reposição do material como também um investimento muito mais intenso de trabalho, ora para os reparos, ora para as tarefas de preservação específicas, como a secagem quotidiana e a tintura e aferventamento periódicos.

I T E M 3.2

07 - Para um melhor entendimento dos conceitos de subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital, veja especialmente MARX (1985a: 87 a 108).

08 - Novamente, é desnecessário ressaltar que se tem um ponto de vista absolutamente contrário ao de FIRTH (1966) e

FORMAN (1979), segundo os quais os pescadores artesanais devem ser incluídos entre os camponeses em geral.

- 09 - Não se pode esquecer que para MARX (1986), "...as categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção.(...) Estas categorias são tão eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios." MARX (1986:106).

I T E M 3.3

- 10 - A conceituação oficial de pescador - constante no Decreto-Lei nº 221/67 - é bastante genérica e insatisfatória em vários aspectos, como pode ser observado no item 4.2.2 - B. RAMOS (Sd), também discute este problema na conceituação jurídica, oferecendo critérios e argumentos que especifiquem as diferenças no meio da atividade pesqueira.
- 11 - É necessário registrar ainda que, nas lagoas de Laguna, alguns pescadores utilizam também na pesca do camarão a "coca puxada", uma rede que opera como uma grande puça, que é "puxada" por dois elementos permanentemente dentro d'água.
- 12 - Como indica DUARTE (1978), o "savoir-faire" constituiria, "...o fundo comum à prática pesqueira que envolve todos os PESCADORES, e que remete assim aquela identidade abrangente cujo sentido perseguimos. Ele (o "savoir-faire") se consubstancia no domínio das práticas mais imediatas ou técnicas do processo de trabalho..." DUARTE (1978: 64) (parenteses de O. A. T.) Por outro lado, DIEGUES (1989) ressalta o caráter de transmissão oral de conhecimentos na geração do "savoir-faire". Para

este autor, o "savoir-faire" deve ser entendido, "...como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao pescador se reproduzir enquanto tal. Esse controle da 'arte da pesca' se aprende com os 'mais velhos' e com a experiência. Com eles se aprende também a representação simbólica do mundo natural que se traduz pelo 'respeito' às leis que regem o mar e seus recursos. Esse 'saber-fazer' se cristaliza na figura do 'mestre' depositário dos 'segredos' do mar, das técnicas tradicionais de localização de cardumes." DIEGUES (1989: 07).

C A P Í T U L O I V

I T E M 4.1

- 01 - Veja especialmente as posições de MARTINS (1986) e VERGOUPOLOS (1977) sobre esta questão. Segundo este último autor, "o capitalismo não exclui, em seguida, tudo que lhe é exterior. Seu MODUS OPERANDI é, ao contrário, o de integrar em seu processo de reprodução todos elementos exteriores como FONTES SUPLEMENTARES DE RENDIMENTOS. Eis porque o capital não visa, necessariamente, a extensão do MPC mas, sobretudo, a INTERCEPTAÇÃO de renda e lucro agrícola em proveito do MPC." VERGOUPOLOS (1977:153) Para MARTINS (1986), "o capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais..." MARTINS (1986: 21)

- 02 - É necessário ressaltar que, o processo de comercialização, além de realizar o valor que é fruto do

trabalho dos pescadores artesanais, acrescenta ainda ao pescado, o valor gerado em função do trabalho de armazenamento, transporte e distribuição. Veja a respeito em FIORAVANTE (1978: 35), numa citação de Ernest Mandel.

- 03 - LÊNIN (1981), ao analisar a situação da pequena produção na agricultura russa, também ressalta o caráter proletário dessas explorações. Para LÊNIN (1981), os pequenos produtores são operários rurais que podem todos ser reunidos "em um só tipo, o de proletário agrícola". De acordo com este autor, "...entre el proletariado rural debe incluir-se, por lo menos, la mitad de todas las haciendas campesinas.(...) Cabe agregar que en nuestras obras se comprende a menudo con excesiva rigidez la tesis teórica de que el capitalismo requiere un obrero libre, sin tierra. Eso es del todo justo como tendencia fundamental, pero en la agricultura el capitalismo penetra con especial lentitud y através de formas extraordinariamente diversas. La asignación de tierra ao obrero del campo se efectúa muy a menudo en interés de los mismos propietarios rurales, y por eso el tipo del obrero rural con parcela es propio de todos los países capitalistas.(...) Cada uno de ellos ostenta las huellas de un régimen agrario peculiar, de una historia peculiar de relaciones agrarias, PERO ESO NO ES OBSTACULO PARA QUE EL ECONOMISTA LOS INCLUYA EN UN MISMO TIPO DE PROLETARIO AGRÍCOLA. La base jurídica de su derecho al trozo de tierra es del todo indiferente para esa calificación...". LÊNIN (1981:183/184) (grifos de O. A. T.) Marx, por sua vez, ao discutir a transição do feudalismo para o capitalismo, indica que o campesinato subordinado ao capital pode ser caracterizado como proletário. Nas suas palavras, o desenvolvimento do

capital, "...sem revolucionar o modo de produção, apenas agrava a situação dos produtores imediatos, transforma-os em meros assalariados e proletários em piores condições que as experimentadas pelos diretamente submetidos ao capital, e apropria-se do trabalho excedente na base do antigo modo de produção." MARX (1981:385).

- 04 - Por valor individual se entende a quantidade de tempo de trabalho requerida para a produção de uma determinada mercadoria e tem, no texto, uma finalidade eminentemente didática. Esta quantidade individual independe do valor "social" e pode - como é o caso da pesca artesanal - representar um desperdício de trabalho social.
- 05 - A diferenciação entre capital comercial, industrial, etc, é feita simplesmente para ressaltar os espaços de atuação desses capitais. Portanto, isso significa que se entende o capital como um todo e que não há "capitalismos" em oposição. Há apenas o "capital social" ou o "capital em geral" que atua em vários setores da produção social.
- 06 - Se está fazendo referência aqui aos riscos do processo produtivo "stritu sensu", o que não significa que o capital comercial não enfrenta estes problemas. É claro, as consequências são diretas em termos do volume e da escala do sobretrabalho apropriado.

I T E M 4.2

- 07 - Por mecanismo "diferencial de preços", se entende a apropriação do sobretrabalho da atividade, por intermédio da diferença entre o preço pago ao pescador e o preço que efetivamente o pescado é vendido aos

consumidores.

S U B I T E M 4.2.1 - A

08 - Os intermediários, num espaço de tempo de 3 a 5 anos, com a acumulação do sobretrabalho que extraíram da atividade pesqueira já haviam "juntado" uma verdadeira fortuna em caminhões, câmeras frigoríficas, peixarias para revenda, etc. Contudo, detalhar a "história de vida" desses intermediários não é objeto do presente estudo, pois poucos são os casos de uma diferenciação interna ascendente (ou seja, poucos são ex-pescadores).

09 - Deve-se dizer que, na verdade, o mercado capitalista tem uma lógica que expressa a "racionalidade do irracional". Esta forma aparentemente irracional é a sua forma comum e regular de atuação.

S U B I T E M 4.2.1 - B

10 - Denominação que os pescadores dão ao conjunto de aparelhos necessários para a efetivação da atividade pesqueira. Esta denominação inclui o barco, o motor, as redes dos principais tipos e malhas, as bóias, etc.

11 - ZARUR (1984), ao analisar a situação dos pescadores de Mullet Springs, no golfo do México, também observa este fenômeno. Segundo ele, "...dentre os 72 pescadores de Mullet Springs, em 1974, 51 estavam permanentemente ligados a uma ou outra das duas FISHHOUSES da vila. É lá que obtém crédito para comprar redes e armadilhas, ou simplesmente para pagar a conta do armazém, sendo que muitos vivem constantemente em débito com o dono da FISHHOUSE..." ZARUR (1984: 62).

12 - Termo que os intermediários são designados em algumas

praias..

S U B I T E M 4.2.1 - C

- 13 - DUARTE (1978), refere-se as representações que os pescadores fazem das "partes" dos meios de produção. Esta "divisão" dos riscos do processo produtivo e da aleatoriedade da captura é representada pelos pescadores como uma "reprodução natural" de seus meios de subsistência. De acordo com este pesquisador, "a representação dessas PARTES DA PESCARIA engloba muito explicitamente a idéia de 'reprodução'. Reprodução dos meios de trabalho, no sentido estrito da 'reposição' do seu valor incorporado gradualmente no produto; reprodução da própria unidade de produção, no sentido lato da reprodução da PESCARIA, isto é, do próprio processo produtivo. A reprodução do pequeno produtor, seu proprietário encarna a reprodução de todo o sistema, do qual a companha se vê como associada e dependente." DUARTE (1978: 93).
- 14 - Em poucas comunidades, notadamente na pescaria de camarão no norte do litoral, as despesas com óleo combustível são descontadas do monte produzido antes da divisão.
- 15 - O sistema da divisão em "partes" da produção, detém uma familiaridade relativa com a forma "salários por peça", pois ambas as formas se associam a situações de manutenção do trabalhador da propriedade dos meios de produção. O pescador também tem interesse pelo máximo preço de venda e por isso, trabalha sob um grau "máximo" de intensidade, tornando desprezível boa parte das tarefas de supervisão e controle da produção. No sistema de "salário por peça", como registra MARX (1982), "...é

naturalmente interêsse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do trabalho. É também interêsse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, afim de aumentar seu salário diário ou semanal." MARX (1982:640)

- 16 - Deve-se ressaltar que são a confecção de aparelhos de pesca (tarrafas e panagens de redes, notadamente) e a coleta de mariscos (*mytilus perna*) nos costões - tarefas desenvolvidas simultaneamente, pois a coleta de mariscos somente ocorre quando o mar apresenta boas condições em termos de marés - as atividades que ocupam em maior número a mão de obra das mulheres de pescadores.
- 17 - A produção da renda-de-bilro mobiliza cerca de três mil mulheres diretamente em Florianópolis, como indica BECK (1983). Além disso, para um melhor conhecimento da produção da renda-de-bilro e de seu processo de trabalho, veja especialmente BECK (1984).

S U B I T E M 4.2.1 - D

- 18 - De acordo com DIEGUES (1989), a acumulação de capital somente pode ocorrer "...em alguns casos quando o pescador artesanal é também 'intermediário-comerciante' de pescado, passando a acumular capital com o sobre-lucro gerado pela comercialização do produto de outros pescadores." DIEGUES (1989: 08).
- 19 - Denominação dos camaradas em algumas comunidades.

S U B I T E M 4.2.2 - A

- 20 - Como pesca industrial se entende aquela organizada nos moldes empresariais/capitalistas onde, entre outros

elementos, as embarcações superam 20 TBA, as tarefas são definidas em seu processo de trabalho - geleiro, motorista, cozinheiro, etc - e utiliza modernos equipamentos de localização de cardumes - sonda, sonar, etc.

- 21 - DIEGUES (1988) fornece uma idéia da distribuição desses recursos públicos. Segundo ele, "...a pesca artesanal, entre 1966/77 havia recebido somente 12% do equivalente aos fundos investidos na indústria pesqueira através dos incentivos fiscais." DIEGUES (1988: 28).

- 22 - As disposições transitórias de decreto previam isenção dos impostos oriundos de importações de embarcações e equipamentos de pesca, assim como deduções tributárias para investimentos na pesca. O Decreto permitia a todas pessoas jurídicas registradas no país deduzir do imposto devido para inversão em projetos de pesca que a SUDEPE tenha declarado de interesse para o desenvolvimento do país. Inicialmente, previa-se que em 1972 terminaria este carreamento de recursos públicos, mas em 26.06.84 o Decreto-Lei 2.134 prorrogou até o exercício de 1986 (ano base 1985) a vigência de incentivos fiscais para aplicação na área da pesca.

- 23 - Confirma estes dados sobre a falência de empresas em DIEGUES (1983:139). Sobre este problema veja ainda uma série de reportagens publicadas no JORNAL DO BRASIL de 01.05.77 a 26.06.77 sob o título "O conto de fadas da pesca no Brasil". Estas reportagens denunciam a fraude e utilização duvidosa dos incentivos fiscais aplicados pela SUDEPE. Em 08.06.78, o Presidente da República aprovou os resultados de uma C P I (Comissão Parlamentar de Inquérito) nomeada para averiguar as aplicações da

SUDEPE que, "...revelam irregularidades cometidas por quatro ex-superintendentes e que resultam em liberações que atingem, desde 1967, mais de CR\$ 235 milhões destinados a duas entidades de classe e quinze empresas de pesca, muitas das quais não existem, vítimas de falências nebulosas." JORNAL DO BRASIL (1978: 16).

- 24 - Veja a composição da frota industrial catarinense, de acordo com os diferentes tipos de pesca, na Tabela 08.
- 25 - Essa disputa acontece porque é na costa que se concentram os maiores volumes de pescado. De acordo com a pesquisadora LEDO (1980), "...a vida no meio marinho encontra-se distribuída da seguinte maneira: mais da metade dos organismos completam seu ciclo de vida entre a superfície e os 200 m de profundidade; um terço o faz entre os 200 e os 500 m; 4% entre os 500 e os 2.000 metros; 2% entre 2.000 e 6.000 metros de profundidade e, 0,5% além dos 6.000 metros." LEDO (1980: 47) Além disso, não se deve esquecer que, "é sabido que 90% dos recursos marinhos se encontram nos limites da plataforma continental onde condições físico-biológicas favoráveis permitem que as comunidades animais e vegetais (elementos bióticos) mantenham intercâmbio energético e alimentar com os elementos nutrientes (abióticos)." DIEGUES (1983: 82).
- 26 - Em verdade, é preciso lembrar que, "...o conceito de oceano como propriedade comum passa a ser uma justificativa ideológica para a exploração livre e desastrosa por parte dos países que dispõem de capital e tecnologia necessários." DIEGUES (1983: 58).
- 27 - Segundo DIEGUES (1989), "do Rio de Janeiro para o sul, a

pesca artesanal perde em importância relativa para a pesca empresarial/industrial, responsável esta por cerca de 67% das capturas. Isso se deve não somente a fatores oceanográficos e biológicos (facilidades de arrasto, grande biomassa de peixes pelágicos) como aos incentivos concedidos à pesca empresarial pela SUDEPE a partir de 1967. As regiões sudeste/sul absorvem mais de 90% da totalidade dos incentivos fiscais.

28 - Em outros estados, este espaço é diferente. "No Rio Grande do Sul é de menos de 3 milhas, no Paraná de 3 milhas e em São Paulo 1,5 milhas." Confira em SUDEPE (1988: 18).

29 - "A região sul possui também uma plataforma larga e plana propiciando o uso de técnicas de arrasto de fundo..." DIEGUES (1983:111).

30 - De acordo com os relatos de pescadores na pesquisa de campo, a mesma quantidade de pescado que hoje são capturados com duas, três mil braças (cada braça mede 1,60 metros); há dez, quinze anos atrás exigiam apenas 100, 200 braças de rede. Nas palavras de um pescador do Passo de Torres: "...o que hoje leva 2, 3 mil braça, a gente pegava só com 100, 200 braça de rede, logo... logo."

S U B I T E M 4.2.2 - B

31 - Por exemplo, os pescadores, em todo litoral do estado, reivindicam ampliar a área legal de atuação da pesca artesanal de 1 milha da costa. Em alguns lugares, como no Passo de Torres, os pescadores defendem que este espaço próprio da pesca artesanal seja de 10 milhas.

- 32 - DIEGUES (1988), um dos mais célebres pesquisadores da questão da "pesca artesanal", ao fazer um diagnóstico nacional desta atividade, é enfático ao afirmar que, "...apesar da coexistência de um sem número de portarias regulamentando a pesca, sua aplicação efetiva é falha por uma série de razões como a falta de fiscais, falta de meios para coibir pescas predatórias, em particular as das frotas empresariais." DIEGUES (1988: 32).
- 33 - Segundo o depoimento dos pescadores, a "parelha de arrasto", é formada por dois grandes barcos, puxando ininterruptamente uma gigantesca rede de arrasto, que é mantida aberta - como uma puça gigante - por duas "portas" de madeira que, quando arrastam, chegam a perfurar uns 20, 30 cm. do solo marinho.
- 34 - Confira os dados dessa viagem experimental em SUDEPE (1988: 18).
- 35 - Em verdade, deve-se registrar que, o uso de técnicas de arrasto não é privilégio da pesca industrial, a pesca artesanal também utiliza o arrasto individual na captura do camarão (é claro, com poder predador infinitamente menor). O uso do arrasto na baía norte de Florianópolis, por exemplo, tem provocado vários conflitos - onde inclusive houveram mortes - entre os pescadores de camarão da baía norte (arrasto) e os da baía sul (tarrafas e redes de caceio).

S U B I T Ê M 4.2.3 - A

- 36 - É um processo onde, na maior parte dos casos, o Estado vendia uma grande proporção de terras, as quais posteriormente, os especuladores revendiam em pequenos lotes, alcançando lucros imensos. Como relata WANDERLEY (1979), "...generalizou-se a tendência à venda destas

terras em grandes dimensões a particulares indivíduos ou firmas, nacionais ou estrangeiras, que, especulando sobre o seu preço, as vendem em pequenos lotes. Os exemplos são numerosos e encontrados não apenas em função do processo de colonização do século passado, mas em plena atualidade." WANDERLEY (1979: 69/70).

- 37 - A facilidade ou dificuldade de acesso do capital urbano às praias, a existência de estradas e pontes, a proximidade de grandes cidades, etc. Entre outros, são estes os parâmetros que diferenciaram historicamente o desenvolvimento da especulação imobiliária no litoral catarinense.
- 38 - Terras "griladas", em linhas bem gerais, significa o processo de expulsão dos posseiros das terras ocupadas com o uso de alguma forma de violência.
- 39 - Contudo, em algumas regiões da hinterlândia do litoral catarinense, nem mesmo a maior valorização dos produtos da pesca tem sido suficiente para compensar a enorme "pressão externa" representada pelo crescimento da especulação imobiliária. A venda do título de posse, neste caso, obriga o pescador a se reproduzir em outro local.
- 40 - A combinação da agricultura com a pesca nestes lugares, geralmente é uma "teimosia" dos mais velhos, que não abandonaram a "tradição" de continuarem fazendo uma roça de mandioca, milho, etc. Já a juventude, além de não valorizar mais este trabalho, "prefere" praticar exclusivamente a pesca ou ingressar noutra atividade como assalariado.

- 41 - "...Este investimento é geralmente feito por indivíduos e não por grandes instituições financeiras ou por agroempresas e o objetivo principal é o lazer e especulação e não necessariamente a produção lucrativa." HOEFLE (1989:156).
- 42 - Em sua pesquisa sobre a pequena pesca no sul fluminense, HOEFLE (1989) demonstra que, "...há praias inteiras sem uma casa sequer de pescadores. As poucas concentrações de pescadores, que restam, ficam em áreas de mangue, áreas pouco desejáveis do ponto de vista do cidadão urbano." HOEFLE (1989:165).

S U B I T E M 4.2.3 - B

- 43 - Pode-se ter uma idéia da distribuição desses ambientes no litoral catarinense, parafraseando a pesquisadora Ledo (1983), citada em SUDEPE (1988). Segundo esta autora, "a área costeira de Santa Catarina localiza-se entre as latitudes 29 57 26 S e 29 20 32 S, ocupando uma extensão aproximada de 670 Kms de margem continental, a qual se incrementa a presença de numerosas ilhas e ilhotas totalizando-se em conjunto 915 Km de costa. As principais unidades fisiográficas são: a baía de São Francisco e a barra do rio Itapocú; limitando uma extensa planície de terrenos cristalinos sujeita a periódicas instruções de água salgada e ocupada por sistemas de manguezais. A parte central da costa é muito irregular com esporões cristalinos da Serra do Mar, cobertos pela Mata Atlântica que se estende até a beira-mar, com numerosas ilhas e ilhotas, entre as quais se destaca a Ilha de Santa Catarina (Florianópolis) com a presença de uma lagoa e uma laguna. O litoral sul possui uma série de lagoas em forma de rosário que acompanham 252 Km de margem costeira incluindo as lagoas

de Ribeirão, Garopaba, Doce, Ibiraquera, o sistema Mirim, Imarui e Santo Antonio, Garopaba do Sul, Camacho, Urussanga Velha, Faxinal, Esteves, Mãe Luzia, Caverá e do Sombrio, entre outras. As lagoas do Ibiraquera, o sistema Mirim, Imarui e Santo Antonio, a de Garopaba do Sul, do Camacho e de Urussanga Velha estão em contato com o mar. Como bacia principal destaca-se a do rio Itajaí, outras bacias menores são as dos rios São Francisco do Sul, Itapocú, Tijucas, Biguaçu, Cubatão e Tubarão. O conjunto das bacias isoladas que desembocam no oceano, ocupa uma superfície total de 35.756 Km². As características ecológicas descritas para a área costeira, em especial pela presença dos sistemas de lagoas costeiras em conexão com o mar e dos manguezais, favorecem o desenvolvimento de populações animais que incluem migrantes catadômicos que são explorados pela pesca artesanal." SUDEPE (1988: 29).

- 44 - As diversas espécies de pescado existentes num determinado ecossistema se relacionam dentro do quadro de uma cadeia "trófica", pela qual umas espécies servem como alimentação às outras. A degradação ambiental desses ecossistemas faz com que estes recursos renováveis - pois apresentam um ciclo de renovação relativamente curto - tornem-se não-renováveis, na medida em que a poluição desestrutura esta cadeia alimentar não permitindo que estes ambientes exerçam sua capacidade natural de reciclagem.
- 45 - Esses agentes poluidores, segundo os pescadores, podem ser agrupados, principalmente, segundo as regiões que atingem: a) no extremo-sul (Araranguá) - resíduos das minas carboníferas, agrotóxicos das plantações de fumo e arroz e esgotos urbanos das cidades localizadas as

margens do rio rarranguá e seus afluentes; b) no sul (Laguna) - resíduos dos lavadores de carvão da Estiva (ICC) e de Capivari (ELETROSUL), água envenenada das fecularias de mandioca, agrotóxicos das plantações de arroz, dejetos industriais carboquímicos do complexo industrial de Imbituba e, por último, os esgotos urbanos de Laguna; c) no centro (Florianópolis) - esgotos urbanos de Florianópolis e arredores, principalmente, e resíduos industriais de vários tipos de indústrias que existem na região; d) no norte (São Francisco do Sul) - resíduos das indústrias metal-mecânica e têxteis de Joinville e Blumenau que chegam ao mar, através da bacia hidrográfica do rio Itajaí; e e) no extremo-norte (Garuva) - esgotos urbanos em pequena escala.

C A P Í T U L O V

- 01 - A distinção, em relação à agricultura, precisa levar em conta ainda, a pesca realizada exclusivamente em águas marinhas interiores (baías, lagunas, etc) e a pesca realizada em alto-mar. Mas, ambas as comunidades, por serem exclusiva ou preponderantemente pesqueiras, possuem um "particularismo" que exige um tratamento teórico-metodológico específico. Este específico das comunidades pesqueiras, "...está relacionado com o ambiente físico do mar, marcado pelas mudanas sazonais importantes, por fenômenos atmosféricos que operam transformações rápidas no corpo d'água (borrascas, tempestades, maremotos) que colocam continuamente em risco a vida dos que nele trabalham. Os recursos naturais renováveis, em particular as espécies de peixes, são móveis e muitas vezes 'invisíveis', reproduzindo-se e migrando de um ambiente a outro, obedecendo complexos padrões de reprodução." Além disso, "...na pesca marítima há um alto grau de

imponderabilidade de risco pela própria natureza dos recursos naturais de um lado, e pelo fato do mar ser um bem 'comum', de outro, de livre acesso." DIEGUES (1989: 03).

02 - Como atesta MELLO (1989), a realidade da pesca artesanal, "...é exatamente diversificada ao longo de todo território brasileiro, muitas vezes no âmbito de um mesmo espaço geográfico, considerando-se ainda as diferenciações entre pesca marítima, fluvial e lacustre, esparsas entre o litoral e o interior de cada região." E, como indica, a análise da "questão pesqueira", seja "...regional ou nacional, sob qualquer ótica, deve levar em consideração tais especificidades..." MELLO (1989: 63).

03 - Essa questão de estabelecer parâmetros analíticos para a categoria capital, é muito bem sistematizada em MARTINS (Sd), se referindo as contribuições do artigo de MOREIRA (1981).

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . BECK, A. Lavradores e pescadores (um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório). Tese apresentada concurso prof. titular em Antropologia. UFSC. Florianópolis. 1979.
- . BECK, A. et alii. Trabalho limpo: a renda de bilro e a reprodução familiar. Ed. da UFSC. Florianópolis. 1983.
- . BECK, A. et alii. As comunidades litorâneas e a influência cultural açoriana. Relatório de pesquisa. mimeo. UFSC. Florianópolis. 1984.
- . BECK, A. Lavradores e pescadores: uma contribuição a discussão do conceito de pescador artesanal. In: DIEGUES, A.C.S. (ORG.) Pesca artesanal: tradição e modernidade. Anais do III Encontro Ciências Sociais e o Mar. IOUSP / F. FORD / UICN. São Paulo. 1989.
- . BONIN, A. A. A pesca e seus trajetos: um estudo dos pescadores artesanais do Canto da Praia de Itapema-SC. Tese de doutoramento em Antropologia. PUC/SP. São Paulo. 1984.
- . BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar In: BRANDÃO, C.R. (Org.) Repensando a pesquisa participante. 3ª edição. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1987.

- . BRITO, P. J. Memória política sobre a Capitania de Santa Catharina. Academia Real das Ciências. Lisboa. 1829.
- . CABRAL, O. R. Decadência agrícola do açoriano. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (2º semestre). 1943.
- . CABRAL, O. R. Os açorianos. In: Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense. Vol II. 1950.
- . CABRAL, O. R. História de Santa Catarina. 3ª edição. Ed. Lunardelli. Florianópolis. 1987.
- . CARDOSO, R. As aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (org.) A aventura antropológica. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1986.
- . CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A.Z.(Org.) Desvendando máscaras sociais. Francisco Alves Ed. Rio de Janeiro. 1980.
- . COELHO, M. J. Memória histórica da Província de Santa Catarina. Santa Catharina: Typografia de J. J. Lopes. Florianópolis. 1877.
- . CUNHA, L. H. Entre o mar e a terra: tempo e espaço na pesca em Barra da Lagoa. Dissertação de mestrado em Antropologia. PUC. São Paulo. 1987.
- . DEBERT, G. G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, R. (org.) A aventura antropológica. Ed. Paz e Terra.

Rio de Janeiro. 1986.

- . DIEGUES, A. C. S. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. Ed. Atica. São Paulo. 1983.
- . DIEGUES, A. C. S. A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para a sua sobrevivência. Rel. Pesquisa. IOUSP / F. FORD / UICN. São Paulo. 1988.
- . DIEGUES, A. C. S. Formas de organização da produção pesqueira no Brasil: Alguns aspectos metodológicos. In: DIEGUES, A.C.S. (org.). Anais do II Encontro Ciências Sociais e o Mar. IOUSP / F. FORD / UICN. Recife. 1988 (a).
- . DIEGUES, A. C. S. Tradição e mudança nas comunidades de pescadores do Brasil: por uma sócio-antropologia do mar. In: DIEGUES, A.C.S. (org.). Pesca artesanal: tradição e modernidade. Anais do III Encontro Ciências Sociais e o Mar. IOUSP / F. FORD / UICN. São Paulo. 1989.
- . DUARTE, L. F. As redes do suor (a reprodução social dos trabalhadores da produção de pescad em Jurujuba). Dissertação de mestrado em Antropologia. Museu Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro. 1978.
- . FAURE, C. Agriculture et capitalisme. Ed. Anthopos. Paris. 1978.
- . FIBGE. Anuário estatístico do Brasil. 1986
- . FIBGE. Estatísticas da pesca. 1980 a 1984.

- . FIRTH, R. Malay fishermen: their peasant economy. Routledge & Kegan Paul Ed. Londres. 1966.
- . FIORAVANTE, E. Modo de produção, formação social e processo de trabalho, In: GEBRAN, P.(Org.) O conceito de modo de produção. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1978.
- . FORMAN, S. The raft fishermen: tradition and change in the brasilian peasant econom. Indiana University Press. Bloomington. 1970.
- . FORMAN, S. Camponeses: sua participação no Brasil. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1979.
- . GARCIA JR, A. Terra de trabalho. Dissertação de mestrado em Antropologia. Museu Nacional de Antropologia. UFRJ. Rio de Janeiro. 1975.
- . HEREDIA, B. M. A. A morada da vida (trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil). Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1979.
- . HOEFLE; S. W. A pesca de pequena escala ameaçada no sudeste do Brasil: estratégias de capitalização frente a pesca empresarial e ao turismo no sul fluminense. In: DIEGUES, A.C.S. (org.) Pesca artesanal: tradição e modernidade. Anais do III Encontro Ciências Sociais e o Mar. IQUSP / F. FORD / UICN. São Paulo. 1989.
- . IVO, A. B. L. Pesca, tradição e dependência (um estudo dos mecanismos de sobrevivência de uma atividade

- tradicional na área urbano-industrial de Salvador).
Dissertação de mestrado em Antropologia. UFBA.
Salvador. 1975.
- . JORNAL DO BRASIL. Edição de 09.06.78. pag. 16.
- . KAUTSKY, K. A questão agrária. 3ª edição. Proposta
editorial. São Paulo. 1980.
- . KOSIK, K. Dialética do concreto. 4ª edição. Ed. Paz e
Terra. Rio de Janeiro. 1986.
- . LAGO, M. C. S. Memória de uma comunidade que se
transforma: de localidade agrícola-pesqueira a
balneário. Dissertação de mestrado em Antropologia.
UFSC. 1983.
- . LEDO, B. Os recursos auto-renováveis no sistema
marinho, In: LEDO, B.(Org.) O mar e seus recursos.
Ed. da UFSC. Florianópolis. 1980.
- . LEDO, B. S. Mugidíleos: perfil ecológico e da sua
pesca em Santa Catarina. In: DIEGUES, A.C.S. (org.)
Pesca artesanal: tradição e modernidade. Anais do
III Encontro Ciências Sociais e o Mar. IOUSP / F.
FORD / UICN. São Paulo. 1989.
- . LÊNIN, V. I. Capitalismo e agricultura nos Estados
Unidos da América. Ed. Brasil Debates. São Paulo.
1980.
- . LÊNIN, V. I. El desarrollo del capitalismo en Rusia.
Ed. Progresso. Moscou. 1981.

- . LOUREIRO, V. R. Os parceiros do mar (natureza e conflito social na pesca na Amazônia). CNPq e MPEG. Belém. 1985.
- . LOUREIRO, V. R. Miséria da ascensão social (capitalismo e pequena produção na Amazônia). Ed. Marco Zero. São Paulo. 1987.
- . MALDONADO, S. C. Pescadores do mar. Ed. Atica. São Paulo. 1986.
- . MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil. Ed. Vozes. Rio de Janeiro. 1981.
- . MARTINS, J. S. O cativo da terra. 3ª edição. Ed. Hucitec. São Paulo. 1986.
- . MARTINS, P. Campesinato e pesca artesanal. mimeo. São Luiz. S/data.
- . MARX, K. O capital (crítica da economia política). Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1981. Livro III. Vol. 5.
- . MARX, K. O Capital (crítica da economia política). 7ª edição. DIFEL S/A. São Paulo. 1982. Livro 1. Vol. II.
- . MARX, K. A miséria da filosofia. Ed. Global. São Paulo. 1985.
- . MARX, K. Capítulo VI de O capital (inédito). Ed. Moraes. São Paulo. 1985 (a).

- . MELLO, A. B. F. Contribuições para uma teoria dos conflitos pesqueiros no Brasil: pertindo do "caso amazônico". In: DIEGUES, A.C.S. (org.) Pesca artesanal: tradição e modernidade. Anais do III Encontro Ciências Sociais e o Mar. IOUSP / F. FORD / UICN. São Paulo. 1989.
- . MOREIRA, R. J. A pequena produção e a composição orgânica do capital. In: Revista de economia política. Brasiliense. São Paulo. Vol. I. nº 3. jul/set 1981.
- . PIAZZA, W. Santa Catarina: sua história. Ed. UFSC/Lunardelli. Florianópolis. 1983.
- . RAMOS, E. B. Subsídios para uma melhor conceituação do pescador artesanal brasileiro. mimeo. IOUSP. Sd.
- . REDFIELD, R. Peasant society and culture and the little community. University of Chicago Press. Chicago. 1960.
- . SANTOS, J. V. T. Os colonos do vinho (estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital). 2ª edição. Ed. Hucitec. São Paulo. 1984.
- . SANTOS, S. C. Nova história de Santa Catarina. Ed. do autor. Florianópolis. 1977.
- . SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações (o velho e o novo em uma discussão marxista). In: Estudos CEBRAP. Ed. Brasileira de Ciências Ltda. São Paulo. nº 26. 1980.

- . SILVA, J. G. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. Ed. Hucite. São Paulo. 1981.
- . SILVA, J. G. A modernização dolorosa. Zahar Ed. Rio de Janeiro. 1982.
- . SILVA, S. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo, In: PINSKY, J.(Org.) Capital e trabalho no campo. Ed. Hucitec. São Paulo. 1977.
- . SILVA, T. E. M. Os pequenos pescadores: trabalhadores para o capital. mimeo. Aracaju. S/data.
- . SOARES, L. E. Campesinato: ideologia e política. Zahar Ed. Rio de Janeiro. 1981.
- . SUDEPE. Diagnóstico da pesca no estado de Santa Catarina. Florianópolis. 1988.
- . TEIXEIRA, O. A. & TEIXEIRA, P. L. Os pescadores artesanais. Rel. de Pesquisa. mimeo. ACARPESC. Florianópolis. 1986.
- . TOPALOV, C. Estruturas agrárias brasileiras. Francisco Alves Ed. Rio de Janeiro. 1978.
- . TORRENS, J. C. Avaliação qualitativa da Cooperbelo. Rel. de pesquisa. mimeo. IPUF/COOPERBELO. Florianópolis. 1984.
- . VARZEA, V. Santa Catharina (parte primeira: a Ilha). Companhia Typográfica do Brasil. Rio de Janeiro. 1900.

- . VELHO, O. G. Capitalismo autoritário e campesinato (um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento). DIFEL. São Paulo. 1976.

- . VERGOPOULOS, K. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo), In: AMIN, S. & VERGOPOULOS, K. A questão agrária e o capitalismo. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1977.

- . WANDERLEY, M N. O camponês: um trabalhador para o capital. mimeo. Campinas. 1979.

- . WOLF, E. Sociedades camponesas. 2ª edição. Zahar Ed. Rio de Janeiro. 1976.

- . WOLF, E. Guerras camponesas do século XX. Global Editora. São Paulo. 1984.

- . ZARUR, G. C. L. Os pescadores do golfo. Ed. Achimé. Rio de Janeiro. 1984.

QUADRO 02: NÚMERO DE "ENTREVISTAS" REALIZADAS
NA PESQUISA DE CAMPO

CATEGORIAS "ENTREVISTADAS"	BIGUAÇU	LAGUNA (1)	LAGUNA (2)	ARARANGUÁ	SÃO JOÃO DO SUL	GARUVA	ARAQUARI	T O T A L
. Proprietários participantes do processo de trabalho	15	33	18	28	07	12	12	125
. Proprietários absenteístas	03	04	03	03	05	08	02	28
. "Patrões" de pesca	04	02	05	01	08	03	02	25
. Camaradas	19	07	21	04	23	08	06	88
. Pescadores aposentados	08	14	05	08	05	08	04	52
. Ex-"lavradores/pescadores"	-	07	-	03	03	05	01	19
. Intermediários pesqueiros	01	03	02	01	01	04	02	16
. Mulheres de pescadores	03	05	09	05	03	02	05	32
T O T A I S	53	75	63	53	55	50	34	385

(1) - Pesca na lagoa

(2) - Pesca no "mar grosso"

FONTE: Diário de Campo

TABELA 01: PRODUÇÃO DE PESCADO(+) DO MAR (SANTA CATARINA, REGIÃO SUL E BRASIL) - 1980/84

TIPOS DE PESCA UNIDADES	PESCA EMPRESARIAL			PESCA ARTESANAL			TOTAL (TON)
	Nº EMP	QUANT (ton)	%	Nº COL	QUANT (ton)	%	
1980:							
Santa Catarina	36	131.925	84	15	24.227	16	156.152
Região Sul	45	163.929	74	23	57.331	26	221.260
Brasil	192	392.325	62	264	243.640	38	635.964
SC/Região Sul (%)	80	80	-	65	42	-	70
SC/Brasil (%)	19	34	-	6	10	-	24
1981:							
Santa Catarina	41	86.664	81	15	19.851	19	106.515
Região Sul	53	128.422	73	29	47.799	27	176.221
Brasil	242	379.378	62	266	236.656	38	616.034
SC/Região Sul (%)	77	67	-	52	42	-	60
SC/Brasil (%)	17	23	-	6	8	-	17
1982:							
Santa Catarina	42	99.184	81	15	22.506	19	121.690
Região Sul	51	147.024	74	29	52.506	26	199.751
Brasil	251	364.903	58	266	262.608	42	627.511
SC/Região Sul (%)	82	67	-	52	43	-	61
SC/Brasil (%)	17	27	-	6	9	-	19
1983:							
Santa Catarina	43	116.374	84	15	22.692	16	139.066
Região Sul	54	163.992	74	28	56.261	26	220.253
Brasil	255	398.224	59	260	277.117	41	675.341
SC/Região Sul (%)	80	71	-	54	40	-	63
SC/Brasil (%)	17	29	-	6	8	-	21
1984:							
Santa Catarina	41	144.558	84	15	27.258	16	171.816
Região Sul	49	191.300	76	28	59.246	24	250.546
Brasil	250	472.292	63	270	275.099	37	747.391
SC/Região Sul (%)	84	76	-	66	46	-	69
SC/Brasil (%)	16	31	-	5	10	-	23

(+) Estão somados todos os grupos de pescado (peixes, crustáceos, moluscos, quelônios, mamíferos aquáticos e não especificado).

FONTE: Estatísticas da Pesca de 1980 a 1984.

FIBGE

TABELA 03: MERCADO ESTADUAL DE PESCADO EM
SANTA CATARINA (1981/86)
(ton.)

A N O	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	T O T A L
1981	7.339,59	4.696,01	126,16	376,53	1.868,70	14.406,99
1982	9.491,18	7.083,59	51,99	288,28	3.116,97	20.032,01
1983	7.227,74	6.047,87	262,49	1.474,08	2.188,97	17.201,15
1984	11.568,69	12.794,62	603,27	809,89	2.143,87	27.920,34
1985	9.658,34	23.655,63	602,48	383,17	678,52	34.978,14
1986 ^(*)	8.264,02	15.675,97	340,97	217,82	390,91	24.889,69

(*) Até agosto

FONTE: DFA/SC - SERPA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 04: EXPORTAÇÃO DE PESCADO CATARINENSE PARA O
MERCADO INTERESTADUAL (1981/86)
(ton.)

A N O	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	T O T A L
1981	29.871,05	21.842,61	5.673,35	3.752,16	5.793,99	66.933,16
1982	37.105,30	29.169,69	3.494,73	4.632,90	2.944,43	77.347,05
1983	37.261,60	31.366,62	4.323,47	7.529,79	2.129,86	82.611,34
1984	39.124,04	54.511,58	4.809,83	6.989,35	2.499,67	107.934,47
1985	63.869,22	85.967,90	9.583,80	17.773,24	12.248,36	189.442,52
1986 (*)	34.321,80	36.570,75	5.823,41	4.385,73	-	81.101,69

(*) Até agosto

FONTE: DFA/SC - SERPA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 05: EXPORTAÇÃO DE PESCADO CATARINENSE PARA O
MERCADO INTERNACIONAL (1981/86)
(ton.)

A N O	ESTADOS UNIDOS	ARGENTINA	JAPÃO	PORTUGAL	PORTO RICO	ITÁLIA	COSTA DO MARFIM	OUTROS	T O T A L
1981	6.184,12	2.959,93	24,58	-	-	-	-	267,51	9.436,14
1982	5.351,20	1.951,45	100,41	475,10	-	-	-	36,10	7.914,26
1983	4.343,73	2.833,11	1.727,25	371,50	-	-	-	73,18	9.348,77
1984	2.463,63	261,45	641,45	330,00	-	-	-	3.658,82	7.355,35
1985	10.016,38	3.423,33	701,51	547,75	2.536,56	10,67	303,23	559,67	18.099,10
1986 ^(*)	716,58	3.861,65	82,52	1.827,59	7.818,56	115,90	-	618,22	15.041,02

(*) Até agosto

FONTE: DFA/SC - SERPA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 06: PRODUÇÃO INSPECIONADA DE PESCADO
EM SANTA CATARINA (1981/86)

(ton.)

A N O	RESFRIADO	CÔNGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	T O T A L
1981	85.078,72	31.296,15	5.414,19	3.756,30	12.332,84	137.878,20
1982	90.102,37	38.319,47	9.767,88	4.897,23	14.275,90	151.362,85
1983	97.904,68	45.231,67	4.508,29	7.142,13	6.911,26	161.698,03
1984	53.804,90	72.294,58	5.251,08	9.863,73	2.939,92	144.154,21
1985	90.502,76	61.900,07	6.199,11	7.106,80	1.071,08	166.779,82
1986 (*)	35.670,39	42.200,37	4.969,76	4.258,39	256,99	87.355,90

(*) Até julho

FONTE: Delegacia Federal da Agricultura / SC - SERPA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC